



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MATEUS HENRIQUE ALEXANDRINO GUIMARÃES

A CONSTRUÇÃO DOS CIEP EM NOVA IGUAÇU:  
UMA HISTÓRIA LOCAL

Rio de Janeiro

2022

MATEUS HENRIQUE ALEXANDRINO GUIMARÃES

A CONSTRUÇÃO DOS CIEP EM NOVA IGUAÇU:  
UMA HISTÓRIA LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof(a) Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho

RIO DE JANEIRO

2022

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

A963	<p>Alexandrino Guimarães, Mateus Henrique</p> <p>A Construção dos CIEP em Nova Iguaçu: Uma História Local / Mateus Henrique Alexandrino Guimarães. -- Rio de Janeiro, 2022. 192 p.</p> <p>Orientadora: Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.</p> <p>1. CIEP. 2. Nova Iguaçu. 3. História Local. 4. Campo Político. 5. Educação em Tempo Integral. I. Coimbra da Costa Coelho, Lígia Martha, orient. II. Título.</p>
------	---

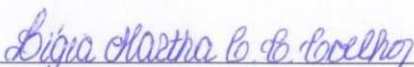
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MATEUS HENRIQUE ALEXANDRINO GUIMARÃES**

***A CONSTRUÇÃO DOS CIEP EM NOVA IGUAÇU:  
UMA HISTÓRIA LOCAL***

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 21/02/2022



---

Profa. Dra. Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho

Orientadora - UNIRIO



---

Professora Doutora Lia Ciomar Macedo de Faria – UERJ

---

Professora Doutora Nailda Marinho da Costa – UNIRIO

Dedico este trabalho a Aline da Silva Costa e todas as outras filhas e filhos do CIEP e da Baixada Fluminense.

## **AGRADECIMENTOS**

À Aline Costa – amiga, namorada, noiva e companheira – por ser a Vida.

A meus pais Carlos Henrique e Cristina Senna e minha irmã Ana Clara, pelo amor hereditário e a paciência cotidiana.

À Marinalva Senna – diariamente na memória – por me ensinar a ser quem eu sou.

A todas e todos meus familiares e ancestrais maternos e paternos, pelo incentivo diário há mais de duas décadas.

À Maísa – minha sobrinha e meu sorriso mais feliz – por existir pra nós.

À Claudeci Barros e toda a família de Queimados, pelo carinho.

Ao matemático Tristão Garcia e aos amigos Marlon Bruno, Wanderson Ferreira e Welton Patrício, pelo entretenimento.

Aos amigos e amigas da vida, de Nova Iguaçu, Mesquita, Seropédica, Belford Roxo, Duque de Caxias, Marechal Hermes, Rio de Janeiro e Brasil.

A turma de mestrado em Educação 2020.1 do PPGEDU – UNIRIO – especialmente à Karine Rezende, pela amizade de mais de uma década.

À Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho – orientadora e amiga – pelos ensinamentos e companheirismo.

A todo o corpo docente do PPGEDU e trabalhadores da UNIRIO, por construir uma Universidade Pública Federal de excelência.

Aos companheiros e companheiras de academia e vida do grupo de pesquisa NEEPHI, pelo aprendizado efetivo.

A todas as vítimas da pandemia de COVID-19.

*Dos CIEP hão de sair aqueles homens e mulheres que irão fazer pelo povo brasileiro e pelo Brasil tudo aquilo que nós não conseguimos ou não tivemos coragem de fazer.*

Leonel Brizola

## RESUMO

A presente pesquisa, através da análise de uma política pública educacional de tempo integral, se desafiou a investigar a chegada, compreensão do projeto e implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) no município de Nova Iguaçu–RJ. Com este trabalho, objetivamos (1) entender o projeto dos CIEP, (2) dimensionar territorialmente a construção desse projeto em Nova Iguaçu e (3) apreender e analisar as reações do poder legislativo e do público-alvo diante desse projeto e das novas escolas de tempo integral. Para tanto, utilizamos como referencial teórico-metodológico o conceito de campos sociais de Pierre Bourdieu, as ideias acerca da cidadania assistida e cidadania emancipada de Pedro Demo e, no trato direto com as fontes, o método hermenêutico-dialético de Maria Cecília de Souza Minayo, além da metodologia de José D'Assunção Barros. Assim, analisando o contexto político estadual – que levou o grupo político liderado por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro ao poder no Rio de Janeiro e que originou o Programa Especial de Educação (PEE) – e utilizando como fontes os registros oficiais, a imprensa e, especialmente, as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, constatamos que as reações dos setores da sociedade iguaçuana analisados, entre elogios e críticas, se concentraram em três principais aspectos: (1) as construções dos CIEP no município, principalmente com debates acerca da conquista desses prédios como um capital social importante para os vereadores pedetistas iguaçuanos e da escolha dos terrenos das novas escolas; (2) o financiamento dos CIEP, sendo encarado pelos pedetistas enquanto investimento e pelos opositores enquanto custo; e (3) a concepção pedagógica dos CIEP, da qual a recorrência nas fontes gerou nelas e, conseqüentemente, na pesquisa, um debate acerca do caráter assistencial da política pública educacional que lhe deu origem e que se configurou como a concretização do projeto político de seus idealizadores. Por fim, depois do cruzamento de fontes e referencial teórico, bem como da análise do contexto político estadual e municipal no recorte temporal dentro do qual trabalhamos, levantamos como hipótese que os CIEP, por sua estrutura arquitetônica e seu projeto pedagógico, eram encarados por seus defensores – dentre eles os idealizadores e o público-alvo da política – como uma tecnologia que, enquanto materialização das ideias do grupo político à frente do governo, deveria ser conquistada e comemorada.

Palavras-chave: CIEP; Nova Iguaçu; História local; Campo político; Educação em tempo integral.



## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Notícia veiculada no Jornal O Globo .....	20
Imagem 2 – Estrutura do Programa Especial de Educação .....	42
Imagem 3 – Estudantes de CIEP utilizando o transporte público .....	47
Imagem 4 – A assistência odontológica dos CIEP .....	48
Imagem 5 – CIEP em construção .....	49
Imagem 6 – Grade curricular dos CIEP .....	54
Imagem 7 – Programa Aluno Residente .....	55
Imagem 8 – Complexo Educacional de São Gonçalo .....	56
Imagem 9 – A arquitetura básica dos CIEP .....	57
Imagem 10 – A fábrica de escolas .....	59
Imagem 11 – O cardápio dos CIEP – Semana A .....	59
Imagem 12 – O cardápio dos CIEP – Semana B .....	60
Imagem 13 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	66
Imagem 14 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	72
Imagem 15 – Mapa atual da Baixada Fluminense .....	75
Imagem 16 – O município de Iguassú, à época .....	76
Imagem 17 – Trecho preservado da Estrada do Comércio, em Nova Iguaçu ...	78
Imagem 18 – Trabalhador anônimo .....	80
Imagem 19 – Nova Iguaçu antes das emancipações .....	86
Imagem 20 – Mapa das emancipações de Nova Iguaçu .....	87
Imagem 21 – Mapa atual de Nova Iguaçu .....	88
Imagem 22 – O planejamento de distribuição dos CIEP pelo estado .....	90

Imagem 23 – Unidades Regionais de Governo do município de Nova Iguaçu...	95
Imagem 24 – Unidade Regional de Governo de Comendador Soares .....	96
Imagem 25 – O CIEP 026 – São Vicente de Paula .....	97
Imagem 26 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	117
Imagem 27 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	137
Imagem 28 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	140
Imagem 29 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	149
Imagem 30 – Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias .....	157
Imagem 31 – Notícia veiculada no periódico O Fluminense .....	159
Imagem 32 – Notícia veiculada no periódico O Fluminense .....	167
Imagem 33 – Notícia veiculada no periódico O Dia .....	169
Imagem 34 – Notícia veiculada no periódico O Fluminense .....	180

## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Leonel Brizola e os CIEP nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu .....	106
Quadro 2 – Cronologia dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu .....	109
Quadro 3 - Vereadores de Nova Iguaçu (1983 – 1988) .....	110
Quadro 4 – Partidos na Câmara Municipal de Nova Iguaçu (1983 – 1988) .....	111
Tabela 1 – Os CIEP de Nova Iguaçu e municípios oriundos das emancipações (1990 e 1999) .....	92

## LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Centro Estadual de Professores

CEU – Centros Educacionais Unificados

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CMNI – Câmara Municipal de Nova Iguaçu

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GP – Ginásios Públicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LER – Laboratório Educação e República

MAB – Movimento Amigos do Bairro

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NEEPHI – Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral

PASART – Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PEE – Programa Especial de Educação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDN – Partido Nacional de Defesa  
PP – Partido Progressista  
PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional  
PROPED – Programa de Pós-Graduação em Educação  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SEEDUC – Secretaria Estadual de Educação  
SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro  
SEEPE – Secretaria Extraordinária de Programas Especiais  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
URG – Unidade Regional de Governo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Apresentação.....	15
Temática, questões, problema e objetivos.....	17
Justificativa, relevância e pertinência dos estudos.....	19
Precisando aspectos teórico-metodológicos.....	22
Estrutura da Dissertação.....	33
1 OS CIEP NOS PEE: CONTEXTO E IMPLANTAÇÃO.....	35
1.1 De volta à democracia: O contexto político de criação, desmonte e retomada dos CIEP.....	35
1.2 O Programa Especial de Educação (PEE) e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).....	45
1.3 As críticas aos CIEP.....	65
2 TERRITÓRIO (S), DESMEMBRAMENTO (S) E CONSTRUÇÃO DOS CIEP EM NOVA IGUAÇU: RELEVÂNCIA PARA O MUNICÍPIO.....	74
2.1 De Maxambomba a Nova Iguaçu: antes e depois das emancipações.....	74
2.1.1 As municipalizações: emancipando para quê?.....	86
2.2 Os CIEP em Nova Iguaçu: ‘Tijolo por tijolo em um desenho lógico?’.....	90
2.3 CIEP: importância enquanto equipamento ‘político-educativo e cultural’ cravado em território ‘vulnerável’?.....	98
3 IMPLANTAÇÃO DOS CIEP NA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: DE CONSTRUÇÕES E REAÇÕES.....	105
3.1 As atas da Câmara Municipal e o impacto dos CIEP em Nova Iguaçu: Sobre construções e reações do setor político.....	108
3.2 A construção dos CIEP nas Atas da Câmara e para a população alvo: negociações, elogios e críticas à localização e impacto social no uso dos terrenos.....	115

3.3 O financiamento dos CIEP nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu: Como a comunidade local percebe a vinda desses recursos?.....	134
3.4 A concepção pedagógica dos CIEP nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.....	143
3.5 Nova Iguaçu e a chegada' dos CIEP: ações e reações locais a um projeto de educação e de sociedade?.....	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	183

## A CONSTRUÇÃO DOS CIEP EM NOVA IGUAÇU: UMA HISTÓRIA LOCAL

### INTRODUÇÃO

#### Apresentação

Durante boa parte de minha vida fui morador da Baixada Fluminense. Localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada se firma historicamente como periferia, posição concretizada pela ocupação intensa e desmedida de seu território no século XX e pelo abandono por parte do poder público local e estadual, o que encaminha a região para um contexto de violência sistêmica até os dias atuais.

As cidades da Baixada contornam os limites terrestres da cidade do Rio de Janeiro – capital do estado de mesmo nome –, sendo dominadas por alta densidade populacional e baixa qualidade de vida (SILVA, 2013). No século XXI, a Baixada Fluminense é formada por 13 municípios. Historicamente, a principal delas é Nova Iguaçu, que ao longo do tempo veio perdendo seu vasto território. Fomentado pelo desigual desenvolvimento entre as regiões, a heterogeneidade populacional, a ausência de políticas públicas, entre outros fatores, elites locais com fortes aspirações políticas buscam, com a emancipação, a solução para os eminentes problemas locais e o alcance de seus interesses políticos e econômicos.

Seja no atual município de Mesquita ou no de Nova Iguaçu, dos quais já fui morador, sempre estive em contato com a realidade dessa região, em que algumas construções que pareciam obedecer a um modelo arquitetônico, ao mesmo tempo arrojado em suas linhas e ‘alegre’ no colorido, me chamaram a atenção. Eram escolas diferentes: eram os “brizolões”.

Além de ser cidadão iguaçuano, minha vida acadêmica também se inicia na Baixada Fluminense, visto que a graduação em História foi realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ. Durante toda a graduação, as temáticas da licenciatura foram as que mais me interessaram. Nesse caminho acadêmico, com a ajuda vital de minhas orientadoras, voltei meu olhar, principalmente, para aquelas escolas diferenciadas - os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).



Esse duplo interesse se concretizou com o Trabalho de Conclusão de Curso, quando realizei uma pesquisa monográfica<sup>1</sup> sobre esses Centros em Nova Iguaçu. Através desse trabalho, pudemos averiguar como se deu a implantação de um projeto pedagógico diferenciado, bem como analisar o seu processo de desestruturação. Nossa análise se concentrou em um estudo de caso, observando como se deram os processos de implantação e desestruturação do CIEP 026, no município de Nova Iguaçu.

Na contextualização desse projeto no Rio de Janeiro, observamos que, no ano de 1982, em meio ao processo de redemocratização política em decorrência da abertura lenta e gradual da ditadura civil-militar, foi eleita para o governo do estado do Rio de Janeiro uma chapa composta pelo governador Leonel de Moura Brizola e seu vice, Darcy Ribeiro, ambos do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Após a derrota eleitoral de seu candidato – Darcy Ribeiro – em 1986, Brizola retorna à frente do governo na eleição seguinte, iniciando seu segundo mandato, de 1991 até 1994. Dentre as ações governamentais nesses dois mandatos de Leonel Brizola, uma se mostrou mais notável e proeminente: os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) – popularmente, e não por acaso, conhecidos como Brizolões – decorrentes do 1º e 2º Programa Especial de Educação (PEE).

Assim que eleito, o governo confirmou o seu compromisso com a educação. Em 15 de março de 1983 – primeiro dia oficial de governo – é promulgado o Decreto nº 6.626, criando a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, formada pelo vice-governador e secretário de cultura, ciência e tecnologia Darcy Ribeiro; pela secretária estadual de educação, Yara Vargas; pela secretária municipal de educação, Maria Yedda Linhares e pelo reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), João Salim Miguel. Esse órgão elaborou a política educacional de todo o governo (MOREIRA; SOARES, 2019).

Com base nos dois Programas, de acordo com Cavaliere e Coelho (2003), 506 CIEP foram construídos por todo o estado do Rio de Janeiro. Nessas novas instituições, edificadas por um projeto arquitetônico igualmente especial, seria fornecido aos estudantes assistência médica e odontológica, refeições completas, material didático revisado, moradia (através do programa aluno-residente), animação

---

<sup>1</sup> O trabalho de conclusão de curso de graduação que realizei teve como título “A criação e a desestruturação dos Centros Integrados de Educação Pública: O caso do CIEP 026 – São Vicente de Paula, em Nova Iguaçu-RJ”.

cultural aberta também à comunidade, entre outros aspectos do programa, tudo pautado no regime de tempo integral de ensino, que garantiria a formação completa do alunado e o funcionamento de cada Centro.

Assim, essas novas escolas contavam com um projeto pedagógico diferenciado, rompendo com o modelo tradicional de escola pública, ao promover o aumento da jornada escolar dos alunos de classe popular e uma massiva participação popular (RIBEIRO, 1986). Contudo, essa política educacional não foi uma unanimidade. No meio político institucional, na imprensa e no meio educacional (tanto na academia quanto na educação básica, através do CEP<sup>2</sup>) o projeto dos CIEP foi duramente atacado em sua implantação.

Dentre as críticas oriundas do meio educacional, as principais eram direcionadas a aspectos relacionados ao projeto pedagógico em si – especialmente no que se refere à falta de participação dos professores da rede pública do estado em sua elaboração; ao suposto abandono dos outros problemas do estado (no governo Brizola se intensifica o uso político do medo da violência); ao uso político-eleitoral da obra; à falta de transparência financeira nas obras e, até mesmo, aos critérios de escolha do local para a construção dessas escolas (MIGNOT, 1989).

O desejo de aprofundar a pesquisa iniciada na graduação em História sobre o contexto político fluminense da década de 1980, o processo de implantação dos CIEP na cidade de Nova Iguaçu, sua conexão com o contexto educacional do Rio de Janeiro do final do século XX e os desdobramentos dessa política em âmbito local, me levaram a elaborar um projeto de pesquisa e submetê-lo ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Este estudo é fruto desse projeto.

### **Temática, Questões, Problema e Objetivos**

Com a saída de Brizola do governo do estado, o projeto dos CIEP vai sendo gradativamente abandonado. Ao final de seu primeiro mandato, assume Moreira Franco, pelo PMDB. Uma das primeiras medidas do novo governo quanto aos CIEP é inviabilizar, do projeto pedagógico, a principal ferramenta para o seu funcionamento:

---

<sup>2</sup> Antigo Centro de Professores do Rio de Janeiro, atualmente denominado Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE).

a educação em tempo integral (BOMENY, 2017), o que nos revela a centralidade desse aspecto do PEE.

Esta pesquisa se funda em **temática** de estudo do PPGEdu/NEEPHI, a educação em tempo integral – da qual o núcleo de estudos em questão é pioneiro no que se refere a a historicidade do conceito e sua aplicação no Brasil – especificando, como **tema**, a análise de uma política pública educacional inédita no Brasil, à época – o Programa dos CIEP que, em seu projeto, oferecia educação escolar em tempo integral para as classes populares.

Em termos epistemológicos, e procurando analisar uma experiência educacional marcante no século XX como os CIEP, a pesquisa se configura como um trabalho em História da Educação. Nesse caminho da História da Educação, mantém sua base na História Local, centrando a análise nesse projeto estadual de educação e em suas especificidades, no município de Nova Iguaçu. A constatação de que esta é uma pesquisa em História da Educação e, mais especificamente situada na História Local, não significa um isolamento desses campos e nem de outros campos do conhecimento que lhe sejam correlatos e/ou complementares.

Visando contextualizar o objeto da pesquisa em seu tempo e local históricos, nosso olhar se detém no Rio de Janeiro da segunda metade do século XX. Nessa senda, também situamos o estudo no campo dos estudos políticos mais amplos, uma vez que o foco em que pretendemos desenvolvê-lo busca caminhar por questões cuja natureza lhe são pertinentes.

Voltando aos CIEP, no decorrer da construção deste projeto de investigação nos ocorreram **questões** mais amplas, que precisavam ser melhor trabalhadas e especificadas como, por exemplo: que aspectos analisar dessa política, tão capilarizada por todo o estado do Rio de Janeiro? Como o projeto dos CIEP foi implantado? Como eram divididas essas escolas pelo estado do Rio e pelo território iguaçuano? Como e por onde se deu o debate acerca dessa política pública educacional, em termos locais, considerando atores políticos, sociedade em geral e público-alvo situados nesse território?

Buscando tratar de uma política educacional até então diferenciada; analisando-a em uma região de periferia como Nova Iguaçu e trabalhando, como fontes privilegiadas de dados, com as Atas da Câmara Municipal e, ainda, falas de moradores da região e a imprensa fluminense, almejando melhor precisar o objeto de estudo, formulamos o seguinte **problema**: Como o projeto e a implantação dos

Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) foram recebidos e compreendidos, em Nova Iguaçu?

Visando respostas à questão-problema temos, como **objetivo geral**, analisar a recepção e implantação dos CIEP no município de Nova Iguaçu, e, como **objetivos específicos**, (1) conhecer o projeto dos CIEP privilegiando, entre outros aspectos, a sua construção; (2) dimensionar territorial e administrativamente a construção/implantação do projeto dos CIEP no município de Nova Iguaçu e (3) apreender e analisar as reações do poder legislativo e do público alvo frente à ‘novidade’ trazida por uma escola que oferecia educação em tempo integral para as classes populares.

### **Justificativa, relevância e pertinência do estudo**

Não são poucas as pesquisas acadêmicas acerca dos CIEP. Muitas concepções e propostas que caracterizam o projeto foram – e ainda são – intensamente debatidas, como o de Alunos residentes (Sant’ana 2010); de Animação cultural (Silva, 2008; Chagas, 2012) e da Educação em tempo integral (Cavaliere e Coelho, 2003, 2013; Maurício, 2004; e Cavaliere, 2007). Para além desses aspectos, se destacam também estudos sobre a formação de professores (Silva, 2008; Monteiro, 2009; Silva, 2011); a trajetória de alunos egressos (Pereira, 2008), bem como demandas e disputas políticas inerentes à sua implantação (Mignot, 1989; Emerique, 1997; Bomeny, 2009; Silva, 2011; Chagas, 2012 e Moreira e Soares, 2019).

Contudo, essa recorrência na academia não significa um esgotamento da temática. Pelo contrário, tal presença ajuda a dimensionar a importância e a grande influência dessa política educacional ainda no decorrer do século XXI, indo além dos limites do estado fluminense, ao ser citado em estudos sobre políticas públicas educacionais e ser tema de produções acadêmicas por todo o país, desde a sua implantação.

A atemporalidade e a intensidade do debate sobre os CIEP podem ser exemplificadas em uma reportagem especial do jornal O Globo de 2006, com conteúdo e abordagens nem sempre recorrentes.

**Imagem 1: Notícia veiculada no Jornal O Globo.**

**RIO**

## Um programa que foi por **ÁGUA ABAIXO**

Foto: Antônio Nogueira

**Das 44 piscinas anunciadas para os Cieps, só 25 foram construídas, de acordo com o estado, e hoje nove estão desativadas**

**Paulo Waperrão, Roberto Brito e Sônia Schindler**

• O sonho de construir piscinas em todos os Cieps, como aconteceu no governador Leonel Brizola em 16 de março de 1992. A realidade das 44 piscinas, foram feitas 25, segundo a secretaria estadual de Educação. E agora o cenário é outro — o que corresponde a mais de um terço — não são desativadas. Algumas, como a do Ciep estadual Maria Thereza, em Itaboraí, tiveram depósitos de água seca.

Tatiana Mendonça, coordenadora do Programa Especial de segurança governamental (1981-1994), tem o cenário diferente sobre o programa de piscinas. Segundo ela, das 44 piscinas, o estado construiu 22. Destas, quatro foram abandonadas, mantendo um total de 18. De acordo com Tatiana, o estado chegou a comprar equipamentos (como bombas e filtros) para 44 piscinas.

— Como as outras 22 não puderam ser construídas, o equipamento ficou guardado no almoxarifado. Os governos seguintes desativaram o programa de piscinas e o equipamento acabou — afirma Tatiana.

**Primeira piscina inaugurada em Ciep está desativada**

O primeiro Ciep a ganhar piscina foi o Chanceler Wally Brach, em São Gonçalo. Mantido até em seu nome durante o RGE e transferido para o Centro de Iniciação Municipal, para atendimento psicológico de alunos especiais. A piscina, de água quente, não está sendo usada.

De acordo com Norma Godart Brizola, viúva de Wally Brach, também usaram a piscina. O Noveza Brizola é outro Ciep que foi mantido. Ficou até ser o destino de ser usado para o Centro de Referência e Informação Comunitária, com a formação de professores e de pessoal de apoio para as escolas.

Atual em São Gonçalo, a piscina do Doutor Arnaldo Lobo Ferreira, Ciep que tem apenas 100 alunos, é mais uma desativada. Ela está cercada por grades para garantir a segurança dos alunos. A água, segundo a diretora Cláudia da Costa Robalo, é tratada com la-

**A AGUA MURTA** na piscina abandonada do Ciep Maria Thereza, de todo estado, no bairro de Itaboraí.

— No entanto, havia preferência para a construção de piscinas em escolas de educação infantil. O programa de piscinas sempre esteve marginalizado em política. A primeira piscina inaugurada, em outubro de 1992 — com 25 metros de comprimento, 12 de largura e 95 centímetros de profundidade — custou 158,42 mil (cerca de R\$ 54 mil hoje).

— No Rio de Janeiro, a secretaria de Educação de São Gonçalo, Tagliolo Abreu.

O programa de construção de piscinas sempre esteve marginalizado em política. A primeira piscina inaugurada, em outubro de 1992 — com 25 metros de comprimento, 12 de largura e 95 centímetros de profundidade — custou 158,42 mil (cerca de R\$ 54 mil hoje).

**NO GLOBO ONLINE:**  
Veja as notícias de tudo em [www.globo.com.br](http://www.globo.com.br)

**42 mil** dólares foi o custo da primeira piscina inaugurada, em 1993, (cerca de R\$ 94 mil hoje), levantando suspeitas de superfaturamento

**Programas sacrificados**

• O secretário cultural ficaria responsável por extrair a relação entre a comunidade. Coordenadores municipais realizariam a saúde das crianças. Visto e em suas dependências, os projetos que custavam a proposta de ensino integral dos Cieps não foram mantidos em sua maioria.

Um dos exemplos de como a proposta original de Darcy Ribeiro se perdeu no tempo do candidato é o programa de ensino integral. Em cada Ciep foi construído um prédio Anexo que abrigava atividades com professores de música ou em situações de risco. Para garantir a segurança os encaminhamentos de cuidar desses alunos. Hoje em dia, das 80 piscinas em funcionamento em todo o estado, só 125 (15%) mantêm o programa.

No município de Rio, nenhuma das 80 piscinas mantém os consultórios médicos. A orientação é que os alunos sejam encaminhados para pontos de saúde. A secretaria estadual de Educação informou que ainda mantém, através do Programa Saúde na Escola, 228 (28%) das 800 piscinas com consultórios médicos. Com consultório médico, também 241 unidades (30%).

Além de manter o estado, haverá hoje atividades culturais em cerca de 705 Ciep em tempo integral. Ricardo Fonseca, que esteve à frente há mais de dez anos, conta, no entanto, que o número de professores vem caindo ano a ano.

— No Itaboraí, havia preferência para a construção de piscinas em escolas de educação infantil. O programa de piscinas sempre esteve marginalizado em política. A primeira piscina inaugurada, em outubro de 1992 — com 25 metros de comprimento, 12 de largura e 95 centímetros de profundidade — custou 158,42 mil (cerca de R\$ 54 mil hoje).

Fonte: [memoria.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxi.m.cloudfront.net%2FPDFs\\_XMLs\\_pagina](http://memoria.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxi.m.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pagina)

Nessa perspectiva, nota-se na fonte em questão e em outras fontes de imprensa que traremos mais à frente, que o debate acerca dos CIEP rompe as fronteiras da academia. Portanto, uma política educacional tão marcante exige ainda pesquisas que elucidem a experiência em toda a sua complexidade, conectando-a com a realidade educacional contemporânea.

Diante do contexto geral de implantação dos CIEP, ainda se faz necessário analisar este processo em diferentes regiões do estado, visto que grande parte das investigações acerca desses Centros se concentra em escolas, não evidenciando sua

presença, de forma mais expressiva, pelas regiões em que o Rio de Janeiro se subdivide. Nessa perspectiva, este projeto de pesquisa se centra em uma região específica e em um de seus municípios mais importantes – Nova Iguaçu, opção que é explicada por diferentes motivos.

O primeiro desses motivos diz respeito à Baixada Fluminense e, conforme tratamos ao longo dos capítulos, sua periferização geográfica, econômica e social com relação à capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, entendemos que focalizar uma localidade marginalizada na realidade social coincide com as nossas escolhas metodológicas, principalmente as que se referem à História Local.

A segunda motivação reside no fato de que, conforme veremos nos capítulos seguintes, Nova Iguaçu é a principal representante histórica da localidade, visto que é a partir de seu território original que a região se desenvolve e de onde deriva a maior parte dos municípios vizinhos. Dessa forma, o estudo justifica-se, especificamente pelo foco que trazemos na investigação.

Já o terceiro e último motivo está relacionado aos meus mais de 20 anos de vivência como morador de Nova Iguaçu, sendo um observador *in loco* dessas e de outras experiências em uma região periférica, como, por exemplo, o andamento de uma política pública educacional de grandes dimensões como a dos CIEP.

No século XXI, mesmo com as emancipações que foram limitando seu vasto território original, Nova Iguaçu continua como a maior cidade da Baixada Fluminense em território e a segunda em população. Na Baixada, assim como em todo o Estado, todos os municípios da região receberam CIEP, mas, conforme averiguamos, Nova Iguaçu foi o mais contemplado com essas escolas.

Portanto, a **relevância** da pesquisa encontra-se, sobretudo, no fato de que ela trata de uma política educacional em tempo integral notadamente inovadora à época, analisando-a numa localidade como a Baixada Fluminense. Em tempos de sucateamento da educação pública em todos os seus níveis, a necessidade de estudos dessa natureza é latente. Ela se configura como uma luta pelo direito a uma educação pública, gratuita e em tempo integral, bem como pelo resgate da história local de regiões marginalizadas pelos estudos acadêmicos e, mais ainda, pelo poder público.

## **Precisando aspectos teórico-metodológicos**

Esta pesquisa traz, como escopo, uma política pública social de âmbito educacional, implantada em um estado da federação (Rio de Janeiro); durante período histórico determinado (anos 1980/1990); assim como essa questão face a realidade local do município de Nova Iguaçu.

Nesta perspectiva, em **termos teóricos**, entendemos que nosso foco envolverá estudos que discutem *políticas públicas* a partir de elementos que envolvem sua elaboração e, mais especificamente, sua recepção pela sociedade política e civil. Dessa forma, com base em Andrade (2005), entendemos que as políticas públicas sociais, o seu caráter e a sua extensão, refletem a direção política do grupo que a idealiza, intervindo em busca da justiça social, combate à desigualdade extrema e a miséria. No Brasil do início da década de 1980, em um contexto de fim da ditadura militar, as demandas por democratização da educação e universalização do acesso à escola estavam intensamente em pauta.

Nesse caminho, aspectos que considerem políticas educacionais voltadas para a educação escolar, bem como o 'ciclo' por que essas políticas passam, em sua configuração – da elaboração à sua implementação/redesenho – são fatores que podem nos ajudar a melhor construir nosso estudo e que passamos a destacar, nesta seção.

Partimos do pressuposto de que as políticas universalistas visam atender a todos os cidadãos, enquanto as focalizadas se caracterizam como um redirecionamento a grupos específicos. Ainda de acordo com Andrade (2005) e Almeida (2011), no Brasil do final do século XX e início do XXI, há uma clara contradição no que se refere às políticas públicas, na convivência entre uma legislação constitucional universalizante e políticas sociais focalizadas, fruto, possivelmente, das também contradições inerentes ao campo político, em seu processo de construção e enraizamento na realidade social.

Fortemente influenciado pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.) e objetivando o alívio da pobreza – entrave ao desenvolvimento capitalista e intensificador da luta de classes –, as políticas focais vem se constituindo gradativamente como tendência no Brasil. Sob essa temática, adicionamos ainda Demo (1995) ao debate de tais políticas públicas e sua relação

com o público-alvo, especificamente suas análises acerca dos conceitos de cidadania tutelada, assistida e emancipada.

Dentro dessa reflexão mais ampla consideramos, entre outros aspectos, a possível articulação entre o enraizamento de vários Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) em Nova Iguaçu e debates mais precisos sobre as condições socioeconômicas da maioria de sua população, procurando evidenciar o impacto dessa política em suas vidas, bem como a recepção desses equipamentos educacionais pelos agentes políticos municipais, por meio das anuências e conflitos que geraram nesse campo.

Assim, a pesquisa exige que se abordem aspectos teóricos inerentes aos Programas Especiais de Educação que constituíram os CIEP, como por exemplo, sua concepção de tempo integral e conseqüente materialização em uma política pública educacional, especificamente no tocante à articulação entre os processos de implantação e seus efeitos locais em Nova Iguaçu, o que constitui parte do estudo teórico-bibliográfico que realizamos, centrado em aspectos que norteiam a concepção do ciclo de políticas de Ball sem, contudo, utilizar desta ferramenta, de modo mais aprofundado.

No que se relaciona a esse ciclo de políticas, é significativo afirmar que foi com os estudos de Ball que nos acercamos da complexidade que envolve a construção de uma política pública. As fases enunciadas pelo autor seriam (i) o contexto da influência, no qual a política pública é idealizada pelo(s) grupo(s) que a compõe(m); (ii) o contexto da produção de texto, que é quando o resultado das disputas é materializado na política formulada; (iii) o contexto da prática, quando a política é interpretada e recriada pelos responsáveis pela sua implantação; (iv) o contexto de resultados e efeitos, no qual os impactos da política na sociedade são avaliados; e, por fim (v) o contexto da estratégia política, onde há a identificação e realização de medidas para o ajuste/adaptação da política em questão (JESUS, 2014).

Em nosso estudo, focalizamos principalmente o contexto da prática, analisando as possíveis interpretações, recriações e transformações da implantação de uma política educacional complexa como a criada pelo governo de Leonel Brizola, especificamente a nível local – no município de Nova Iguaçu – e realizada com base em nossas fontes. Buscamos, entretanto, a utilização deste contexto do ciclo de políticas de Ball sem fragmentar a análise e a própria política, encarando suas etapas como interativas e complementares entre si.



Prosseguindo no caminhar teórico-metodológico que vimos empreendendo, a ferramenta teórica mais relevante desta pesquisa é o *conceito de campo*, de Pierre Bourdieu, e aquele em que nos detemos com mais precisão nesta seção, visando apresentar os aspectos que privilegiamos neste estudo.

Para o autor, o espaço social seria formado por um conjunto de microcosmos concretos, dinâmicos, com lógicas internas próprias, relativamente autônomas, mas que se relacionam, e ao qual ele denominou campos. De acordo com Bourdieu (1989),

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando os reducionismos. [...] Compreender a gênese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta [...] é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas. (p. 69).

Diante da citação anterior, inferimos que o conceito de campo nos possibilita analisar a ação de sujeitos em seu interior, em um processo que inclui a origem do espaço em que ele (o campo) se move, assim como as disputas por poder, reconhecimento e/ou legitimação que são travadas inter campos e intra campo pelos sujeitos que o habitam, entre outros aspectos. Entretanto, segundo Bourdieu (1989), para se utilizar tal conceito, deve-se considerar duas de suas características teóricas fundamentais: o trabalho com base nas estruturas das relações objetivas e o seu aspecto relacional, materializados por meio das estruturas que os campos constroem, enquanto microcosmos sociais específicos.

Para este estudo, dos microcosmos reconhecidos pelo conceito de campo, utilizamos mais especificamente o de *campo político*. Consideramos tal espaço bastante relevante no meio da ciência política, principalmente pela possibilidade de análise da relação existente entre a figura do agente político e a sociedade.

Segundo Canêdo (2017), o campo político é definido como um espaço com certa autonomia, mas ao mesmo tempo influenciado por uma série de regras, crenças e papéis próprios. Sobre a relação dos componentes desse campo com campos externos a ele, Bourdieu (1989) afirma que

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e agir em nome de parte ou da

totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos [...] mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui, ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se [...] pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece. (p. 185)

O trecho compilado, retirado do sétimo capítulo da obra referenciada e no qual o autor teoriza acerca do campo político, nos possibilita inferir que o acesso aos meios de participação política é distribuído de forma desigual na realidade social e, mais especificamente, no campo político, ou seja, ele é distribuído de acordo com a posição ocupada pelo sujeito nesse espaço social.

Bourdieu (1989) argumenta então que essa desigualdade distributiva faz com que o campo político funcione de acordo com a lógica da oferta e da procura, pela qual os cidadãos comuns possuem somente o direito de escolher, estando reduzidos a meros consumidores; enquanto os ‘mandatários’ – detentores do ‘capital político’ do campo (competências e domínio), organizados em instituições partidárias, competem pelo direito de falar/agir em nome de um determinado grupo.

Essa relação de oferta/procura entre os ‘apossados’ e os ‘desapossados’ é permeada por uma relação de concorrência, por parte dos primeiros, pela legitimação de seus discursos na ação e reação dos segundos. Dessa forma, Bourdieu (1989) clarifica que as ‘ideias-força’ são medidas, não pela sua veracidade, mas sim pela mobilização gerada entre os desapossados, o que agrega ‘capital político’ ao agente que busca a legitimidade.

Os ‘apossados’, no interior do campo político, se organizam em grupos – os Partidos – que possuem uma existência relacional. Nesse sentido, a organização partidária constitui um sistema de desvio de níveis, o que possibilita as variações entre posições de direita e de esquerda, dentro da estrutura desse mesmo campo (BOURDIEU, 1989).

Como vimos enunciando, o conceito de campo político se revela de fundamental relevância ao nosso estudo, principalmente pela possibilidade de análise que suscita, de não partir somente do pensamento dos agentes políticos – que constroem esse campo –, mas também pelo que seus discursos geram, de onde surgem e como se materializam. Tal possibilidade exige que haja uma análise das

propriedades sociais dos agentes que produzem os discursos; em quais lugares esses discursos foram produzidos, para quem e em qual momento histórico. Assim, o conceito busca captar os agentes políticos e suas estratégias, bem como entender as formas de organização coletiva que possibilitam a sua ação – e, ainda, a ‘reação’ a eles.

Dessa maneira, nos posicionamos na análise da interseção do campo político com o campo da educação, visto que o objeto de nossa pesquisa é a materialização da política educacional do governo de Brizola – os CIEP. Tal interseção se dá devido a característica relacional dos campos, o que possibilita ainda que os conceitos de *apossados*, *profanos* e *desapossados*<sup>3</sup> possa, também, ser variável de acordo com as características e panorama dos campos, como veremos nesta pesquisa.

Nesse caminho, como entender a participação da representação política municipal, face à construção dos CIEP, em Nova Iguaçu? Como evidenciar conflitos e anuências entre a recepção desses equipamentos educacionais no município da Baixada e o impacto causado na população alvo a que eles se destinam?

Do interior desse microcosmo com que Bourdieu nos brinda em seus escritos, este estudo busca assim analisar, por meio das Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o discurso de ‘profissionais’ do campo político – neste caso, os vereadores de Nova Iguaçu, no período compreendido ente 1983 até 1994 – acerca da implantação dos Centros Educacionais de Educação Pública em Nova Iguaçu, relacionando suas falas ao debate acerca da temática presente na imprensa local iguaçuana. Também busca compreender essas evidências nos discursos daqueles que os receberam, na comunidade – ‘desapossados’ nesse campo que constrói o campo social, mas que podem exercer sua atividade em outros campos, como o da educação, por exemplo. Teríamos esta situação presente, em nosso estudo?

Por fim, é importante evidenciar que, no capítulo em que nos detemos especificamente na análise das fontes coletadas, o trabalho teórico com o conceito de campo e de campo político será mais uma vez trazido à tona, desta feita por meio da articulação entre as reflexões teóricas aqui expressas (além de outras que se farão

---

<sup>3</sup> Os “*apossados*” seriam os componentes internos do campo político institucional, exercendo uma influência sobre o seu funcionamento. Já os “*desapossados*” / “*profanos*” seriam os excluídos desse campo político institucional, mas que ainda assim exercem uma influência sobre o campo em questão.

presentes) e as fontes arroladas, em sua materialidade e discursividade expostas pela análise.

Já em **termos metodológicos**, visando à análise de uma política pública educacional – e, no caso em estudo, também dos discursos produzidos a seu respeito -, esta pesquisa se utiliza do *método hermenêutico-dialético de interpretação e categorização de dados* apresentado por Minayo. Segundo Gomes (2002), a viabilização do método hermenêutico-dialético constitui-se por alguns passos a serem seguidos no lidar com a fonte. Primeiro, realiza-se uma ordenação, mapeando todos os dados obtidos pela pesquisa; após essa fase, há a classificação/categorização dos dados; e, por último, a análise final, articulando o referencial teórico e os questionamentos da pesquisa com os dados recolhidos.

Dessa forma, o método hermenêutico-dialético se configura como uma ferramenta que atribui teor de criticidade à pesquisa, relacionando os aspectos quantitativos dos dados aos aspectos qualitativos do arcabouço teórico, sem perder de vista, obviamente, os conflitos e contradições presentes nessa articulação. Uma análise da realidade material que tome por base tal procedimento procura superar visões distorcidas e parciais, construindo uma ponte concreta entre a teoria e a prática, o geral e o particular (GOMES, 2002).

No trato com os dados levantados pela pesquisa, a conexão entre o geral e o particular/local inerente ao método hermenêutico-dialético é buscada por meio da escolha, do cruzamento e da análise de fontes diferenciadas. Dentre elas, estão as ditas tradicionais<sup>4</sup> – fontes oficiais de projeção, debate e implantação dos CIEP, no caso desta pesquisa encontradas principalmente nas atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, mas também na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, na Diretoria Regional Metropolitana I da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e na Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu – e as não tradicionais - entrevistas com trabalhadores e moradores da comunidade ao redor de CIEP, bem como a imprensa.

---

<sup>4</sup> A ampliação do conceito de fonte historiográfica, bem como a relativização dos tempos históricos e a interdisciplinaridade estão relacionadas ao movimento da Escola dos Annales, que, liderada em sua primeira fase por Marc Bloch e Lucien Febvre, provocou uma grande transformação metodológica no campo historiográfico na primeira metade do século XX.

Tais fontes nos permitem captar as ideias originais do projeto, seus pressupostos teóricos, as questões legislativas e burocráticas que atravessam e são atravessadas pelo campo político e, no caso das Atas da Câmara Municipal, das entrevistas e da imprensa, como elas chegaram, foram recebidas e, principalmente o teor do debate entre os vereadores e parte da população de Nova Iguaçu no 1º e 2º PEE. Assim como Barros, entendemos a fonte histórica como um produto de seu tempo, estando em suas muitas camadas permeada de discursos a serem decifrados pelo pesquisador (BARROS, 2019). Ainda de acordo com o autor, a fonte é aspecto central para a construção da história-problema, uma história para além da descrição, uma história questionadora.

Ademais, por pesquisar uma experiência educacional marcante como os CIEP, tanto nacional quanto no estado do Rio de Janeiro, este trabalho se configura como uma pesquisa que também busca aporte na História da Educação, mais especificamente no que podemos denominar de História Local de Nova Iguaçu, através do cruzamento de fontes. A História Local é uma modalidade metodológica que auxilia na reconstrução da capacidade de agência dos personagens periféricos, na medida em que focaliza variadas escalas de análise, abordando modos de vida coletivos e individuais em espaços não convencionais, como bairros e cidades periféricas (TOLEDO, 2010).

Além disso, a História Local, uma vez que capta a voz dos atores sociais locais, é capaz de construir uma identidade cultural local e uma consciência histórica no indivíduo. Assim, tal metodologia de análise gera um interesse pela localidade, o que fomenta a criticidade do indivíduo no presente, formando cidadãos ativos em sua realidade social (ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013). Outro benefício do uso da localidade na análise é a possibilidade de rompimento com o tradicionalismo histórico, visto que a história local aparece como uma alternativa aos conteúdos consagrados de História geral, focando sua análise em grandes personagens que participaram de grandes eventos e/ou em grandes localidades.

Outra possibilidade metodológica é trazida ao trabalho com a realização de *entrevistas* com trabalhadores e vizinhos dos CIEP, participantes daquele processo histórico. Nesse sentido, buscou-se apreender - por meio de depoimentos -, testemunhos, narrativas e interpretações sobre a História, em todos os seus aspectos.

Uma outra fonte trazida por nós é a imprensa escrita, encarada aqui como espaço de discurso de setores da sociedade, e que pode trazer em suas páginas percepções e debates, diante de acontecimentos relevantes para a pesquisa. Por meio do uso da imprensa enquanto fonte para a análise histórico-educacional, é possível compreender a educação como um processo histórico que se relaciona aos debates vigentes na sociedade acerca da temática (PASQUINI; TOLEDO, 2014). Além disso, as fontes jornalísticas contam ainda com uma certa liberdade, em comparação com as fontes tradicionais e oficiosas, na medida em que, em contextos democráticos, não passam por um controle rígido e pelo tecnicismo burocrático (ZANLORENZI, 2010). A metodologia da história-problema que nos propomos a realizar exige que nos debruçemos sobre a subjetividade das narrativas encontradas em tais fontes, visando a um cruzamento que, pretendemos, se evidencie capaz de revelar a História Local da Educação em Nova Iguaçu por meio da implantação dos CIEP em seu território.

Essa construção de entrecruzamento de fontes e discursos proferidos ganha uma dimensão mais precisa no capítulo final do estudo, quando, a partir da fonte inicial – as Atas da Câmara Municipal – evidenciamos temáticas recorrentes, tanto nessas Atas quanto nas demais fontes pesquisadas. A análise dessas temáticas proporcionou ao estudo uma reflexão mais aprofundada sobre o campo político em sua capilaridade pelo macrocosmo social, o que será detalhado na Introdução desse último capítulo.

Finalizando os aspectos metodológicos que compõem nosso estudo, é importante destacar que nos aportamos, tanto na *pesquisa bibliográfica*, quanto na *pesquisa documental*, buscando melhor organizar os procedimentos que se fizeram apresentar ao nosso objeto, no sentido de melhor construí-lo.

Nessa perspectiva, a opção pela pesquisa bibliográfica se dá pela necessidade de respaldo científico na área das Ciências Humanas e será feita com base no referencial teórico enunciado anteriormente. Já no tocante à pesquisa documental, entendemos por documento, neste estudo, e a partir do que nos apresenta Le Goff (1990) que o documento histórico é, antes de tudo, um produto da sociedade que o fabricou, em todas as suas relações e contradições.

Cabe ao historiador transformar esse documento em monumento, transportando-o do campo da memória coletiva para o campo da História enquanto ciência, colocando-o em série (análise quantitativa) e inserindo-o em um contexto histórico permeado de outros documentos/monumentos (análise qualitativa). Para

tanto, deve-se superar o positivismo na análise historiográfica (LE GOFF, 1990) e, conseqüentemente, ultrapassar as análises exclusivamente voltadas para os grandes homens, agindo em grandes acontecimentos e em grandes localidades. O historiador/pesquisador, uma vez diante de sua fonte, deve se colocar de forma ativa e crítica, abrindo espaço para novas abordagens, novos agentes sociais, locais periféricos e construindo, ainda de acordo com Le Goff (1990), uma história qualitativa. É dessa forma que construímos a nossa pesquisa.

Visando à conclusão desta seção, se faz necessário contextualizar que este estudo se realizou, inteiramente, em meio a pandemia do Coronavírus (COVID-19), iniciada no primeiro trimestre de 2020, ano pelo qual a doença se alastrou e no qual fomos selecionados para cursar o Mestrado no PPGEdU/UNIRIO. De certa forma, dedicamos esse esforço acadêmico também a todas as vidas perdidas para o vírus. Especificamente em relação à nossa investigação, devido à declaração de estado de calamidade pública e a necessária paralisação/redução de atividade das instituições públicas (neste caso, universidades e câmaras municipais) a pandemia alterou significativamente o andamento do trabalho acadêmico, principalmente em sua fase de campo (coleta de dados/fontes).

O acesso às atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu foi reduzido, devido à restrição da abertura de tal instituição, desde o começo do isolamento social – período que coincidiu com toda a elaboração do estudo –, o que fez com que as idas ao acervo ficassem restritas a visitas semanais que, no entanto, não impediram que a pesquisa fosse iniciada.

Além disso, o planejamento primeiro desta pesquisa visava entrevistar vizinhos e trabalhadores de, ao menos, um CIEP de cada uma das 9 Unidades Regionais de Governo (URG) de Nova Iguaçu. Entretanto, o contexto pandêmico e as dificuldades inerentes a ele fizeram com que tais encontros se tornassem perigosos, tanto para o pesquisador em questão, quanto para os entrevistados. Nesse contexto, a saída metodológica encontrada por nós foi a de restringir esse espectro a somente uma escola e em uma dessas URG. Por isso, lançamos mão de entrevistas realizadas pelo autor deste trabalho, no âmbito de seu Trabalho de Conclusão de Curso, já citado nesta introdução, e que foi realizado no ano de 2018.

Nesse contexto, as dez entrevistas que serão utilizadas e analisadas enquanto fontes históricas foram coletadas no ano de 2018, com todos os cuidados

metodológicos e éticos exigidos por uma pesquisa acadêmica, estando todas as falas devidamente autorizadas pelos entrevistados em questão, à época em que ocorreram. Os sujeitos que, por meio das entrevistas, nos falam acerca da história do CIEP – 026 Vicente de Paula foram as funcionárias Sandra Silva Henriques; Maria do Carmo da Silva; Elaine Ramos da Silva; Janiara da Silva; Laércio Araújo dos Santos (também ex-aluno da escola); Katia Teize de Freitas; Mônica Oliveira da Silva; Silvânia Nunes Barbosa e Aline de Oliveira Maranhão, além de Juvêncio Abraão da Silva, vizinho e membro ativo na escola em questão.

Já quanto ao uso da imprensa, a pandemia foi altamente prejudicial ao nosso estudo, visto que idealizávamos, de início, incluí-la no cruzamento de fontes, ocupando uma posição equivalente às duas principais fontes utilizadas por nós – as Atas da Câmara Municipal e as entrevistas de sujeitos envolvidos. Pretendíamos, ainda, nos utilizar especialmente da imprensa local, visando melhor apreender as questões que nos interessam nesta pesquisa – as reações de variados setores da população iguaçuana à chegada dos CIEP.

Entretanto, devido às condições adversas trazidas pela pandemia, se fez necessária mais uma alteração metodológica. Novamente, pela latente necessidade do isolamento social, ficamos impossibilitados de realizar o trabalho de campo também nos acervos dos jornais locais contactados<sup>5</sup>. Dessa forma, a saída encontrada para não abandonarmos um tipo de fonte com tantas potencialidades quanto a imprensa, foi utilizá-la neste trabalho ilustrando os debates realizados com base nas fontes principais e no aporte teórico já delimitado nesta seção.

Para proceder a essa ilustração, nos utilizamos do acervo online da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, plataforma na qual buscamos jornais com boa circulação no Rio de Janeiro e que, de alguma maneira, abordassem os CIEP entre as décadas de 80 e 90, determinando como recorte dessa investigação o período dos dois PEE.

Foi assim, por meio da Hemeroteca Digital, que chegamos ao jornal *A Luta Democrática* que, sendo originário da Baixada Fluminense, foi o mais utilizado nesta

---

<sup>5</sup> Várias situações foram impostas nesse caminhar, entre elas, a anuência e, mais tarde, a desistência de um dos donos de periódico local para uma conversa inicial, quando apresentaríamos o projeto e conheceríamos o acervo do jornal, no período que interessa ao recorte de nosso estudo.



pesquisa. Criado em 1953 por Tenório Cavalcanti<sup>6</sup> e com grande circulação durante a segunda metade do século XX em sua cidade de origem – Duque de Caxias –, *A Luta Democrática* atingia um bom público, não somente na Baixada, como na maioria do estado, tendo o seu auge de circulação na década de 1960. (SILVA, 2011).

Dessa forma, tal jornal serviu como plataforma política e construção/ampliação da imagem pública de seu criador, o que lhe possibilitou o estabelecimento de uma maior influência no campo político fluminense e o aumento da popularidade com as camadas empobrecidas. Com a ajuda da *Luta Democrática*, Tenório Cavalcanti se tornou o “homem da capa preta”, uma espécie de justiceiro que se tornou um ícone da violência política na Baixada Fluminense na metade do século XX (SILVA, 2011), chegando a ser eleito como o deputado federal mais votado do estado, justamente no ano da criação de seu jornal.

Assim, desde a sua gênese, o jornal adquiria para si um caráter udenista<sup>7</sup>, mas possuía também características de um trabalhismo popular e de diálogo com a classe trabalhadora, construindo uma identidade bastante singular, atrelada diretamente à identidade também singular de seu fundador, no panorama político fluminense (SILVA, 2011). Tal identidade, tão *sui generis*, é carregada pelo periódico até o fim de sua circulação, ainda na década de 1980. Nele, encontramos algumas citações relevantes aos CIEP, a Leonel Brizola e a Darcy Ribeiro, as quais trazemos ao longo dos capítulos, visando exatamente compor o contexto de nosso objeto de estudo.

Além do jornal *A Luta Democrática*, encontramos na Hemeroteca Digital e nos utilizamos também de reportagens realizadas por outros periódicos para fins ilustrativos, tais como os jornais *O Fluminense* e *O Globo*, que serão trazidos ao longo desta pesquisa.

Sobre o primeiro, de acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>8</sup>, o jornal *O Fluminense* é originário do município de Niterói, sendo criado em 08 de maio

---

<sup>6</sup> Migrante alagoano, foi um influente e recorrente político fluminense, com relações de cunho coronelista especialmente na cidade de Duque de Caxias. No cinema, serviu de inspiração para o filme “O Homem da Capa Preta”, dirigido por Sérgio Rezende.

<sup>7</sup> O “udenismo” – proveniente da UDN (União Democrática Nacional) e personalizado em Carlos Lacerda – e o “trabalhismo” – representado principalmente pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e personalizado em políticos como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola – eram as principais bandeiras políticas no Rio de Janeiro e no Brasil em meados do século XX.

<sup>8</sup> Acervo CPDOC – Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>.

de 1878 por componentes da Guarda Nacional, os majores Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos – membros do Partido Conservador – e começando a circular simultaneamente na cidade natal e na capital, Rio de Janeiro.

No findar do século XX, esse periódico chega ao contexto da redemocratização política do Brasil apoiando uma negociação entre o governo militar e a oposição, dentro do qual o governador Leonel Brizola aparece como mais um dos envolvidos no processo político. Sua circulação ainda está ativa.

Já quanto ao jornal O Globo, ainda segundo o CPDOC-FGV<sup>9</sup>, é um periódico de grande circulação, fundado em 29 de julho de 1925, por Irineu Marinho, na cidade do Rio de Janeiro e também com circulação ativa. Trata-se de um representante da grande imprensa nacional que, durante o recorte temporal de nossa pesquisa, apoiou o processo de redemocratização, mas fez oposição ao governo de Leonel Brizola – um dos mais atuantes no processo de abertura política – no Rio de Janeiro. As críticas ao governo estadual eram direcionadas principalmente ao seu projeto educacional e os CIEP, que eram tratados no periódico como uma obra cara e eleitoreira.

### **Estrutura da Dissertação**

Nosso estudo estruturou-se e foi organizado em três capítulos que se complementam.

No primeiro deles, focalizamos a política pública educacional que culminou nos CIEP, trazendo antes o contexto político das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, fortemente marcado pela redemocratização, especificamente, no Rio de Janeiro, onde se deu o desenrolar político-eleitoral que levou o grupo político liderado por Leonel Brizola ao governo do estado. Além da formação desse grupo – que logo virou Partido –, analisamos os dois mandatos de Brizola à frente do Rio de Janeiro, especialmente o planejamento, implantação e críticas a sua principal política pública: os Centros Integrados de Educação Pública, decorrentes do primeiro e do segundo Programa Especial de Educação. Dessa forma, na segunda seção desse capítulo inicial, analisamos como essa política pública foi gestada, apresentada à população

---

<sup>9</sup> Acervo CPDOC – Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>.

fluminense – especialmente ao corpo docente da rede pública estadual –, implementada e debatida no campo político, acadêmico e da imprensa.

No segundo capítulo, discorremos sobre a localidade estudada por esta pesquisa: a cidade de Nova Iguaçu. Analisando sua formação histórica e geográfica, percebemos que a história dessa municipalidade se mistura à história de toda a Baixada Fluminense. Focalizamos, contudo, o município no período relacionado ao nosso recorte temporal, especialmente a chegada dos CIEP em Nova Iguaçu, a distribuição dessas escolas pelo território iguaçuano e os desmembramentos sofridos por esse território, provocados pela nova onda de emancipações na Baixada e que, de certa forma, transformaram o panorama educacional da cidade.

Já no terceiro capítulo, analisamos a implementação dos CIEP na localidade em questão e, principalmente, as reações de setores da sociedade iguaçuana a essa obra. Mesmo trazendo nossas fontes em outros momentos do estudo, é neste capítulo que intensificamos o cruzamento das fontes, apresentando-as e relacionando-as com o aporte teórico; debatendo as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu; expondo e discutindo as entrevistas com os trabalhadores e vizinhos do CIEP 026 – São Vicente de Paula e, ainda, ilustrando os aspectos predominantes nesses debates por meio da imprensa.

Iniciemos, assim, a nossa investigação sobre os CIEP e o impacto de sua construção em Nova Iguaçu, contextualizando o momento em que essa política foi gestada, no estado do Rio de Janeiro.

## 1 OS CIEP NO PEE: CONTEXTO E IMPLANTAÇÃO

Iniciar um estudo em que os CIEP sejam o foco não prescinde de um primeiro momento em que o contexto de sua elaboração esteja presente. Afinal, a magnitude desses Centros Integrados que se capilarizaram pelo estado do Rio de Janeiro nas décadas de 80 e 90 é algo até hoje visível e que, à época, causou impactos, tanto pedagógicos quanto sociais.

Nessa perspectiva, o objetivo deste primeiro capítulo é o de abordar o ambiente político de redemocratização nacional e especificamente fluminense, que vai desembocar nos processos que dão origem aos Programas Especiais de Educação (PEE) e dos quais derivam os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Na primeira seção, discorreremos sobre o contexto político nacional e estadual no qual se deu a eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro. Já na segunda, focalizamos a principal política pública educacional dos dois governos brizolistas: o PEE e sua materialização nos CIEP. Reservamos ainda a terceira seção para explanar e problematizar as principais críticas recebidas por essa política educacional criada por Brizola e Darcy Ribeiro.

### 1.1 De volta à democracia: O contexto político de criação, desmonte e retomada dos CIEP

No ano de 1982, em meio ao processo de redemocratização política em decorrência do declínio da ditadura civil-militar que assolava o Brasil há 18 anos, Leonel de Moura Brizola<sup>10</sup> foi eleito para o governo do estado do Rio de Janeiro. Devemos então compreender como e em que ambiente político se deu a vitória brizolista, em um contexto de retomada democrática nacional.

Segundo Sarmiento (2008), o período que antecede as eleições estaduais de 1982 deve ser analisado com base em três questões: (1) a maneira com que o governo ditatorial conduzia a abertura do regime; (2) a configuração do campo político

---

<sup>10</sup> Ex-prefeito e governador do Rio Grande do Sul, foi eleito deputado federal pelo então Estado da Guanabara, no ano de 1962. Depois de ter de se exilar no Uruguai, nos Estados Unidos e na Europa, por ocasião da perseguição política engendrada pela ditadura, Brizola desembarcou no Brasil através da Lei de Anistia, em 1979.

fluminense no período, sob forte influência do maquinário político do então governador Chagas Freitas; e (3) a estratégia político-eleitoral de Leonel Brizola. Vamos a elas.

Nos fins da década de 1970 e início da década de 1980, em um contexto externo de recessão econômica decorrente da crise do petróleo (1973), pressão por parte do governo americano de Jimmy Carter – com sua retórica de valorização dos direitos humanos contra o autoritarismo brasileiro – e um contexto interno de crescimento da impopularidade representada pelo resultado das eleições de 1974<sup>11</sup>, o grupo de militares ligados ao presidente Geisel e depois ao presidente Figueiredo vislumbrava a abertura lenta, segura e gradual da ditadura militar. De acordo com o grupo, essa transição deveria ser gradativa e controlada pelos militares (SILVA, 2003).

Esse conturbado processo gerou embates, não somente entre governo e oposição, como também entre os militares<sup>12</sup>, e pode ser caracterizado pela tomada de medidas como o fim do Ato Institucional nº 5 e da censura à imprensa, o advento da desejada Lei de Anistia<sup>13</sup> e o fim do bipartidarismo, em 1979. Entretanto, nem tudo eram as flores que Geraldo Vandré cantou. A fase final da ditadura é marcada também por atos repressivos, como o fechamento do congresso por Geisel, em 1977, e por atentados realizados pela denominada ala linha-dura (sendo o do Riocentro, em uma comemoração do dia do trabalhador, o mais brutal deles).

Contudo, a repressão não impedia o crescimento da oposição democrática – fortificada pela já citada liberação dos partidos políticos – e da organização da sociedade civil, que cada vez mais ocupava as ruas com as greves sindicais e campanhas de massa, como a “Diretas Já!”<sup>14</sup> – impedidas pela derrubada da Emenda Dante de Oliveira. É nesse momento que, de acordo com Silva (2003), os partidos

---

<sup>11</sup> Em um pleito legislativo, o MDB – oposição consentida no arranjo bipartidário – sai vitorioso, elegendo 16 senadores e 187 deputados.

<sup>12</sup> No interior do meio militar, os embates acerca da abertura do regime giravam em torno da ala castelista (que visava a reconstitucionalização do regime e uma abertura controlada pelos militares) e a ala linha-dura, que, em última instância, se opunha à abertura (SILVA, 2003).

<sup>13</sup> Houve uma mobilização popular pela Anistia “ampla, geral e irrestrita” aos presos e exilados políticos. A lei é instituída em 28 de agosto de 1979, mas sem negociação com a oposição e a sociedade civil e voltada não somente para os perseguidos, mas anistiando também os militares envolvidos em atos repressivos.

<sup>14</sup> Apesar da mobilização partidária e popular intensamente difundida nos meios de comunicação e nas ruas, os acordos entre os militares e os oposicionistas moderados indicam uma eleição indireta, que seria vencida em 1985 pela chapa que melhor representava o segundo grupo: Tancredo Neves e José Sarney.

políticos – ainda em reorganização – assumem o controle da democratização no interior do campo político institucional.

Diante do temor de eminente derrota eleitoral nas eleições estaduais de 1982, os militares buscavam controlar os partidos para enfraquecer a oposição, fortemente representada na figura de Leonel Brizola, um dos anistiados de 1979. Essa tentativa pode ser simbolizada pela legislação eleitoral, que pôs em vigor a Lei Falcão, criada para impedir a oposição de acessar os meios de comunicação – principalmente a televisão (SILVA, 2003).

Uma vez no Brasil, o anistiado Leonel Brizola pretendia criar o “novo trabalhismo”, refundando o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Getúlio Vargas, João Goulart e do próprio Brizola, organização central no trabalhismo brasileiro e extinto pelo Ato Institucional nº2, de 1965, que tornou obrigatório o bipartidarismo. Contudo, em uma disputa com a sobrinha-neta de Getúlio Vargas – Ivete Vargas – Brizola perdeu o direito à sigla, conforme determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1979 (SARMENTO, 2008).

Com essa grande derrota política, Brizola se vê obrigado a construir um novo partido político, mas ainda com base nas ideias históricas trabalhistas confirmadas por ele, no exílio. Surge, assim, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado com base em três eixos principais: a democracia, o trabalhismo e o socialismo.

Em sua formação, o novo partido, sediado no Rio de Janeiro, objetivaria aliar aspectos do trabalhismo histórico - com sua proeminência política na metade anterior do século XX -, para fundar um novo trabalhismo. Entretanto, a derrota nos tribunais para Ivete Vargas não representou somente a perda da sigla, mas também a saída de alguns quadros trabalhistas importantes. Isso abriu espaço para novos componentes, que não tinham relação com o antigo trabalhismo.

Novas pessoas, novas ideias e essa situação acabou por gerar intensos debates na determinação das diretrizes e caminhos do partido. Em sua pluralidade de correntes, seus quadros chegavam a agregar inclusive marxistas. As únicas unanimidades nos debates eram o nacionalismo e o anti-imperialismo. (SENTO-SÉ, 2004).

No campo político institucional do Rio de Janeiro, essa nova organização político-partidária se estabelecia aos poucos. Eram dominantes ainda os efeitos políticos da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975, processo no qual Faria (2011) aponta para a montagem da “*máquina política do chaguismo*” (p.44) no interior do MDB. Chagas Freitas, governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1979 e 1983, apesar de ser do partido da oposição consentida, possuía boas relações com os militares no poder, o que possibilitou a formação de toda uma estrutura política em volta do político.

Sobre o modo de atuação desse grupo político dominante, Faria (2011) nos diz que:

[...] conforme a lógica do chaguismo, o partido é substituído pela máquina, e a formação política democrática pela deformação [...] o partido se converte em facção, ocasionando a manobra particularista de assalto aos cargos públicos. É nesse sentido que o fenômeno chaguista suprime o princípio da divisão de poderes [...] estabelecendo uma máquina clientelista. (p. 61)

Dessa forma o “chaguismo”, caracterizado pelo clientelismo<sup>15</sup> e pelo anti republicanismo, se firma não só na capital do novo estado, como também no interior. A Educação não passaria ilesa por esse processo. Além da predominância de uma visão tecnicista do processo educativo, a escola chaguista apresentava também características antidemocráticas, de reprodução das desigualdades sociais e esvaziamento de sua função social (FÁRIA, 2011). A permeabilidade dessa rede chaguista no meio educacional e o seu enraizamento entre o professorado poderiam ser possíveis entraves para políticas educacionais que se contrapunham a chaguista, em um futuro próximo.

Após o remanejamento e reequilíbrio de forças inerentes ao campo político institucional (BOURDIEU, 1989), com as saídas de Chagas Freitas do PMDB para o Partido Progressista (PP) e de Amaral Peixoto<sup>16</sup> para o Partido Democrático Social

---

<sup>15</sup> Segundo Eli Diniz, o clientelismo é uma estratégia das classes dominantes para se manter no poder, conciliando e misturando interesses privados e do Estado (LOPES, 2008, p. 4), atendendo assim demandas individuais e paliativas, com base na oferta de favores em troca de voto, sem, contudo, solucionar problemas de forma definitiva.

<sup>16</sup> Interventor indicado por Getúlio Vargas no Rio de Janeiro de 1937 a 1945 e Governador do Estado entre os anos de 1951 e 1955.

(PDS), esse grupo dominante demonstrava sinais de enfraquecimento. Contudo, o grupo chaguista e o seu maquinário permaneceram em parte da estrutura do PMDB, representada na eleição de 1982 pela candidatura de Miro Teixeira, que estava seguro e confortável na liderança (MOREIRA, 2019). A perda do favoritismo do candidato pemedebista pode ser resumida com a chegada de um único nome na disputa: Leonel de Moura Brizola.

Cabe-nos perceber ainda que tal situação tratava-se ainda do primeiro processo eleitoral para o governo do Rio de Janeiro após a fusão (1975), o que colocava a campanha brizolista em um contexto de transição dupla do autoritarismo da ditadura civil-militar em nível federal e da cultura chaguista, em nível estadual. (FARIA, 2011).

Levantando a bandeira do novo trabalhismo, o PDT se insere então na disputa para o governo do estado do Rio de Janeiro com Leonel Brizola como candidato principal e o antropólogo Darcy Ribeiro como vice. A chapa Brizola-Darcy representava bem a aliança entre os principais ideais do jovem Partido: o trabalhismo – simbolizado por Brizola, a personificação do elo entre o antigo e o novo trabalhismo – e o socialismo – representado em Darcy Ribeiro e sua defesa do “socialismo moreno”<sup>17</sup>, tão marcante naquela campanha (SARMENTO, 2008). O gaúcho tentava novamente um cargo eletivo no local que lhe concedeu a maior votação proporcional de um deputado federal na história brasileira, na ocasião de sua vitória na eleição para a vaga de deputado federal do Rio de Janeiro, no ano de 1962.

Naquele momento de redemocratização nacional, o novato PDT já dominava o espectro da esquerda oposicionista, no campo político institucional (SILVA, 2003). Dessa forma, a entrada de Brizola altera toda a lógica da disputa e, em pouco tempo, o trabalhista dominou os debates, a comunicação de massa e as pesquisas de intenção de voto. De acordo com Moreira (2019):

Uma das pesquisas, publicada pelo jornal O Globo pouco mais de três meses antes da votação, indicava Brizola em quarto lugar com 16%; Miro Teixeira com 25,6% em primeiro, Moreira Franco assumiu a segunda posição com 23,6% e Sandra Cavalcanti, que na primeira

---

<sup>17</sup> Seria o socialismo possível no Brasil, ou o caminho brasileiro para se chegar à política socialista de fato, construída com a ocupação das instituições de poder via eleição (SENTO-SÉ, 2004), em um viés reformista.



pesquisa realizada em março de 1982 estava liderando, nesta nova pesquisa computava 23,3%, na terceira posição.<sup>18</sup>

Além da ocupação da comunicação de massa, foram também o carisma, a oratória e a nacionalização do debate elementos primordiais para que a estratégia brizolista obtivesse sucesso. Ademais, na medida em que se colocava no espectro oposto ao da ditadura, associava os demais candidatos ao regime militar, se declarando como única liderança oposicionista de fato naquele campo político (SARMENTO, 2008).

Miro Teixeira (PMDB) buscava se afastar do ex-governador Chagas Freitas para passar ao eleitorado uma ideia de novidade. Contudo, tal estratégia faz com que a candidatura de Teixeira, antes favorita, começasse a minar, principalmente por uma ambiguidade interna: a ideia da novidade não seduziu a população e a máquina chaguista não foi utilizada a seu favor (MOREIRA, 2019).

Moreira Franco (PDS) se torna, assim, o principal rival de Brizola, que, com propostas elaboradas para enfrentar a desigualdade social e atender as camadas populares – com discursos voltados a negros, favelados, periféricos, indígenas, mulheres e minorias como um todo –, avançava intensamente nas ruas (SARMENTO, 2008).

Ao colocar as camadas populares em cena, Brizola buscava romper com o conservadorismo do modelo clientelista característico do chaguismo. Tal camada seria atendida, principalmente, por meio da educação. Assim, a recorrência da temática da educação nos discursos fez dela a principal plataforma política da campanha, com destaque para o histórico de atuação política de Brizola na área – principalmente quanto ao projeto educacional *Nenhuma criança sem escola*, que se materializou na construção das “brizoletas”<sup>19</sup> no Rio Grande do Sul, com uma política educacional voltada para o combate ao analfabetismo naquele estado, durante o seu governo (FARIA, 2011).

---

<sup>18</sup> Trecho retirado da matéria *Ibope: Miro em primeiro; Moreira Franco em segundo* publicada no jornal O Globo no dia 11 de setembro de 1982, caderno O País, página 4.

<sup>19</sup> Nome dado às escolas construídas por Brizola em seu mandato enquanto governador do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, com essas estratégias de campanha e discurso, após ser colocado como alvo de somente 3% dos votos em pesquisa realizada pela Proconsult<sup>20</sup>, no dia 15 de novembro de 1982, Leonel de Moura Brizola e Darcy Ribeiro (PDT – 34% dos votos) vencem Moreira Franco (PDS – 30,60%), Miro Teixeira (PMDB – 21,46%), Sandra Cavalcanti (PTB – 10,72%) e Lysâneas Maciel (PT – 3,05%)<sup>21</sup>. Nem sequer houve segundo turno.

Além da vitória no pleito principal, impulsionado pelo mecanismo do voto na legenda<sup>22</sup>, o PDT elege Saturnino Braga como senador e conquista a maior bancada da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, com 24 deputados, em um total de 70. O pedetista Paulo Ribeiro se torna o presidente da Assembleia, que tinha como liderança do governo o também pedetista José Talarico. Se desenhou então, no interior do campo político institucional, um horizonte positivo para as políticas brizolistas, no início de seu primeiro mandato (SARMENTO, 2008).

Tão logo iniciado o seu governo, da mesma forma que fez quando fora governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola cumpriu sua promessa eleitoral de priorizar a educação e as camadas populares. Isso pode ser percebido em seu discurso de posse, no dia 15 de março de 1983, apreendido por BOMENY (2008):

Povo algum conseguirá atingir qualquer grandeza, nem sequer tocar no que chamamos de desenvolvimento, enquanto não tratar com a mais alta prioridade desta questão, através da educação e assistência às crianças desde o ventre da mãe, aos adolescentes e aos jovens, de tal modo que a população se eleve globalmente (p. 98).

Além disso, no mesmo dia – o primeiro de Brizola enquanto governador fluminense – é criada, por meio do Decreto 6.626, a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, composta por Darcy Ribeiro, Yara Vargas (secretária estadual de educação), Maria Yedda Linhares (secretária municipal de Educação) e João Salim Miguel (reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ). Esse grupo ficou responsável pela elaboração da política educacional do governo estadual (MOREIRA;

---

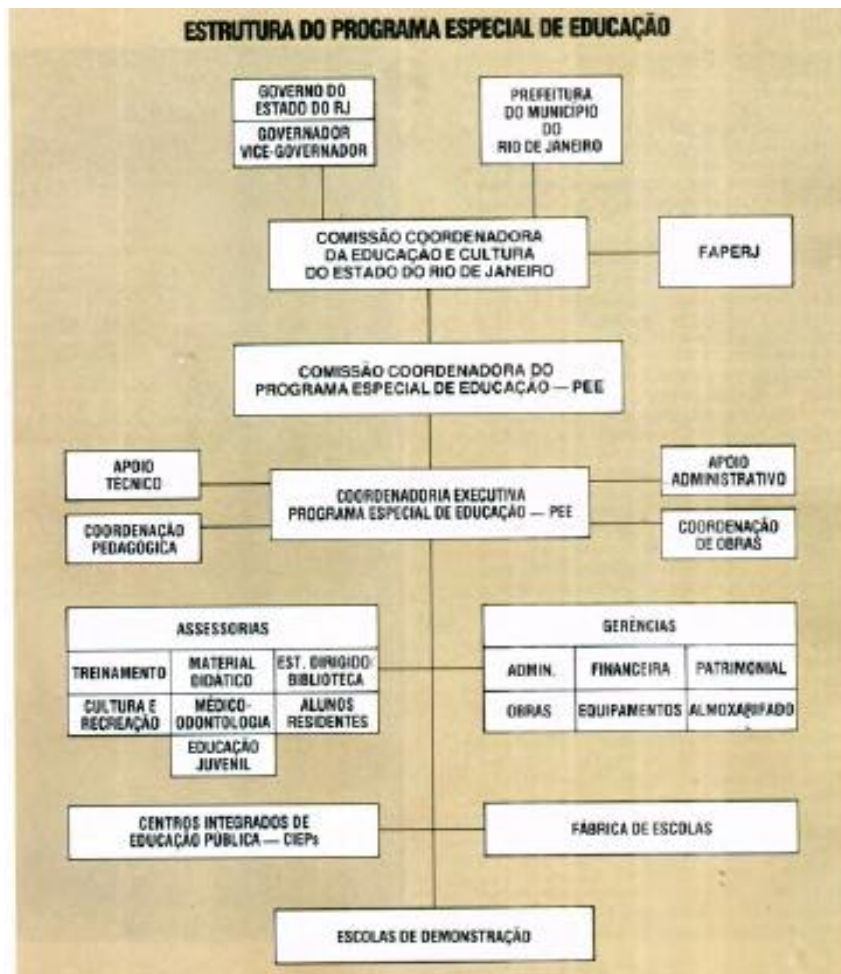
<sup>20</sup> A empresa PROCONSULT, contratada para organizar o processo eleitoral e a apuração dos votos, teve seu contrato cancelado após denúncias da candidatura de Brizola.

<sup>21</sup> Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 1982. Consultado em 03 de março de 2021.

<sup>22</sup> O eleitor era obrigado a votar no mesmo Partido para todos os cargos do pleito em questão.

SOARES, 2019), ocupando um papel central diante das outros componentes envolvidos na idealização e implantação do projeto, como podemos averiguar na imagem a seguir:

Imagem 2: Estrutura do Programa Especial de Educação



Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.

Entretanto, o que motivava o novo governo a estabelecer a educação como o assunto mais emergencial de sua ação? De acordo com Ribeiro (1986):

A escolha da educação como prioridade fundamental responde, essencialmente, à ideologia socialista-democrática do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola. Essa ideologia é que, contrariando uma prática antiquíssima de descaso em matéria de Instrução Pública, nos deu a coragem de abrir os olhos para ver e medir a gravidade do problema educacional brasileiro (p. 16).

As promessas de campanha, a escolha ideológica referida por Darcy Ribeiro e as ações emergenciais encontravam coro nas ruas uma vez que, com a reorganização democrática da sociedade brasileira, esperava-se o mesmo em relação à educação. Diante de um panorama de desvalorização financeira, precariedade, evasão e repetência especificamente nesse setor, a sociedade civil – os desapossados da lógica do campo político (BOURDIEU, 1989) – reivindicava, junto aos candidatos eleitos e legitimados por ela, em 1982, a também redemocratização da educação (MIGNOT, 2001).

Brizola e Darcy Ribeiro enxergavam nesse processo a transformação da sociedade como um todo, tendo como consequência o desenvolvimento da democracia e da igualdade (MOREIRA, 2019). Assim, conforme promessa de campanha, a meta era uma política pública educacional que permitisse às camadas populares um menor nível de desigualdade; o contexto histórico, político e social parecia favorecer tais demandas.

Foi a partir dessas premissas, da demanda popular e do panorama político favorável no interior do campo político que, por meio da Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, foi elaborado o Programa Especial de Educação (PEE), no qual são propostos os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), foco de nosso estudo na próxima seção.

Ao fim de seu mandato, Brizola tenta fazer com que o projeto político trabalhista permaneça à frente do estado, emendando um segundo mandato. Porém, para não ser impedido de concorrer à futura eleição presidencial de 1989 – a primeira em quase 30 anos e seu maior objetivo de vida –, Leonel Brizola lança Darcy Ribeiro como candidato ao Governo do Rio de Janeiro nas eleições de 1986.

Durante toda a campanha, entre críticas e defesas, os CIEP são pautados, principalmente pela imprensa. É estabelecido o debate: o PEE e, por consequência, o projeto dos CIEP, seria uma política a ser preservada ou sua iniciativa de priorização da educação como reforma social não funcionou?

Os demais candidatos ao governo estadual, mesmo assumindo o compromisso junto a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

(FAMERJ) de dar continuidade ao PEE, denunciavam a suposta partidização do programa (MIGNOT, 1989). Tratava-se da acusação de uso eleitoral do PEE, assunto que abordamos na última seção.

Nesse pleito, os pedetistas são derrotados por Moreira Franco (PMDB – 49,35%), ficando o PDT na segunda posição, com 35,88% dos votos, em uma eleição que contou também com Fernando Gabeira (PT – 8,57%), Aarão Steinbruch (PASART – 3,58%), Agnaldo Timóteo (PDS – 1,77%), Sinval Palmeira (PSB – 0,64%) e Wagner Cavalcanti (PND – 0,21%)<sup>23</sup>. De acordo com Mignot (1989), um dos principais motivos para tal derrota teria sido a grande atenção dada aos CIEP - sendo essa uma das críticas em que nos aprofundamos posteriormente.

Moreira Franco vence assim a eleição e, ao contrário do que prometeu em campanha, o PEE foi interrompido em sua gestão. Dessa maneira as construções de CIEP, independentemente da fase em que estivessem, foram paralisadas por todo o estado. De acordo com Mignot (2001),

Em ruas, estradas, praças, bairros e favelas onde os CIEP estavam apenas em fase inicial da construção, os canteiros de obras foram abandonados. Eram resquícios de um sonho, escombros de um monumento à educação. Tapumes e entulho macularam a paisagem e a imagem da cidade vitrine do país (p. 163).

É nesse panorama que, ao vencer a eleição pela segunda vez em 1990, Brizola retoma o governo do estado do Rio de Janeiro. Porém, antes disso, o governador disputa a tão almejada eleição presidencial de 1989, na qual recebeu 16,51% dos votos, ficando na terceira colocação, atrás de Fernando Collor (PRN – 30,47%) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT – 17,18%)<sup>24</sup>. No segundo turno, Brizola apoia o candidato petista, que saiu derrotado da disputa.

No pleito estadual de 1990, Brizola e seu vice, Nilo Batista, vencem em primeiro turno com 60,88% dos votos, contra os 17,98% de Jorge Bittar (PT) e os 13,53% de Nelson Carneiro (PMDB)<sup>25</sup>. Na mesma eleição, o ex-vice-governador Darcy Ribeiro (PDT) conquista uma vaga no Senado Federal pelo estado do Rio de Janeiro. De 1991

---

<sup>23</sup> Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 1986. Consultado em 03 de março de 2021.

<sup>24</sup> Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 1989. Consultado em 03 de março de 2021.

<sup>25</sup> Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 1990. Consultado em 03 de março de 2021.

até 1994, é retomado então o projeto educacional que deu origem aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) e inaugurado o 2º Programa Especial de Educação.

Brizola não termina o governo no cargo, se licenciando para disputar pela segunda vez o pleito presidencial, em 1994, deixando Nilo Batista à frente do estado. O antigo governador é derrotado novamente na eleição federal, recebendo dessa vez somente 3,19% dos votos e ficando em uma amarga quinta colocação, atrás de Fernando Henrique Cardoso (PSDB – 54,24%) – eleito em primeiro turno –; Luiz Inácio Lula da Silva (PT – 27,07%), Enéas Carneiro (PRONA – 7,38%) e Orestes Quéricia (PMDB – 4,38%)<sup>26</sup>.

Nas eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro – que dessa vez ocorreram de forma concomitante à eleição presidencial – o PDT de Brizola lança como candidato Anthony Garotinho, derrotado em segundo turno por Marcello Alencar (PSDB). O sucesso do Plano Real seria quase todo capitaneado pelo PSDB, que venceu as principais eleições do país, no ano de 1994. O PEE e os CIEP sofrem mais um golpe.

Nosso estudo se circunscreve aos dois governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Dentre as principais ações – como a construção do sambódromo para o desfile das escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro e a da Linha Vermelha – focalizamos a mais notável e proeminente, situada no campo da Educação: os Programas Especiais de Educação (1º PEE e 2º PEE), de onde derivam os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).

## **1.2 O Programa Especial de Educação (PEE) e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP)**

Construídos durante o 1º Programa Especial de Educação (1983 – 1986) e o 2º Programa Especial de Educação (1991 – 1994), os CIEP – objeto de nosso estudo – são, de acordo com Darcy Ribeiro, uma revolução na história da educação brasileira, as verdadeiras escolas do futuro (RIBEIRO, 1991). Suas características – dentre elas,

---

<sup>26</sup> Tribunal Superior Eleitoral – Eleições 1994. Consultado em 03 de março de 2021.

principalmente, a educação em tempo integral – evidenciavam um modelo diferenciado de escola, frente ao tradicionalismo educacional brasileiro.

Em duas obras oficiais que destacam o trabalho realizado nesses dois Programas (RIBEIRO, 1986; RIBEIRO, 1991), Darcy Ribeiro aponta o fracasso educacional brasileiro, embasado em censos de alfabetização e escolarização das décadas de 1970 e 1980, e estabelecendo uma comparação entre o caso do Brasil e os de outros países da América Latina, como Argentina, Cuba, Uruguai e Costa Rica. Para Ribeiro, os indicativos dessa comparação atestam a existência de uma escola pública antipopular no Brasil. Dessa forma, o autor atribui o fracasso da educação brasileira principalmente a atitude das classes dominantes para com o povo.

Uma das políticas públicas educacionais que corroboraram com essa característica apontada por ele seria o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), projeto instituído pela ditadura civil-militar em 1968, que propunha uma alfabetização funcional de jovens e adultos. Ribeiro reconhece o crescimento da população escolar decorrente da ação, mas alega que houve um crescimento quantitativo, não qualitativo. Ou seja, ocorreu um aumento no número de atendidos, mas não uma melhoria de qualidade nas condições estruturais e pedagógicas oferecidas à população escolar (RIBEIRO, 1986). É nesse panorama educacional que uma política como a dos CIEP se mostra mais do que necessária, segundo sua visão.

O contexto educacional fluminense não se encontrava menos conturbado. Na transição entre os governos de Faria Lima e Chagas Freitas é deflagrada a greve dos profissionais da educação, em março de 1979. O movimento demandava principalmente a redução da carga horária semanal, a efetivação de professores e o reajuste salarial. Diante dessa situação, há a intervenção do governo federal, que, com base na Lei de Segurança Nacional e agindo como a ditadura que era, declara o movimento ilegal, prende seus líderes e dissolve o sindicato dos professores. (XAVIER, 2001). Após 5 meses, a greve chega ao seu fim, sem atingir a maior parte de seus objetivos.

Dessa forma, o processo de redemocratização política no Brasil e a vitória eleitoral de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro representam uma virada no panorama educacional, com o início de uma reforma na educação pública estadual representada no PEE. Dentre as características e objetivos mais gerais dessa reforma

estão o tempo de atendimento escolar, que passa a ser integral, buscando o fim do terceiro turno; a gratuidade em ônibus para estudantes uniformizados (conforme indica a imagem abaixo), o que facilita o acesso da população pobre – maioria no ensino público – à educação; a capacitação profissional e o reajuste salarial semestral, que garante a valorização do profissional da educação; e a concessão do 13º salário, ao qual a categoria não tinha direito (RIBEIRO, 1991).

**Imagem 3: Estudantes de CIEP utilizando o transporte público.**



**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.**

Logo ao início de seu primeiro governo no estado fluminense, Leonel Brizola, assim como Darcy e sua equipe estabelecem algumas metas para o arrojado projeto educacional. Dentre essas metas, estava a construção de 500 CIEP e 150 Casas da Criança. Nessas novas instituições, seriam fornecidas aos estudantes, assistência médica e odontológica; refeições completas; material didático revisado e, aos profissionais da instituição, estariam garantidas a formação necessária e os recursos profissionais para a implementação do projeto pedagógico.



**Imagem 4: A assistência odontológica dos CIEP.**



**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.**

Essas práticas estavam pautadas no regime de tempo integral. Dessa forma, Maurício (2004) alega que o governo objetivava uma:

[...] Escola de horário integral, como a oferecida nos países desenvolvidos, que pudesse evitar que a criança proveniente de famílias de baixa renda fosse condenada ao abandono das ruas ou à falta de assistência em lares em que são chamadas assumir funções de adulto para que os pais possam trabalhar (p. 12).

Dessa forma, a defesa do horário integral se dá com base de que ele seria a forma de garantir a efetividade da democracia no interior da escola pública (RIBEIRO, 1986). Sem ele, todos os aspectos que dão conta da função política e social dos CIEP não funcionariam.

Mãos postas à obra de construção desses Centros Integrados propostos pelo Programa, o 1º PEE levantou cerca de 100 unidades até 1986, enquanto o 2º PEE fez o projeto chegar aos desejados 500 CIEP, até 1994. (RIBEIRO, 1991).

**Imagem 5: CIEP em construção.**



**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.**

No que se refere a seus pressupostos político-educacionais, o PEE seria resultado da conciliação de duas correntes pedagógicas: a da Escola Nova – em que a tendência liberal se evidencia – e a da Educação Popular – cujos aspectos mais progressistas e críticos se apresentam como fundamentais (EMERIQUE, 1997). Essa mesma discussão foi retomada, também, em produção acadêmica de um Programa de Pós-Graduação em Educação, quando Portilho (2006) se refere às ‘caricaturas ideológicas’ que comportariam os fundamentos político pedagógicos dos CIEP.

Quantificando e qualificando as aproximações entre as ideias pedagógicas de Anísio Teixeira – expoente do movimento Escola Nova – e Darcy Ribeiro, Portilho (2006) cita alguns aspectos em comum entre os dois intelectuais, tais como:

[...] a qualidade de ensino oferecida pelas instituições escolares públicas; o provimento de condições para um sistema/espço educacional democrático; o tempo integral como elemento favorável às aspirações democráticas da escola brasileira; a integração entre a cultura da comunidade local, o programa proposto e a vida escolar; o desenvolvimento da educação para a saúde do corpo e o investimento na formação dos professores (p.67)

Por outro lado, sintomatizando a influência da filosofia educacional do pedagogo Paulo Freire, o idealizador Darcy Ribeiro afirma que o papel social dessa escola está diretamente ligado à realidade social e à cidadania. Nesse sentido, ela tem o dever de instigar no estudante a consciência do espaço que ocupa e o seu questionamento, aprofundando a discussão acerca da localização do aluno enquanto ser social ativo, enquanto cidadão (RIBEIRO, 1991). De acordo com essa concepção, a educação se evidencia na conscientização, no que diz respeito às contraposições sociais (dominantes x dominados). O CIEP, ao estimular a criticidade no cidadão e criar condições para essa conscientização, buscava ser um local de transformação social.

Além disso, Portilho (2006) argumenta ainda quanto a predominância do pensamento liberal e do pensamento socialista na idealização do PEE. Assim, de acordo com a autora, percebendo uma ambiguidade no projeto pedagógico, como subcategorias do pensamento liberal presentes nas características dos CIEP estariam a valorização do indivíduo, a educação como reformista social, os ideais de liberdade e harmonia social e a ampliação do tempo de ensino voltado para o progresso do indivíduo. Já quanto às características ligadas ao pensamento socialista, presentes de forma minoritária, Portilho (2006) evidencia a valorização do coletivo, a educação como revolução social, a liberdade de classe e a educação integral objetivando a libertação do estudante de seus mecanismos de classe.

Entretanto, como o projeto dos CIEP conseguia conciliar tendências pedagógicas tão diferentes? Em resumo, ainda de acordo com a autora:

Estas evidências de pensamentos socialista e liberal, que ora se encontram, ora se conflitam, ora se articulam em outras possíveis

alianças ideológicas, a nosso ver, nos levam a indagar se elas, por ventura, não poderiam constituir-se como o fundamento da concepção de educação integral proposta pelo Programa dos CIEP. Do ponto de vista dialético, ele não é puramente liberal; ele também não é fundamentalmente socialista. Nesse sentido, podemos afirmar que ele unifica e conforma estas visões de mundo. (PORTILHO, 2006, p. 115).

Com esse encaminhamento pedagógico de amplo espectro político, foram construídas escolas nas quais o processo educativo visava a uma educação em que se levasse em consideração a realidade da comunidade em que esses prédios escolares eram erigidos, bem como os conhecimentos e saberes que seriam basilares a uma formação mais ampla dos estudantes que ali residiam e/ou estudavam.

Essas escolas contavam com uma proposta pedagógica diferenciada, que rompia com as barreiras do modelo de escola pública tradicional e promovia uma participação mais significativa da comunidade. Isso se deve porque, de acordo com Ribeiro (1986), o PEE partiria de *“uma concepção mais abrangente da função escolar, cada CIEP trabalha no sentido de recuperar o papel político e social da escola, no contexto de uma relação mais ampla com a comunidade.”* (p. 49).

Tal proposta se baseava também na interdisciplinaridade e em uma dinâmica pedagógica que visava ao atendimento especial ao aluno em fase de alfabetização, assim como aos *“repetentes e renitentes”*, nas palavras de Ribeiro (1986). Para tanto, fez-se necessário uma reforma no material didático oferecido pela rede de ensino. Esse material buscava se adequar a esses tipos de aluno, de acordo com a ação do professor, que era peça fundamental de todo o projeto governamental.

Já no que se refere aos papéis exercidos por professores e estudantes em sala de aula, Xavier (2001) afirma que os CIEP:

Em oposição a esta velha concepção, propunha uma relação mais horizontal entre professor e aluno, na qual a experiência do aluno era ponto de partida para a ampliação e sistematização do conhecimento, em um processo de construção ativa que conferia maior importância aos processos mentais e habilidades cognitivas do que à simples aquisição de informações e de conteúdos estáticos. (p. 123)

Ainda quanto aos professores e demais profissionais da educação, para que o PEE funcionasse de acordo com seus objetivos, eles deveriam ter uma afinidade com a proposta pedagógica e, para além disso, se engajar politicamente com o projeto

educacional, levando em consideração o contexto sociocultural do local no qual a instituição atuava.

Assim, a ação do professor no cotidiano deveria atender, tanto as necessidades curriculares e didáticas, quanto a realidade social da turma em questão, para que a aprendizagem efetiva fosse alcançada. Além desse engajamento, a implementação do projeto exigia a capacitação do magistério, de modo a garantir a sua valorização, não somente em seu aspecto financeiro – através dos já citados ajustes e do 13º salário. Com o intuito de atender a esses propósitos, foi criada a Consultoria Pedagógica de Treinamento, que tinha por objetivo orientar a construção prática do projeto pedagógico no interior de cada CIEP, aperfeiçoar o corpo docente e os funcionários de apoio, por meio da oferta de cursos e reuniões em que se discutiam a implementação/implantação do projeto. (RIBEIRO, 1986).

De acordo com Monteiro (2009), uma das coordenadoras dessa atividade, a proposta de treinamento dos profissionais da educação se baseava em eixos como a participação política e de gestão da escola; a cultura; a unificação dos conteúdos e metodologias de ensino; a interdisciplinaridade e a avaliação. Além disso, contava ainda com os chamados agentes multiplicadores, professores-orientadores que aplicavam o treinamento intensivo (reuniões e encontros) e o treinamento em serviço. Percebe-se com isso que a formação ia além da sala de aula, organizando o trabalho docente em dimensões de planejamento, ensino e avaliação.

Mais um dos atos que vieram a reforçar a centralidade dos professores nessa política educacional foi a reabertura da entidade representativa dos trabalhadores da educação, o Centro Estadual de Professores (CEP), o qual fora fechado em 1979. Através do CEP, os professores mantinham contato com a sociedade civil, representada em associações de moradores e sindicatos, por exemplo (FARIA, 2017).

Nesse sentido, no interior do projeto do CIEP passam a existir programas como o Movimento Escola Viva, que consistia em reuniões realizadas pela Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, objetivando uma participação mais democrática dos professores. Com essa proposta, buscava-se orientar os profissionais da educação envolvidos no Programa, de acordo com os princípios da educação em tempo integral que era construída (RIBEIRO, 1991).

Uma das ações dessa Comissão foi a organização e convocação do I Encontro de Professores de Primeiro Grau da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro, uma reunião entre representantes dos professores – dentre eles, componentes do Centro Estadual de Professores (CEP) – e os representantes do governo, que foi realizada em três fases, no final do ano de 1983, sendo a última realizada na cidade de Mendes – e que ficou conhecida como o Encontro de Mendes –, objetivando promover entre governo e a categoria professoral um debate sobre a escola pública fluminense.

Para além da versão oficial materializada na primeira edição do periódico governamental *Escola Viva*, – de que o Encontro de Mendes foi idealizado pelo governo para reestabelecer diálogo com a categoria e ouvir as demandas dos professores fluminenses acerca dos problemas da rede pública estadual –, Moreira (2019) entende que se objetivava também legitimar aquela proposta educacional, atraindo os profissionais da educação para a sua concretização. O resultado do Encontro seria um relatório denominado Teses de Mendes<sup>27</sup>, que, de acordo com o governo, influenciaria na confecção do novo programa educacional.

Entretanto, enquanto os professores debatiam o Programa nesses eventos, o projeto já tramitava na Assembleia Legislativa, onde seria aprovado em dezembro do mesmo ano (MIGNOT, 1989). Porém, o encontro não atinge seus objetivos com a maior parte dos professores, o que gerou embates entre a categoria e o Estado – questão que abordamos, de forma mais aprofundada, na próxima seção.

O Programa passava também por uma renovação na seleção dos conhecimentos, o que atingiu diretamente a elaboração de materiais didáticos e a seleção e organização de conteúdos aplicados em aula. Desta maneira, foram produzidos instrumentos didáticos (como livros e materiais de apoio) que abrangessem noções da cultura popular – apreendidas da comunidade, principalmente pelos animadores culturais – que buscassem facilitar as trocas culturais entre a comunidade e a escola.

Já os conteúdos curriculares seguiam a teoria crítico-social, sob uma perspectiva crítica às classes dominantes e ao modo como compreendiam a sociedade e a educação. Desta maneira, o currículo escolar foi reconstruído de

---

<sup>27</sup> Trata-se de um documento composto de introdução, bloco 1 (*Análise crítica*), bloco 2 (*Metas de programação educacional do governo*) e bloco 3 (Papel e participação dos professores).

maneira não-tradicional, direcionado aos princípios básicos do projeto dos CIEP (RIBEIRO, 1986).

No que se refere às disciplinas/atividades ofertadas nos CIEP, havia uma maior valorização da linguagem, especialmente a língua materna. Para os formuladores dessa discussão, a língua representa a forma mais democrática de comunicação e nesse sentido, mesmo trabalhando com formas diferentes de expressão, o papel do professor de Língua Portuguesa é ampliado, em uma relação mais estreita com a proposta pedagógica dos CIEP. (RIBEIRO, 1986). Assim, tal aspecto perpassa todas as disciplinas, se adequando a cada uma delas.

É destacada também a importância da História para o sucesso do projeto, ocupada em localizar o aluno em seu período histórico, na relação dos caminhos desse componente curricular com a sua vida e na conscientização da história de sua localidade e de seu povo. Dessa maneira, são valorizadas a história do Brasil e as histórias regionais, com ênfase na participação de indígenas e negros na constituição da sociedade brasileira em um contexto educacional de duas décadas antes da implantação da Lei 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade da temática da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos nacionais.

A título de ilustração trazemos, na Imagem 6, a seguir, a grade curricular dos CIEP:

**Imagem 6: Grade curricular dos CIEP.**

**Grade Curricular para um Plano de Estudos Experimental**

Elementos do Plano de Estudo	Matérias	Atividades Áreas de estudo	Carga horária semanal										
			Atividades				Áreas de estudo						
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª			
NÚCLEO COMUM CFE E ART. 7º LEI-5692/71	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Comunicação e Expressão	*	*	*	*							
		Comunicação em Língua Portuguesa					6	6	6	6			
		Educação Artística — Educação Musical — Artes Plásticas — Artes Cênicas	5	5	5	5	4	4	4	4			
		Educação Física	5	5	5	5	5	5	5	5			
	ESTUDOS SOCIAIS	Integração Social	*	*	*	*							
		Geografia					3	3	3	3			
		História					4	3	3	4			
		Educação Moral e Cívica OSP/B	*	*	*	*		1	1				
	CIÊNCIAS	Iniciação à Ciência	*	*	*	*							
		Ciências Físicas e Biológicas e Programas de Saúde					4	4	4	4			
Matemática						6	6	6	6				
PARTE DIVERSIFICADA	Ensino Religioso	*	*	*	*	*	*	*	*				
	Língua Estrangeira**												
	Formação Especial**					2	2	2	2				
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Centro de Estudos: Estudo diversificado, orientado por um professor	5	5	5	5	5	5	5	5				
	Estudo dirigido: um tempo semanal, incluído na carga horária de Língua Portuguesa, Geografia, História, Ciências, Matemática = 5 tempos semanais												
	Atividades de livre escolha oferecidas pela escola					1	1	1	1				
Totais semanais			35	35	35	35	40	40	40	40			

\* Presente no Plano de Estudos  
\*\* Oferecida pelo CIEP, segundo sua realidade

Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.

Outro importante atributo desse projeto dos CIEP e que corroborava com seus objetivos sociais era a iniciativa dos Alunos-Residentes, assim caracterizada por Ribeiro (1986): “cada Brizolão abriga 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre crianças abandonadas e que estejam sob ameaça de cair na delinquência” (pág. 17). Com direito a residência na escola, voltando para casa somente aos finais de semana, o Aluno-Residente contaria ainda com o cuidado e a atenção de um Casal-Residente, responsável pelo estudante enquanto este ocupava o espaço escolar.

Imagem 7: Programa Aluno Residente.





**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.**

Além dos CIEP regulares, foram criadas também as Escolas de Demonstração, instituições privilegiadas de acompanhamento e avaliação do Programa e de sua proposta pedagógica. Essas escolas eram (i) o CIEP de Ipanema – primeiro a funcionar nesse modelo; (ii) o CIEP Avenida dos Desfiles – uma escola que funcionava no sambódromo do Rio de Janeiro, representando uma integração entre educação e cultura – e (iii) o Complexo Educacional de São Gonçalo. (RIBEIRO, 1986). As escolas de demonstração representavam as exceções arquitetônicas do projeto, buscando, como toda a proposta, uma alteração na hierarquização das relações escolares como a existente entre o professor e o aluno e, principalmente, a escola e a comunidade. Na imagem 8, ilustramos uma dessas escolas:

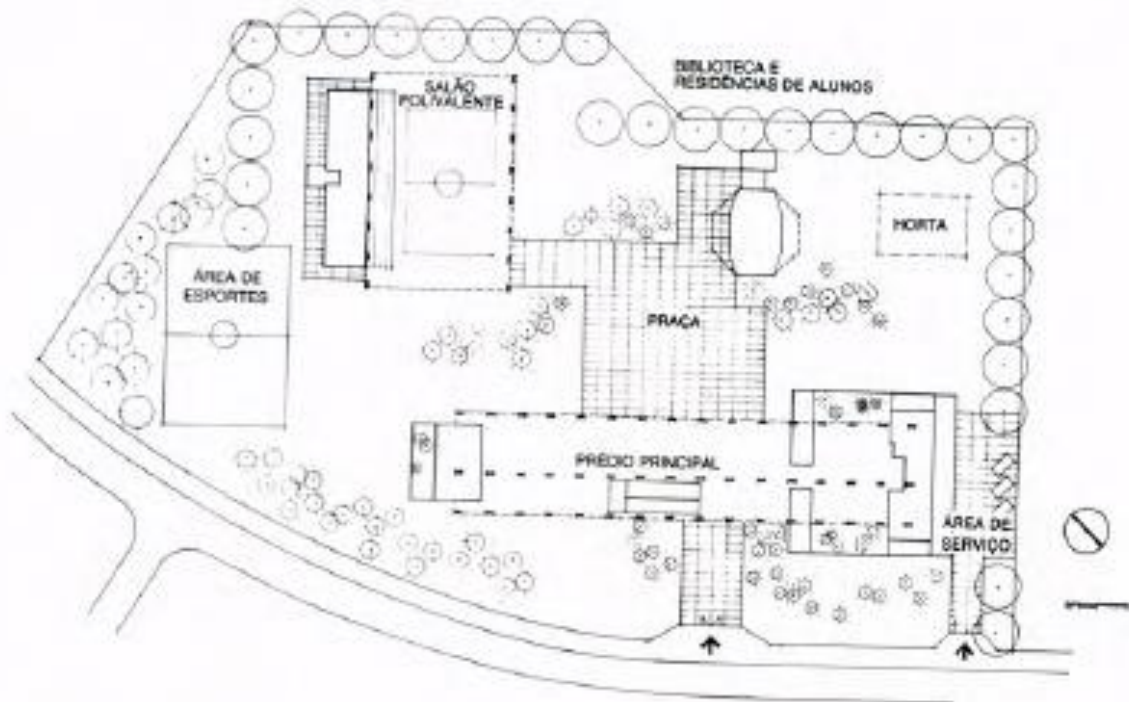
**Imagem 8: Complexo Educacional de São Gonçalo.**



**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.**

Percebemos, portanto, que para a implantação desse arrojado projeto, seria necessária a construção de centenas de escolas, em uma grande velocidade. Optou-se, assim, por uma proposta arquitetônica ampla e viável economicamente. Para idealizar essa estrutura, foi convidado o arquiteto Oscar Niemeyer, que elaborou um projeto-padrão 30% mais barato do que os prédios convencionais. Conforme seus formuladores, todas as despesas para a construção de um CIEP teriam girado em torno de 13 milhões de cruzados, de acordo com a moeda da época (RIBEIRO, 1986), valor que seria criticado e contestado posteriormente, tanto pelo campo político, quanto por parte do campo científico, por meio da divulgação de produções acadêmicas que problematizavam esse aspecto do referido Programa.

**Imagem 9: A arquitetura básica dos CIEP.**



Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.

A organização arquitetônica dos CIEP é apresentada por seu próprio idealizador. A esse respeito, Ribeiro (1986) explica que:

[...] cada CIEP possui três blocos. No bloco principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório. No segundo bloco, fica o ginásio coberto, com sua quadra de vôlei/basquete/futebol de salão, arquibancadas e vestiários. Este ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, show de música, festas etc. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre elas, as moradias para alunos-residentes (p. 42).

Para além dos CIEP, como complemento ao Programa Especial de Educação, a Fábrica de Escolas, através de uma nova técnica de construção civil, garantia a implantação das Casas de Criança (destinadas a pré-escola), das Escolas Isoladas (para comunidades periféricas) e das Casas Comunitárias.

**Imagem 10: A fábrica de escolas.**



**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.**

Ribeiro (1986) argumenta ainda que o resultado de toda essa política educacional é a existência de uma vida nos CIEP onde, de forma inédita no estado, eram garantidas ao aluno e à comunidade do entorno o acesso à saúde (assistência médica, enfermagem e odontologia); nutrição planejada (com cardápio pré-determinado); esportes (com atividades físicas integradas ao processo de aprendizagem escolar); cultura (os animadores culturais trazidos à escola garantem o contato dos alunos e da comunidade com manifestações culturais e integram os moradores da região em volta do CIEP) e até mesmo moradia (Alunos-Residentes).

**Imagem 11: O cardápio dos CIEP – Semana A.**

**Cardápio  
do CIEP**  
**SEMANA A**  
Período:  
abril a agosto

	Desjejum	Almoço	Lanche	Jantar	Ceia
2ª-Feira	Leite com chocolate Pão com manteiga	• Arroz • Feijão • Ovo mexido • Batatas cozidas ao molho • Suco de fruta • Pão • Melancia	Leite com baunilha	• Macarrão • Feijão • Carne refogada • Cenoura à francesa • Laranja • Pão	Mingau de tudo
3ª-Feira	Vitamina de mamão e biscoito	• Arroz • Feijão • Frango ensopado • Salada de beterraba • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com groselha	• Polenta • Feijão • Iscas de carne-seca • Abóbora em pedaços • Doce • Pão	Suco de fruta com biscoito
4ª-Feira	Leite com baunilha Sanduíche de queijo	• Macarrão • Feijão • Carne moída • Vagem em cubinhos refogada • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com chocolate	• Arroz • Feijão • Coração picadinho • Batata-doce com molho • Melancia • Pão	Mingau de aveia
5ª-Feira	Leite com groselha Pão com manteiga	• Arroz • Feijão • Peixe ensopado • Cenoura à francesa • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com melado	• Macarrão • Feijão • Miúdos de frango ensopado • Vagem saltada • Tangerina • Pão	Suco de fruta e biscoito
6ª-Feira	Leite com chocolate Biscoito	• Arroz • Feijão • Carne guisada • Abobrinha com molho • Suco de fruta • Pão • Mamão	Leite com baunilha	• Arroz • Feijão • Bife de panela • Repolho refogado • Melancia • Pão	Leite com groselha Biscoito
Sábado	Leite com baunilha Sanduíche de queijo	• Arroz • Feijão • Iscas de fígado • Batata doce refogada • Suco de fruta • Pão • Tangerina	Vitamina de banana e biscoito	• Arroz • Feijão • Ovo mexido • Agem cozido ao molho • Mamão • Pão	Suco de fruta Sanduíche de pasta de ovo
Domingo	Leite com chocolate Pão com manteiga	• Macarrão • Feijão • Almondogas ao molho • Cenoura em palitos • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com groselha Sanduíche de queijo	• Sopa de feijão com macarrão • Carne e abóbora • Pão • Doce	Leite com melado Pão com manteiga

Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.

Imagem 12: O cardápio dos CIEP – Semana B

## Cardápio do CIEP

SEMANA B

	Desjejum	Almoço	Lanche	Jantar	Ceia
2ª-feira	Leite com chocolate Sanduíche de queijo	• Macarrão • Feijão • Ovo cozido • Cebola à francesa • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com groselha	• Arroz • Feijão • Filé de peixe ensopado • Batatas cozidas • Banana	Mingau de aveia
3ª-feira	Vitamina de banana e biscoito	• Arroz • Feijão • Dobradinha/batatas cozidas • Suco de fruta • Pão • Mamão	Leite com melado	• Arroz • Feijão • Almondégas ao molho • Salada de beterraba • Laranja	Suco de fruta Pão com manteiga
4ª-feira	Leite com baunilha Pão com manteiga	• Polenta • Feijão • Carne moída • Abóbora em pedaços • Suco de fruta • Pão • Doce	Leite com chocolate	• Macarrão • Feijão • Frango ensopado • Abobrinha relogada • Mamão	Vitamina de banana e biscoito
5ª-feira	Leite com chocolate e biscoito	• Arroz • Tutu • Iscas de carne-seca • Couve à mineira • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com baunilha	• Arroz • Feijão • Fígado em lascas • Purê de batata • Tangerina	Suco de fruta e biscoito
6ª-feira	Leite com groselha Sanduíche de queijo	• Arroz • Feijão • Miúdos de frango ensopados • Jardineira de legumes (batata, cenoura e vagem) • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com chocolate	• Macarrão • Feijão • Carne à paulista • Vagem saltada • Melancia	Mingau de fubá
Sábado	Leite com chocolate Pão com manteiga	• Macarrão • Feijão • Carne ensopada • Abobrinha relogada • Suco de fruta • Pão • Tangerina	Vitamina de banana e biscoito	• Arroz • Feijão • Coração picadinho • Repolho à mineira • Laranja	Arroz-doce e biscoito
Domingo	Leite com baunilha e biscoito	• Arroz • Feijão • Filé de peixe ensopado • Purê de batata • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com chocolate Sanduíche de pasta de ovo	• Carne • Pão • Doce	Vitamina de mamão Pão com manteiga

### Observações:

Os cardápios são planejados levando em conta:

- As principais carências nutricionais do grupo atendido
- A faixa etária dos alunos
- A safra das hortaliças e das frutas
- O custo dos alimentos.

O teor energético médio destes cardápios é de 2.500 calorias, excluindo a complementação da ceia que é servida aos alunos residentes.

Fonte: Instituto de Múltiplos Anos Dap

Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro.

As imagens 11 e 12, acima, nos revelam a grande preocupação dos idealizadores do PEE com a alimentação e nutrição dos estudantes atendidos pelos CIEP. Tal aspecto seria bastante explorado por críticos e defensores do projeto e retornará ao nosso trabalho nos capítulos que se seguem.

Entretanto, com a eleição de Moreira Franco (PMDB) na onda do sucesso inicial do Plano Cruzado, em 1986, apesar de ter prometido em campanha dar continuidade ao projeto dos CIEP, o novo governador promove a desestruturação do PEE e, conseqüentemente, das novas escolas (BOMENY, 2008),

De acordo com XAVIER (2001),

“[...] Muitas dessas escolas foram transferidas para as prefeituras municipais administradas por prefeitos filiados a partidos de oposição ao PDT que resolveram ocupar os prédios dos CIEPS com serviços administrativos ligados a outros fins que não os de ensino, ou então os relegaram ao total abandono” (p. 124).

Além das municipalizações citadas no excerto anterior, ao dar fim ao tempo integral de ensino, Moreira Franco paralisa de vez o PEE, até o término de seu mandato. Um indicativo da falta de atenção dada por esse governador à educação é a radicalização da relação do governo com os professores, que desembocou na greve dos profissionais da educação de 1988, na qual a categoria reivindicava as duras perdas salariais (XAVIER, 2001).

Com a vitória nas eleições de 1990, como vimos na seção anterior, Brizola volta ao governo do estado para dar continuidade ao projeto dos CIEP, criando o 2º Programa Especial de Educação e retomando as políticas educacionais abandonadas por Moreira Franco.

O retorno do grupo político de Leonel Brizola ao poder, no interior do ciclo de políticas de Ball, configura então a fase da estratégia política, onde é realizada a identificação e a adaptação da política pública em questão (JESUS, 2014). Nesse sentido. Em sua nova fase, a partir de 1991, o PEE teria como eixo norteador a integração entre a educação, saúde e cultura, objetivando a ampliação do sentido de cidadania (RIBEIRO, 1991). Além de completar a construção de mais de 500 CIEP – promessa anterior –, foram criados os Ginásios Públicos (GPs), construídos no interior da estrutura dos CIEP. É criada ainda, paralelamente à Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais (SEEPE), que cuidava dos materiais didáticos e capacitava o professorado para atuar no 2º PEE. De acordo com Faria (2011), a atuação separada dessa nova Secretaria acabou por acirrar a instabilidade da relação entre as escolas de tempo parcial e os CIEP.

Segundo Emerique (1997), além dos GP, a novidade trazida pelo 2º PEE foi a instituição da avaliação do nível de aprendizagem, buscando comprovar o melhor desempenho dos estudantes atingidos pelo Programa em comparação aos estudantes da rede estadual convencional. Além de fortalecer o argumento de que a

escola de tempo integral seria a solução para os problemas educacionais fluminenses, essa iniciativa foi uma tentativa de se contrapor aos críticos que acusavam os CIEP de ser um desperdício de dinheiro público pois, segundo eles, não garantiria nenhuma vantagem prática aos contemplados pela política.

Mais uma das novidades com a chegada do 2º PEE foi a criação da Secretaria Extraordinária para a Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, liderada pelo intelectual e ativista negro Abdias do Nascimento (FARIA, 2011). Essa iniciativa teve como consequência a presença de conteúdo de história e literatura do continente africano no programa curricular dos CIEP, o que configura a confirmação de uma experiência de valorização das raízes afro-brasileiras por parte de uma política pública educacional décadas antes das Leis nº10.639 e nº11.645, que tornaram obrigatória a inclusão da temática em sala de aula.

Entretanto, a empreitada desse projeto seria novamente interrompida com a eleição de Marcelo Alencar (PSDB) para o governo do Rio de Janeiro, o que confirma o fim dos Programas Especiais de Educação. A interrupção do Programa e a gradativa desestruturação dos CIEP simbolizavam também a derrocada de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, enquanto líderes políticos (BOMENY, 2008).

Segundo Moreira e Soares (2019), foram justamente as mudanças governamentais que fizeram com que o projeto dos CIEP fosse interrompido e eles chegassem ao século XXI em um contexto de desestruturação, destacando ações como saída/ausência de profissionais da educação; troca da equipe pedagógica e descaracterização da proposta de educação em tempo integral.

Analisando a política educacional fluminense de 1975 a 1995, Xavier (2001) corrobora tal argumento acerca da problemática da descontinuidade, afirmando que a “*administração zig-zagueante*” desse período prejudicaria não somente o andamento das políticas educacionais em si, como também a sua avaliação *a posteriori*. Ainda de acordo com a autora, a descontinuidade político-administrativa decorrente desse processo teria como consequência principal a vulnerabilidade e o uso eleitoral das políticas educacionais, no sentido de construir ou de destruir.

Além disso, Matos (2016) evidencia que a vinculação direta entre o grupo político representado por Brizola e os CIEP – simbolizada no nome popular de “Brizolão” recebido por essas escolas e bastante disseminado – fez com que os



adversários do ex-governador objetivassem desmontar o projeto de política educacional iniciado por ele, o que é recorrente na história das políticas educacionais brasileiras.

A alcunha de “Brizolão” para designar os CIEP era, como vemos e veremos nas fontes e no referencial teórico desta pesquisa, largamente disseminada por vários grupos, sendo utilizada mais intensamente pelos defensores da política educacional brizolista do campo político pedetista. Xavier (2001) argumenta que esse tratamento fora *“automaticamente incorporado ao marketing construído em torno da figura do governador”* (p. 135).

Para dimensionar essa disseminação e perceber que ela resistiu até mesmo às tentativas de desestruturação dos CIEP, destacamos que mais de 10 anos depois do fim do 2º PEE, a então governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho (PSB) – proveniente de um grupo do campo político que, no passado, era próximo ao de Leonel Brizola –, através da Lei Nº 4353, de 04 de abril de 2005, determina que os CIEP passem oficialmente a se denominar Centro Integrado de Educação Pública – Brizolão.

A associação direta da imagem e do nome de Brizola aos CIEP realizada pelos idealizadores e defensores da política brizolista – e oficializada por lei em 2005 – teve, como nos disse Matos (2016), suas consequências políticas positivas e negativas para o futuro dessas escolas, após o fim dos dois mandatos do governador.

Em 09 de setembro de 2011, já com Sérgio Cabral (PMDB) como governador do estado, a oficialização do nome “Brizolão” é revogada, o que, somado à recorrência de citações a essas escolas nos debates políticos atuais – indica que as disputas acerca do legado e da continuidade dos CIEP no interior do campo político ainda estão latentes. Mesmo com a revogação, até os dias atuais, na terceira década do século 21, os CIEP são popularmente reconhecidos como “Brizolão”.

Dessa forma, mesmo com toda a desestruturação organizada dos CIEP, Moreira e Soares (2019) afirmam que:

Os CIEPs marcaram um paradoxo: uma política educacional que sofreu um desmonte que desarticulou todo funcionamento do modelo de escola de tempo integral implantado, entretanto, permanece ainda hoje como referência em discussões sobre educação em tempo

integral. Mesmo sendo implantados na rede pública estadual, se tornaram parâmetros de projetos de escola de tempo integral e possuem relevância nas discussões atuais sobre uma política de governo para implantação de uma educação em tempo integral (p. 64).

A importância do PEE em seu tempo e sua marca na educação brasileira podem ser medidas pelo legado deixado por essa política pública. Portilho (2006) argumenta que os CIEP e seu tempo integral de ensino vão influenciar políticas públicas de ampliação da jornada escola como os Centros Educacionais Unificados – CEU, na maior cidade da América Latina – São Paulo. Quanto ao nível federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) – principalmente em seu artigo 34 – e o Plano Nacional de Educação (2001; 2014) estabelecem o aumento progressivo da jornada escolar.

Detalhamos até aqui aspectos político-pedagógicos que foram construídos e trabalhados na consolidação do PEE. Entretanto, convém elencar que uma política pública educacional da amplitude desse Programa gerou, naturalmente, um debate entre políticos e na sociedade civil, que se inicia juntamente com o começo da implantação do projeto, sendo gradativamente intensificado com o andamento das construções nos dois períodos brizolistas. Na seção a seguir, abordamos as críticas dirigidas ao Projeto como um todo e, principalmente, aos CIEP.

### **1.3 As críticas aos CIEP**

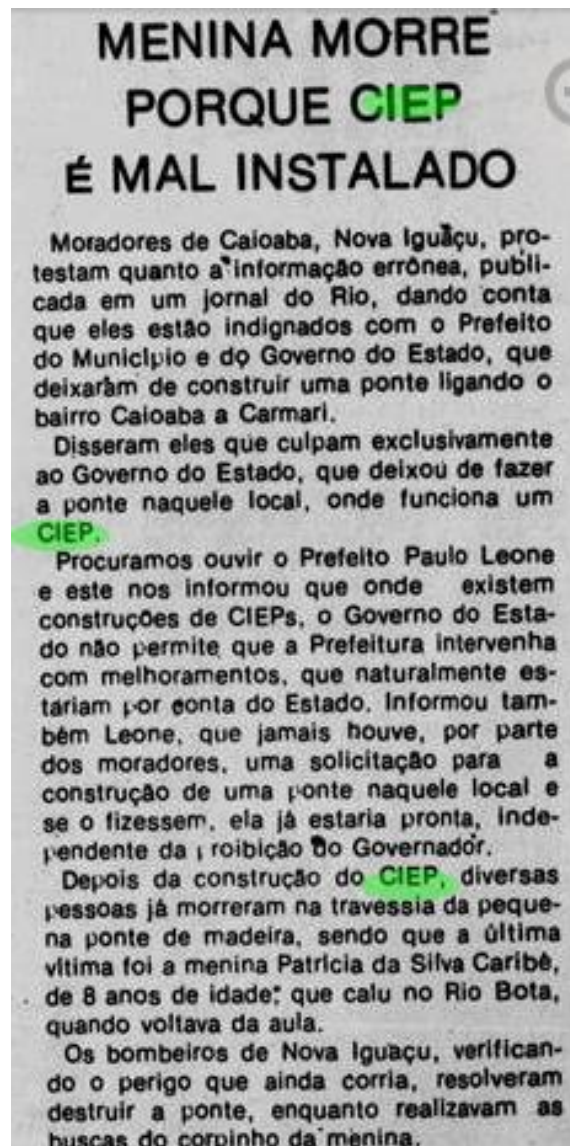
Enquanto o governo estadual implementava o seu pretensioso projeto, a resistência a essa implantação e as críticas surgiam e se multiplicavam. Por se tratar de uma questão que era de interesse coletivo, esses debates foram além dos limites político-institucionais, mobilizando diferentes grupos sociais, cujas concepções diferenciadas acerca da Educação se faziam presentes e intensificavam campos de disputa em várias frentes que constituem o macrocosmo social como, por exemplo, os campos político e intelectual/universitário.

Segundo Xavier (2011), a proposta dos CIEP teria recebido apoio de professores e parte da sociedade fluminense. Entretanto, pela intensidade das críticas à política educacional de Leonel Brizola, Faria (2011) aponta para o acirramento das

disputas entre o brizolismo e o antibrizolismo, o que poderia dificultar a construção dos CIEP e a implantação de suas prerrogativas pedagógicas.

Eram recorrentes as críticas direcionadas, por exemplo, pelo nível de atenção dispensado, tanto ao PEE quanto aos CIEP, em contraposição não só a outras escolas, como também a outras questões essenciais do estado do Rio, como limpeza pública, saneamento e outros aspectos que interferem na vida da população em geral (MIGNOT, 1989). De acordo com críticos, até mesmo o aumento da violência no estado tinha um único 'culpado': os CIEP.

Imagem 13: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.



Fonte: Jornal A Luta Democrática, de 05/06/1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=CIEP&pagfis=73666>

Mignot (1989) aponta ainda que as críticas aos CIEP tinham um cunho político, técnico e pedagógico, e se iniciam logo em 1984, com ataques à ausência de transparência pedagógica e financeira do projeto e às localidades escolhidas para a construção dessas escolas. Segundo a autora,

Ainda em 1984, mais uma crítica é dirigida aos CIEPs referindo-se à sua localização, o que mobiliza prefeituras do interior. No ano seguinte, os custos começam a ser questionados. A imprensa exerce uma grande pressão denunciando que o governo mantém em sigilo os custos destas escolas; criticam-se ainda as concorrências simplificadas, feitas a portas fechadas, como resultado da pressa do governo. (p. 48).

Porém, convém questionar: quem, ou quais grupos lideravam essas críticas? De acordo com Mignot (1989), elas vinham de grupos variados, como associações de moradores, pesquisadores e acadêmicos, advogados, arquitetos, políticos, jornalistas e, ainda, profissionais da educação.

Tratemos primeiramente da categoria professoral – representada pelo CEP –, que exercia um papel central na implantação do PEE. Como vimos anteriormente, Mignot (1989) e Moreira e Soares (2019) evidenciam que o Governo não atingiu seus objetivos ao apresentar o PEE aos professores no Encontro de Mendes. As críticas desses profissionais eram variadas, rejeitando o “*paralelismo pedagógico, administrativo e orçamentário*” (MIGNOT, 1989, pág.51).

Entre essas críticas, destacamos (1) a exigência de uma maior participação na concepção e implantação da política em questão, que possibilitasse à categoria protagonismo em sua formulação; (2) a argumentação de que o investimento nos CIEP geraria um abandono da rede estadual regular, ocasionando desigualdade entre escolas, professores e estudantes, devido a inviabilidade da universalização da educação em tempo integral, o que provocaria o surgimento de uma “casta” diferenciada no interior do magistério; (3) o rechaço, pelo CEP, do propósito do governo de culpabilizar os profissionais da educação pelo “fracasso educacional brasileiro”, que seria combatido com os CIEP; (4) a acusação de que a política dos

CIEP representava uma mera propaganda político-partidária de Brizola, Darcy e do PDT, visto que, na análise do CEP, a proposta apresentava um forte caráter assistencialista, deixando o caráter pedagógico em segundo plano - crítica intensificada pelo estigma de atendimento a crianças “marginalizadas e, por fim, (5) os custos financeiros da construção de um grande número de escolas com uma arquitetura diferenciada, diante da realidade de falta de estrutura e recursos materiais nas escolas convencionais.

Diante da acusação de abandono da rede regular de ensino, os idealizadores do PEE respondem que o governo de Leonel Brizola

Lançou a campanha Mãos à Obra nas Escolas. [...] Logo no primeiro ano de sua gestão, 787 escolas da rede estadual foram reformadas graças a essa estratégia participante. [...] Sob a orientação da Secretaria de Estado de Educação, foram promovidas reformas de grande porte em 192 escolas. [...] No total foram recuperadas 2.294 escolas da rede estadual. (RIBEIRO, 1986, p.20).

Além disso, Ribeiro (1986) afirmava que:

[...] é errônea a afirmação de que os CIEPs constituiriam uma rede paralela à rede pública regular. Uma vez construídos e equipados, eles são entregues à administração das Secretarias de Educação do Estado e do Município, incorporando-se normalmente à rede preexistente (p.43).

Entretanto, o posicionamento do CEP diante da implantação dos CIEP é evidenciado também pela greve de 1986, movimento que atacou a nova política educacional. Dessa maneira, Mignot (1989) argumenta também que os CIEP não surgem como uma proposta da categoria professoral e eventuais escolhas de professores por trabalhar em CIEP se davam, não por uma adesão ideológica ao projeto pedagógico, mas sim pela localização das escolas em perímetro urbano; a maior chance de contratação (menor relação candidato/vaga) e um possível acréscimo salarial com o tempo integral de trabalho.

Ainda acerca dessa reação do professorado Lia Faria, na obra *Chaguismo e Brizolismo: Territorialidades políticas da escola fluminense*, levanta a hipótese de que a permeabilidade das práticas chaguistas no ambiente professoral fluminense

dificultou a relação desse grupo com o novo governo estadual. Nessa perspectiva, Faria (2011) argumenta que:

[...] tal ideologia conservadora contaminou o espaço escolar e seus principais atores sociais [...]. Por outro lado, acreditamos que tais práticas possam ter dificultado o processo de implantação dos CIEP, em especial, naqueles aspectos que fortaleciam a utopia de uma escola pública/republicana de efetiva qualidade social, que valorizasse a gestão democrática. (p. 70).

Porém, como dito anteriormente, a proposta do PEE recebeu críticas também de acadêmicos e intelectuais. No mesmo caminho de Mignot (1989), Paiva (1984) e Cunha (1987) argumentaram no que se refere aos custos e à ausência de transparência financeira; escolha da localização das construções e, principalmente, a proposta pedagógica de democratização do ensino fluminense – aspectos abordados pelos críticos que voltarão a ser mencionados e trabalhados no terceiro capítulo deste estudo.

Quanto ao último aspecto, o argumento principal era de que o CIEP e sua educação em tempo integral atenderia a uma pequena parcela dos estudantes da rede pública, o que geraria elitização do ensino. Além da crítica ao atendimento, os acadêmicos criticavam também o projeto pedagógico dos CIEP, principalmente – e novamente – em relação à ampliação da jornada escolar para o tempo integral.

Nesse mesmo caminho, Paro (1988) critica o projeto na medida em que, além do abandono da rede regular de ensino, a educação em tempo integral implementada pelos CIEP, segundo sua perspectiva de análise, havia aumentado a função social desse tipo de escola, mas prevalecendo um caráter assistencialista, não pedagógico. O foco estaria, então, no acesso e na permanência, e não na apropriação do saber, o que caracterizaria a escola de tempo integral como um mero projeto de 'alívio à pobreza'. Tal crítica não é inédita e aparecerá novamente nas fontes utilizadas em nossa pesquisa.

No entanto, um dos grandes palcos para essas críticas - mas também para a defesa dos CIEP - foi a imprensa. Antes de tudo, convém destacar que a conturbada relação do governo Brizola com a imprensa é anterior à vitória eleitoral do próprio governo, com acusações de manipulação, principalmente, às organizações Globo,

iniciadas desde o episódio da Proconsult – o qual abordamos na introdução deste trabalho, especificamente na página 41. Assim, o sindicato e o governo se utilizavam principalmente dos jornais impressos para se posicionar.

Bomeny (2008) nos apresenta detalhes dessa centralidade da imprensa nos debates acerca dos CIEP quando afirma que:

Não foram poucos os artigos publicados nos principais jornais de circulação nacional, especialmente O Globo, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo. Ao lado das longas matérias pagas pelo governo com textos de Brizola, respondendo ou prestando contas de políticas e ações adotadas, apareciam artigos críticos pelos especialistas, entre eles o próprio Sergio Costa Ribeiro, Rubem Klein, Vanilda Paiva, José Batista Araújo e Oliveira, Simon Schwartzman e Claudio Moura Castro. Os especialistas reforçavam a visão de que o PEE havia se transformado em programa político, em detrimento da melhoria do sistema educacional. A cada matéria crítica, contrapunha-se a fala de Darcy Ribeiro, justificando o programa, defendendo a política educacional e sustentando a continuidade no tratamento de uma escola pública que até aquele momento, no Brasil, estava distante de cumprir o papel que a ela deve ser atribuído em uma sociedade democrática (p. 21).

O tom e a intensidade das críticas fazem com que elas ultrapassem os limites desse campo de divulgação e de poder, perpassando também as próprias instituições públicas. O Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, por exemplo, analisou os custos dos CIEP, atentando para a inviabilidade financeira do Estado em implementar uma política de tais dimensões. Abordando também a questão financeira e corroborando com a crítica dirigida pelos profissionais da educação quanto ao abandono da rede convencional de ensino, Mignot (1989) argumenta que

Não se justifica, portanto, que recursos substantivos sejam utilizados em poucas novas escolas onde é possível o ensino de boa qualidade, enquanto para a totalidade da rede são perpetuadas as condições de trabalho que impedem uma escola de boa qualidade para a maioria da população escolar - pobre também ela. (p. 60).

Como forma de defesa aos ataques que focalizavam o custo dos CIEP, o governo afirmava que o método de pré-fabricação das escolas e padronização de sua arquitetura representava uma economia de 30% em relação a construções de escolas convencionais, além de ter uma conclusão e funcionamento mais rápidos (RIBEIRO,

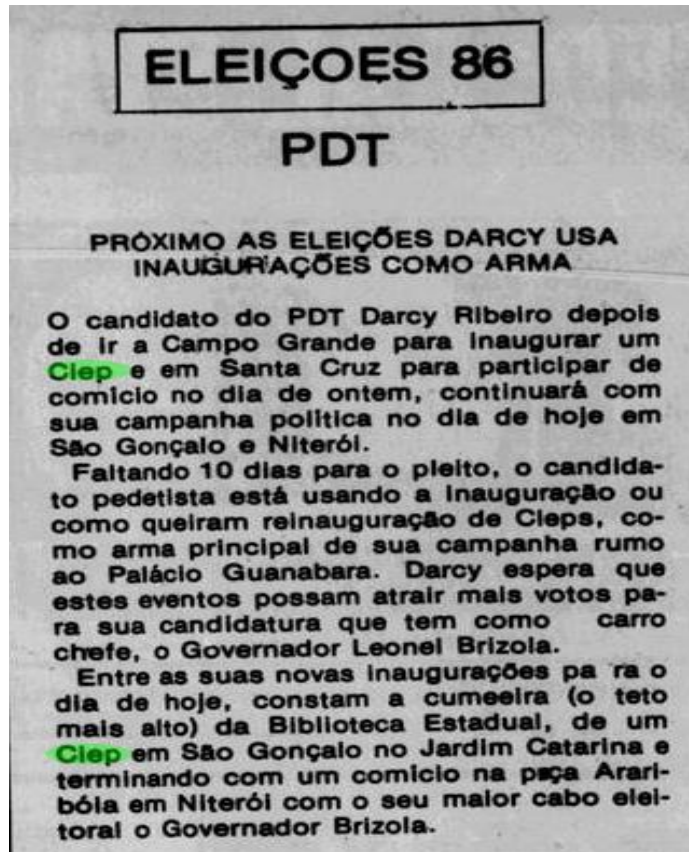
1986). Além disso, tais características fariam com que essas escolas se adaptassem a localidades diferentes, facilitando a distribuição das construções pelo estado fluminense.

A própria localização escolhida para a construção das novas escolas era motivo de ataques. Mignot (2001) argumenta que faltava critério técnico para essas escolhas, fazendo com que os CIEP fossem erguidos em praças, morros, estradas e até mesmo ao lado de escolas convencionais. Em sua defesa, o governo ponderava que escolhia os locais de construção de acordo com a densidade demográfica e com os indicativos sociais e que onde quer que fossem levantadas, escolas das dimensões dos CIEP chamariam a atenção de qualquer maneira. Entretanto, ainda de acordo com Mignot (2001), a escolha dos locais obedecia a um critério propagandístico, como se a escola representasse um monumento ao grupo político representado pelo governo.

Reside, nesse argumento, mais uma crítica frequentemente direcionada aos CIEP e já brevemente citada na seção anterior: o uso político-partidário da construção e das inaugurações desses prédios escolares. O próprio Diário Oficial comprova que o calendário de inaugurações acompanhava continuamente o calendário eleitoral, além de haver distribuição de materiais de campanha nesses eventos, aspecto que era igualmente explorado pela imprensa.

**Imagem 14: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.**





Fonte: Jornal A Luta Democrática, de 05/11/1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=CIEP&pagfis=74132>

Deriva dessas recorrências a argumentação de Mignot (1989), alegando que a construção dessas instituições escolares não teria obedecido a um planejamento técnico, ou seja, estava submetida aos interesses eleitorais. A propaganda – como vimos anteriormente sobre a alcunha “Brizolão” – fazia com que o CIEP se confundisse com Brizola e Darcy Ribeiro, tornando-se uma bandeira do PDT. Se o partido e seus principais protagonistas perdessem a eleição, o culpado era o CIEP; se vencessem, esta seria ainda a justificativa.

Na arena de disputa em que estamos situando essa política fluminense, algumas instituições ocuparam um papel importante, servindo como espaço para esses debates. Dentro dessa mesma linha argumentativa, problematizamos: Teriam as Câmaras dos municípios contemplados com a construção de CIEP vivido essa questão e ocupado essa posição, no campo político? Quais teriam sido as reações dessas localidades a tão ousado projeto de educação?

Foi com o objetivo de investigar tal questão que nos debruçamos sobre a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, como destacado e especificado na Introdução deste estudo.

Oriundo desse município, decidi buscar esse possível debate/embate acerca da implantação da política educacional brizolista no município iguaçuano, a partir das atas legislativas. Para melhor dimensionar o impacto dos CIEP e a reação a eles em Nova Iguaçu, utilizamos também como fonte as entrevistas realizadas com profissionais da educação e vizinhos do CIEP 026 – São Vicente de Paula, edificado nesse município. A imprensa baixadense e fluminense, outro foco que vimos trazendo à baila nesta contextualização inicial, ainda foi percebida como possibilidade de ilustrar alguns dos aspectos que evidenciamos e, por esse motivo, foi igualmente inserida no estudo.

Nessa perspectiva, um ponto que nos intrigou em relação à conjuntura de construção dos CIEP foi o desenho territorial de Nova Iguaçu visto que, durante o período em questão (décadas de 80 e 90 do século XX), do município, foram desmembrados territórios que compuseram as cidades de Queimados (1990), Belford Roxo (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). Também nos chamou a atenção o impacto que se estabeleceu, no estado, após a ‘chegada’ desses equipamentos educacionais aos diversos municípios fluminenses, principalmente em regiões de alta densidade demográfica como a Baixada Fluminense; mais ainda, em Nova Iguaçu – município com tantos desmembramentos territoriais.

Nesse sentido, nos inquirimos mais uma vez: Quantos CIEP foram construídos no município de Nova Iguaçu, no período do 1º PEE e do 2º PEE? Quais os que permaneceram nesse município, após o desmembramento das regiões citadas? Quais impactos essas construções causaram, nos campos político e social de Nova Iguaçu? Estas e outras são questões, que exigem reflexões mais aprofundadas, é o que trazemos aos leitores, no segundo capítulo.

## 2 TERRITÓRIO (S), DESMEMBRAMENTO (S), CONSTRUÇÕES DOS CIEP EM NOVA IGUAÇU: RELEVÂNCIA PARA O MUNICÍPIO?

Neste capítulo, nosso foco se centra na implantação da política educacional do PEE, mais especificamente na construção dos CIEP no município de Nova Iguaçu. Nesta perspectiva, iniciamos com uma contextualização que leva em consideração a formação histórica do território e da sociedade iguaçuana e, inevitavelmente, da Baixada, visto que – como tratamos anteriormente – muitos dos territórios dessa configuração fluminense foram criados a partir de desmembramentos de Nova Iguaçu. Partindo dessa (des)configuração, percebe-se que o período que compreende os dois Programas Especiais de Educação foi marcado também pela reorganização do território iguaçuano do qual também falamos na primeira seção.

É nesse panorama geográfico de desmembramento territorial que, entre os anos de 1986 e 1994, chega a política pública educacional dos CIEP no município, situação que nos leva a outra subseção do capítulo, em que discorreremos sobre os dois momentos do Programa Especial de Educação (I e II PEE), a partir dos CIEP que foram edificadas no município em questão e sobre as questões territoriais que entremearam a implementação desta política.

Na sequência desse estudo nosso olhar, focando na construção dos CIEP, se voltará ao debate sobre a construção dessas instituições escolares em Nova Iguaçu enquanto escolas-monumento, decorrente de uma complexa e extensiva política educacional e que, por isso, possui uma identidade política marcante, por sua vez, correlacionada à cultura e política locais, influenciando-as e por elas sendo influenciado.

### **De Maxambomba a Nova Iguaçu: antes e depois das emancipações**

A cidade de Nova Iguaçu, localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, em número de habitantes é a quarta maior do estado – segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava, em 2020, com 823.302 habitantes – e a trigésima primeira em extensão territorial, com seus cerca de 520 quilômetros quadrados<sup>28</sup>. O município está localizado na Baixada Fluminense,

---

<sup>28</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-iguacu.html>

região que tem sua formação territorial intensamente relacionada com a história de Nova Iguaçu.

Historicamente, a Baixada Fluminense compreende o território que é ocidental à Baía de Guanabara (por isso, era também conhecida como Recôncavo da Guanabara). A história administrativa da parte que aqui nos interessa da região se inicia com a criação do município de Iguassú, em 1833, que abrangia quase todo o território atual dessa Baixada (SILVA, 2013). Compõem a região, na terceira década século XXI, os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Queimados, Japeri, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Seropédica, Magé, Guapimirim, Itaguaí e Paracambi.

**Imagem 15: Mapa atual da Baixada Fluminense**



**Fonte: [omelhordabaixada.com.br](http://omelhordabaixada.com.br)**

Entremos, então, na história da ocupação e urbanização da Baixada Fluminense, tendo como referência Nova Iguaçu. Ocupado predominantemente por indígenas do grupo Tupinambá, que viviam da caça, da pesca e do cultivo de mandioca, o território em questão foi, no século XVI, doado à Coroa Portuguesa pela capitania de São Vicente. A aliança dos nativos com os franceses que chegaram ao Brasil colonial para criar a sua França Antártica<sup>29</sup> marca o assassinato e a expulsão desse grupo do local (KNOOP, 2008). A região passa então a ser jurisdição da cidade

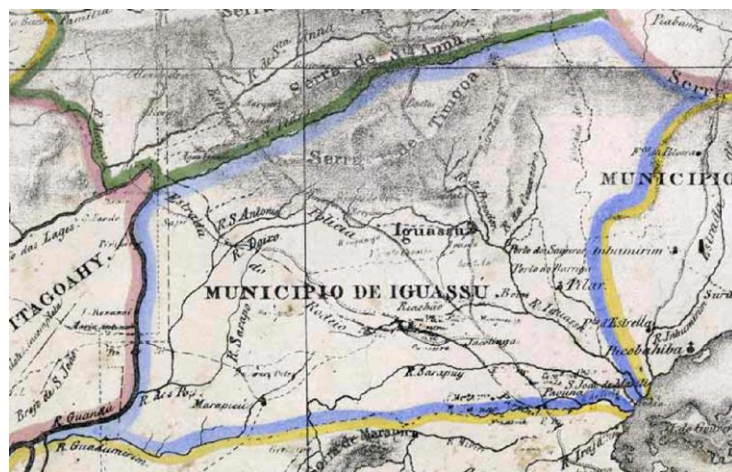
<sup>29</sup> Emigrados de seu país por conflitos religiosos, franceses liderados por Nicolas Villegagnon se instauram no território que viria a ser o Rio de Janeiro, iniciando o conflito com Portugal, que colonizava o local.

de São Sebastião do Rio de Janeiro, criada em 1565 também por ocasião do conflito entre portugueses, franceses e indígenas.

A partir de então, começa a sistematização da ocupação colonial e a implantação das primeiras sesmarias, sendo iniciado também o cultivo de cana-de-açúcar em grandes propriedades. É somente dois séculos depois, no ano de 1719, que a fazenda beneditina denominada Iguassú foi elevada à condição de freguesia, reconhecimento da relevância econômica da região para as autoridades coloniais.

O desenvolvimento econômico se mantém e a freguesia é elevada à condição de vila, com a fundação da Vila de Iguassú, em 15 de janeiro de 1833, às margens do rio de mesmo nome, já no Brasil Império. Naquele momento, a nova localidade era formada pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Nossa Senhora do Pilar, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade de Marapicu e São João Batista de Meriti. (RODRIGUES, 2006). A data da fundação da vila é considerada, no século XXI, o aniversário do Município.

**Imagem 16: O Município de Iguassú, à época.**



Fonte: (BATISTA, 2021. p.27)

Desde o início de sua ocupação há, na região, a presença de elites locais com intensa atuação política, tendo como característica um aparato repressivo articulado com o Estado. Na colônia, no Império e até mesmo na Primeira República, essa violência foi consolidada vinculando-se a interesses de grandes proprietários de terra (BARRETO, 2004) que utilizavam, até a abolição, invariavelmente, o trabalho de africanos escravizados.

Economicamente, percebe-se que a ocupação da Baixada da Guanabara foi moldada pelo fato de a região ser considerada um entreposto entre o Rio de Janeiro – capital do país até a construção de Brasília, em 1960 – e o restante do Brasil, principalmente no auge do ciclo do café. Dessa forma, antes de seu processo de industrialização, o município de Iguassú se destacou com três cultivos: cana-de-açúcar, café e laranja.

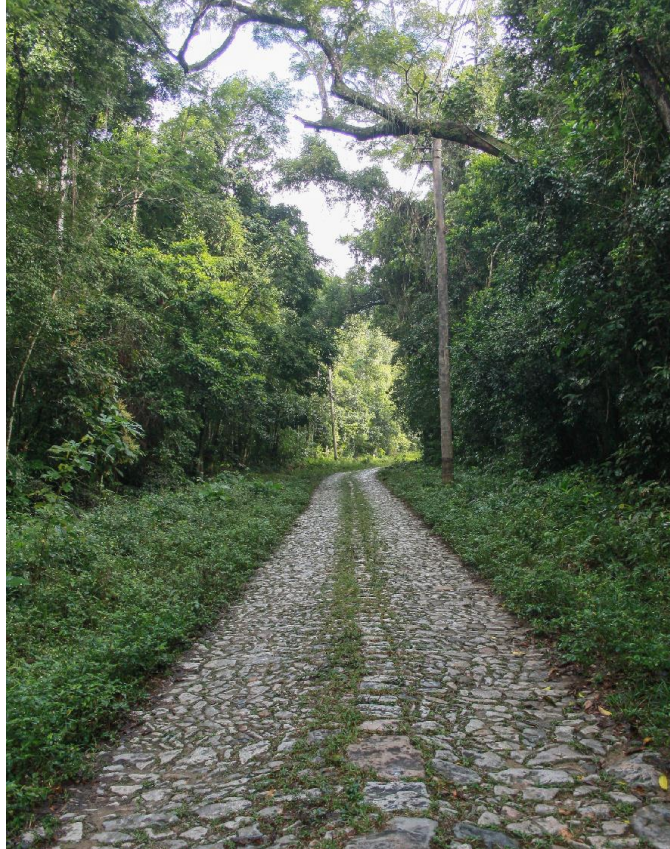
Mesmo que a região produzisse também feijão, arroz, milho, mandioca, entre outros produtos que atendiam à demanda do Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar, durante os séculos XVII e XVIII, foi o principal produto de cultivo e exportação do Brasil, do Rio de Janeiro e, também, de Iguassú. O transporte do produto era realizado principalmente por via fluvial, o que levou a região a ser a sede do município, devido a sua localização geográfica permeada de rios navegáveis, sendo o Rio Iguassú o principal deles. (RODRIGUES, 2006). Convém perceber que “Iguassú”, em Tupi, significa “Rio Grande” ou “Água Grande”.

O declínio da economia açucareira na região acompanhou o mesmo processo em nível nacional no século XVIII, provocado pela concorrência internacional do açúcar das Antilhas, que se tornou desequilibrada pelo atraso tecnológico na produção açucareira, não somente no Rio de Janeiro, como no Brasil, devido ao impedimento da confecção de tecnologias na colônia.

Após a queda do açúcar, o segundo principal produto econômico do município da Vila de Iguassú foi o café, cultivado principalmente nas freguesias de Tinguá, Estrela e nas regiões de Jaceruba e Japeri. Contudo, a região não ascende como grande produtora e o fim oficial do tráfico atlântico de escravizados em meados do século XIX tornou esse cultivo no local pouco lucrativo (RODRIGUES, 2006). Mesmo assim, a escravidão foi uma atividade intensamente presente na realidade social e econômica de Iguassú até a assinatura da Lei Áurea (1888).

Assim, ainda no contexto da cafeicultura, a principal função da região era agir como um importante entreposto entre o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro. Uma consequência dessa inserção da região na economia cafeeira foi o surgimento de aglomerações populacionais nos locais próximos às vias de circulação aquática e terrestre, que passam a ser ocupadas por moradias e comércio. Dentre as vias de circulação terrestre que passavam pela Vila de Iguassú, destaca-se a Estrada do Comércio, inaugurada em 1822, que ligava o café do Vale do Paraíba aos portos (BATISTA, 2021).

**Imagem 17: Trecho preservado da Estrada do Comércio, em Nova Iguaçu.**



**Fonte: Fotografia de Alziro Xavier, 2017.**

De acordo com Guedes (2012), a população de Iguassú no contexto da cafeicultura de meados do século XIX estava dividida em três principais grupos. O primeiro era o dos proprietários de terras e senhores de escravizados; o segundo era o dos homens livres – brancos, pretos ou mestiços -, que eram pequenos agricultores de subsistência e pequenos comerciantes da região dos portos; já o terceiro grupo era o dos escravizados, que eram a maioria da população local.

Como a existência da escravidão garante a também resistência a ela, a predominância de pessoas em situação de escravidão na região e a geografia permeada de riachos e pântanos fez com que florescessem algumas comunidades quilombolas em Iguassú, como o “*Quilombo da Bomba*”. Segundo Gomes (2006), trata-se de grupos que se relacionavam social e economicamente com o restante da comunidade, principalmente com os comerciantes. Essa relação, que evidenciava a integração dos quilombos naquela sociedade, deu origem a uma rede de contatos,

que protegiam os quilombos de Iguassú através de informações acerca de investidas do governo contra essas organizações de resistência.

É no contexto da ascensão da economia cafeeira na região, no estado e no país, que ocorre a construção e implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), ligando a localidade de Belém (atual Japeri), que pertencia à Vila de Iguassú, ao centro do Rio de Janeiro. A inauguração dessa estrada de ferro, em 1858, alterou radicalmente a dinâmica da região e a escolha do local de construção da Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, em 1863, vem a confirmar esse processo.

O escoamento do café na direção do Vale do Paraíba passou, então, a ser realizado através da ferrovia, devido a rapidez e viabilidade econômicas, o que fez com que o transporte fluvial perdesse importância. As águas de Iguassú, antes necessárias ao transporte por navegação, passaram a ser vistas como obstáculo à circulação (SILVA, 2013). A economia de Estrela, por exemplo, entrou em declínio, a ponto de perder parte de seu território para Iguassú, de onde havia se emancipado em 1846.

Os trilhos impulsionaram em muito a expansão da cidade do Rio de Janeiro em direção à Baixada, intensificando a formação de povoados ao longo da ferrovia. Além disso, houve surtos de cólera e malária na sede da Vila de Iguassú, o que dizimou boa parte de sua população (BATISTA, 2021).

Nesse contexto, com os problemas sociais, a desvalorização do transporte marítimo e, conseqüentemente, dos portos, em 01 de maio de 1891 – já no período republicano –, através do Decreto Estadual nº204, a sede de município deixa de se localizar à beira do rio Iguassú e é transferida para a margem da Estrada de Ferro D. Pedro II, em um arraial então conhecido como Maxambomba, ou “*machine-bomb*”, que apresentava grande crescimento econômico (COSTA, 2019). Em 1916, através do Decreto Estadual nº 1.1331, o nome da sede do município passa a ser Nova Iguaçu, como uma homenagem à antiga sede, que no século XXI é conhecida como Iguaçu Velha.

Na entrada do século XX, a insalubridade e os persistentes surtos de malária na região dificultavam a expansão econômica. O declínio do café fluminense no final do século XIX e início do XX e a transição do Império para a República fez surgir, através de um grande incentivo governamental, um forte produto de cultivo e exportação na região: a laranja. Aliados à vontade das autoridades políticas, o clima,



o relevo e o solo da região garantiram o sucesso do cultivo da fruta (RODRIGUES, 2006).

A concretização do fim da escravidão com a chegada da Lei Áurea (1888), a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e o estado de São Paulo, a utilização da estrada de ferro e a chegada de Nilo Peçanha ao poder no governo do estado foram determinantes para a citricultura iguaçuana. De início, o cultivo se dava nas encostas da Serra de Madureira, mas logo se alastrou pela maior parte do município.

As fazendas açucareiras ou cafeeiras perdem, assim, espaço para os laranjais. De acordo com Costa (2019), o censo de 1920 aponta que dos 144.700 hectares do território de Nova Iguaçu, 117.937 (81%) era de estabelecimentos rurais. O auge da citricultura iguaçuana, entretanto, é atingido no ano de 1940, quando, ainda de acordo com Costa (2019), o censo apontou que dos 1.529 estabelecimentos rurais do município, 1.398 (92%) eram laranjais.

O período do sucesso econômico da laranja, marcadamente a primeira metade do século XX, é caracterizado por um investimento em construção de estradas visando um maior escoamento da produção e, principal e conseqüentemente, por um grande crescimento populacional em Nova Iguaçu, impulsionado por um grande fluxo imigratório. Muitos desses imigrantes eram provenientes de fora do estado, principalmente do Nordeste do país, mas também do interior fluminense, com grandes massas advindas do Vale do Paraíba.

**Imagem 18: Trabalhador anônimo.**



Fonte: (BATISTA, 2021. p.50)

O crescimento da citricultura baixadense, em meio ao desenvolvimentismo nacional característico do período de Getúlio Vargas na presidência do país, foi um grande atrativo para a urbanização e maior estruturação do Município, representada na construção do Hospital Iguassú, em 1931, bem como, de acordo com Costa (2019), para atrair descendentes de escravizados do Vale do Paraíba após a decadência da economia cafeeira naquela região. Acerca desses migrantes, Costa (2019) afirma que:

A Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, aparece como destino preferido dos filhos e netos de ex-escravos do Vale do Paraíba. De acordo com as entrevistas realizadas, das 137 pessoas que tiveram alguma experiência de deslocamento em sua trajetória, 54 (39,4%) não tiveram um deslocamento específico. [...] todavia, os 83 (60,6%) restantes direcionaram-se para a Baixada. (p. 192).

Além dos provenientes do Vale do Paraíba, correntes migratórias vindas do Nordeste, fugindo das secas e da concentração fundiária na região, tinham como um destino recorrente a Baixada Fluminense. Nesse caminho, ainda de acordo com Costa (2019), Nova Iguaçu apresenta um crescimento populacional de mais de 300% em um espaço de 20 anos (de 1920 a 1940). Entretanto, tal crescimento se deu de maneira desordenada, na medida em que faltava planejamento. Aumentava o número de

habitantes ocupando locais sem saneamento básico, acesso a água, entre outros serviços básicos (RODRIGUES, 2006).

Nesse panorama social, é a partir da década de 1940 que se inicia a decadência da citricultura na região, provocada principalmente pelo auge da Segunda Guerra Mundial, o que fez diminuir drasticamente a quantidade de navios atracando nos portos brasileiros e, conseqüentemente, a exportação do produto. Um segundo fator foi a falta de local para armazenar o excedente não escoado por conta do conflito mundial, o que fez com que grande parte da produção apodrecesse, potencializando a ação de uma praga conhecida como “mosca do mediterrâneo”. À falta de proteção por parte dos produtores e do governo contra esse agente danificador, a produção da laranja cai em larga escala. (RODRIGUES, 2006).

Entretanto, ironicamente, o golpe na citricultura iguaçuana foi o fim da Segunda Guerra Mundial. A produção, agora enfraquecida, já não atendia por completo nem ao consumo interno. Com a recuperação gradativa do pós-guerra, as potências europeias procuraram consumir novamente a laranja. Visando garantir o abastecimento do mercado interno, o governo brasileiro proibiu a exportação do produto. Isso afastou os produtores do cultivo, reduziu em muito a atividade e deu início ao processo de loteamentos (BATISTA, 2021).

Novamente conectada à economia nacional, o fim da predominância da economia agrícola em Nova Iguaçu se deu justamente no contexto da industrialização brasileira do pós-Segunda Guerra – o processo de substituição de importações<sup>30</sup>. A cidade atendia aos pré-requisitos necessários para a urbanização e a industrialização, tais como um comércio grande e variado, rede rodoviária estabelecida e ampliada – representada na construção da Av. Presidente Dutra – entre outros fatores que a diferenciavam das cidades vizinhas para a segunda metade do século XX. Assim, Nova Iguaçu assume um papel central da industrialização da Baixada Fluminense (BARRETO, 2004).

Barreto (2004) argumenta que os processos de industrialização e urbanização intensificaram o declínio das oligarquias locais, enfraquecendo as famílias tradicionais que dominavam politicamente a região, desde o início da ocupação sistemática desse território. Tal fato modificou as relações sociais no campo e estabeleceu novas

---

<sup>30</sup> Processo econômico que levou a industrialização, de forma tardia, do Brasil, na metade do século XX.

relações de poder na cidade. Emerge, assim, uma elite política mesclada, composta por membros das antigas oligarquias aliados a membros da nova elite econômica – empresários e comerciantes.

É em meio a essa política que, na década de 1960, a Baixada Fluminense não passou ilesa à repressão política perpetuada pela ditadura civil militar. Então a maior cidade do estado da Guanabara pré-Fusão e contando com mais de 500 mil habitantes (BATISTA, 2015), Nova Iguaçu foi um grande exemplo prático dessas estratégias dos militares, sendo palco de intensas disputas entre os dois partidos permitidos no regime de exceção: o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a oposição consentida, e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do regime.

Quanto a essas disputas no campo político institucional da região no período, Alves (2003) afirma que:

A estruturação política feita pela ditadura militar no poder local da Baixada ao longo de 20 anos teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou viessem a surgir. Cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista foram estratégias empregadas ao longo deste período (p.101).

Dessa forma, o prefeito Aluizio Pinto de Barros (PTB), eleito em 1963, é deposto no ano seguinte devido ao golpe que deu início ao estado de exceção, dando lugar a João Luiz do Nascimento (ARENA), que ficou no cargo até setembro de 1966, quando é substituído por José de Lima (ARENA), que, por sua vez, ficou no cargo por 31 dias, dando lugar a Joaquim de Freitas (ARENA), em outubro do mesmo ano.

Na eleição para a prefeitura de 1966, Ary Schiavo (MDB) vence José Haddad (ARENA), inicia o mandato em janeiro de 1967, mas é cassado pela Câmara Municipal seis meses depois, dando lugar a seu vice, Antônio Joaquim Machado (MDB). Como estratégia, o novo prefeito tenta ir do MDB para a ARENA, com o objetivo de impedir que fosse derrubado, mas também é cassado e dá lugar ao presidente da Câmara em 1968, Nagi Almawi (MDB). Era ele o prefeito em exercício no momento do fechamento da Câmara Municipal em decorrência do mais duro dos Atos Institucionais, o AI nº5<sup>31</sup>,

---

<sup>31</sup> Vigorou a partir de 13 de dezembro de 1968 e resultou na perda de mandatos de políticos contrários à ditadura em nível federal, estadual e municipal; além de dar o direito ao Executivo Federal de suspender direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos.

sendo obrigado a passar o poder municipal para o interventor João Ruy de Queiroz Pinheiro (ARENA) em fevereiro de 1969 (BATISTA, 2015).

Nas eleições seguintes, assumiriam Bolivard Gomes de Assunção (ARENA - 1971 – 1973) e Joaquim de Freitas (ARENA – 1973 – 1975). Esse deu lugar ao seu vice-prefeito, João Batista Barreto Lubanco (ARENA), que chefiou Nova Iguaçu até janeiro de 1977. Após, João Ruy de Queiroz Pinheiro (ARENA) volta a posição de prefeito, dessa vez eleito até 1982 (BATISTA, 2015).

Por fim, com as disputas inerentes ao campo político institucional fortemente reprimidas pelo contexto ditatorial, Nova Iguaçu contou com 13 mandatos de prefeitos, nos 18 anos de auge da repressão ditatorial, fato que comprova a importância do município no contexto político fluminense do período em questão.

E quanto à sociedade civil? Somente assistia tais disputas institucionais durante a ditadura? À sua forma, os ‘desapossados’ impunham a sua resistência ao governo ditatorial. Notadamente, o principal foco da resistência iguaçuana foi uma instituição – a Igreja Católica do município, liderada por Dom Adriano Hypólito, um bispo nascido em Aracaju, no estado do Sergipe. Segundo Nascimento (2014), a ideologia sócio libertadora agia em defesa da justiça social e dos direitos humanos fazendo, conseqüentemente, oposição ao governo que feria essas duas bandeiras, em nível federal, estadual e, como vimos acima, municipal.

Dessa maneira, a Igreja agiu no município sob a tutela do bispo, ampliando os espaços de resistência na/da sociedade civil, principalmente através da pregação nas missas e do folheto litúrgico “*A Folha*”, que passou a abranger as temáticas sociais e políticas de contestação à ordem vigente (NASCIMENTO, 2014). A repressão militar não deixaria uma contestação tão manifesta e vinda do interior de uma das mais importantes instituições do país, a Igreja Católica. Assim, em setembro de 1976, Dom Adriano Hypólito chegou a ser sequestrado, espancado, abandonado nu em uma estrada e pintado de vermelho. Seu carro foi explodido, mas o bispo sobreviveu e prosseguiu na sua atuação em Nova Iguaçu, onde morreu em 10 de agosto de 1996, aos 78 anos de idade.

A normalidade no campo político institucional e fora dele é recuperada gradativamente no período de redemocratização, principalmente com o processo eleitoral de 1982 – citado no capítulo anterior. Enquanto Leonel Brizola (PDT) era eleito para o governo do estado, Paulo Antônio Leone Neto (PDT) venceu o pleito municipal e se tornava o prefeito iguaçuano na abertura política. Principalmente pelo

mecanismo do voto na legenda, a Câmara Municipal iguaçuana seria também permeada de pedetistas, conforme atestamos no capítulo seguinte.

Esse período de reabertura política conta ainda com a intensificação da organização de movimentos sociais em nível nacional. Dessa forma, em Nova Iguaçu, além da já citada organização do Centro Estadual de Professores, o Movimento Amigos do Bairro (MAB) passou a ser a principal força política popular, contando com componentes de vários bairros da cidade. As principais reivindicações do grupo eram relacionadas à saúde e à educação (LOBO, 2019).

Como a organização cresceu no período da implantação da política educacional brizolista no município iguaçuano e em todo o estado, os CIEP viraram uma questão importante nesses debates, sendo comum temáticas como oferta de vagas para estudantes, emprego para os moradores da região e uma posterior defesa contra a desativação dessas escolas (LOBO, 2019).

Assim, como argumenta Bourdieu (1989), os ‘desapossados’ iguaçuanos, mesmo que por fora da área institucional, também agiam e exerciam influência no campo político. Os apontamentos trazidos por Lobo (2019) serão novamente percebidos no capítulo que se segue a este, no qual analisamos essa ação nos diferentes tipos de fonte.

Ainda sobre os ‘desapossados’ iguaçuanos, os intensos movimentos migratórios que a região sudeste recebe em meados do século XX fez novamente a população local crescer intensamente. Como na citricultura, a maioria desses imigrantes era novamente de nordestinos, que vinham ao sudeste em busca de emprego e moradias de baixo custo. A Baixada Fluminense, por sua proximidade com a metrópole e faixas de terra baratas ou não ocupadas, permanecia como um destino interessante para as aspirações dos imigrantes.

De acordo com Rodrigues (2005), Nova Iguaçu possuía, em 1960, 356.545 habitantes, saltando para 415.690 habitantes no ano de 1970. Esses movimentos migratórios, tanto nordestino, quanto do Vale do Paraíba, ajudam em muito a explicar as características da população baixadense e iguaçuana nos dias atuais, formada predominantemente por negros, nordestinos e descendentes.

É nesse momento, em meados do século XX, que a Baixada Fluminense se confirma então como periferia, posição concretizada pela ocupação intensa e desmedida, displicência dos poderes públicos e altos índices de violência (SILVA, 2013). Dessa forma, as cidades da Baixada formam um cinturão em torno da cidade

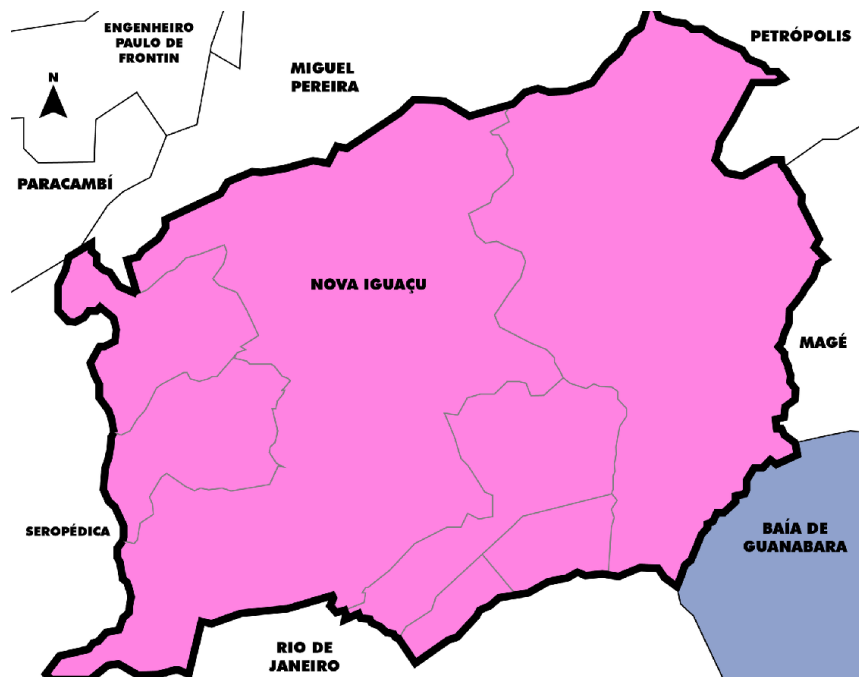
do Rio de Janeiro, dominadas por uma alta densidade populacional e uma baixa qualidade de vida.

No contexto da fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 1975 e já abordada no capítulo anterior, foi instituída em 01 de julho de 1974, através da Lei Complementar nº20, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como “Grande Rio”, que abrange Niterói, Itaboraí, Maricá, Tanguá e todas as cidades da Baixada Fluminense.

Da região baixadense, na terceira década do século XXI, a mais extensa das cidades ainda é Nova Iguaçu, que ao longo do século XX sofreu fragmentações em seu vasto território, fomentadas pelo desigual desenvolvimento entre as regiões, a heterogeneidade populacional, a ausência de políticas públicas, entre outros aspectos. Nesse cenário, elites locais com fortes aspirações políticas adquiriram uma consciência emancipatória, através da qual buscavam, com a emancipação, a solução para os eminentes problemas locais e a realização de seus interesses políticos e econômicos. É sobre esse processo que nos debruçaremos na subseção abaixo.

### 2.1.1 As municipalizações: emancipando para quê?

Imagem 19: Nova Iguaçu antes das emancipações.



Fonte: Imagem elaborada pelo arquiteto Henrique Magon Pequeno, 2017, com base na obra de Manoel Ricardo Simões, 2007.

As perdas de território sofridas por Nova Iguaçu espalham-se ao longo do século XX. Os primeiros distritos a separarem-se foram os territórios que hoje correspondem a Duque de Caxias e São João de Meriti (Decreto-Lei Estadual nº1.055, de 1943) Logo após, Nilópolis se emancipa (Lei Estadual nº6, de 1947). Após uma longa pausa, os processos de emancipação reiniciam-se no pós-ditadura militar, com a separação de Belford Roxo (Lei Estadual nº1.640, de 1990), Queimados (Lei Estadual nº 1.773, de 1990), Japeri (Lei Estadual nº01.902, de 1991) e Mesquita (Lei Estadual nº 3.253, de 1999).

Esse segundo ciclo emancipatório no território iguaçuano acompanhou um processo que ocorria em todo o Brasil. Segundo Cigolini (2009), de 1986 a 2008 foram criados 1465 municípios no país, sendo o Rio de Janeiro responsável por 37 deles. A simultaneidade dessas emancipações a partir da metade da década de 1980 se deveria à expansão da ocupação territorial, em nível nacional, que formou novos núcleos populacionais, e ao retorno da normalidade legal inerente ao processo de redemocratização.

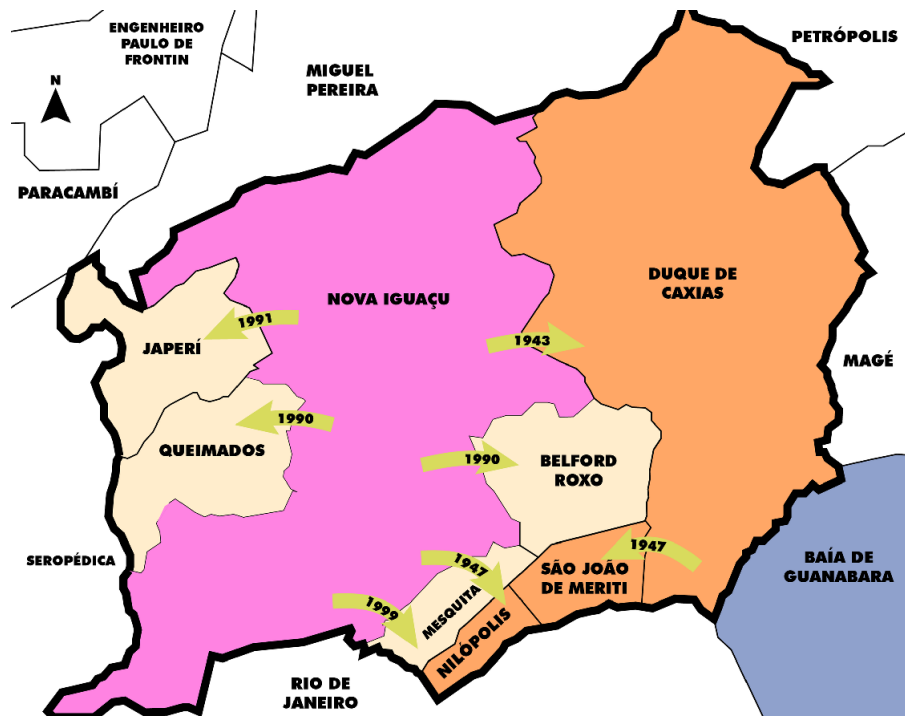
Esse ciclo de municipalizações ocorre ainda com base na organização política demandada pela recém promulgada Constituição Federal de 1988. Na Carta Magna, o artigo 18 do capítulo I determina que os Municípios, bem como os outros entes governamentais são autônomos, e o seu inciso 4º determina que a criação, a incorporação, a fusão ou o desmembramento de municípios são determinadas por lei estadual, mediante a realização de um plebiscito local (BRASIL, 1988).

Outro documento legal que trata das municipalidades, desta vez circunscrita à Educação, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Em seu artigo 8, a LDBEN determina o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para questões afeitas à Educação, garantindo no artigo 11 que os municípios devem priorizar o ensino fundamental e a educação infantil (BRASIL, 1996) e alterando a Constituição Federal, que acata essas determinações em seu artigo 211, no capítulo III.

É principalmente esse segundo ciclo emancipatório, inerente à década de 1990, que terá maior relevância para esta pesquisa, devido a sua compatibilidade temporal com a implantação dos CIEP na região. Na imagem a seguir, trazemos um mapa com os territórios cedidos por Nova Iguaçu.



Imagem 20: Mapa das emancipações de Nova Iguaçu



Fonte: Imagem elaborada pelo arquiteto Henrique Magon Pequeno, 2017, com base na obra de Manoel Ricardo Simões, 2007.

Nesse contexto de desmembramentos, Nova Iguaçu chega ao final do século XX com seu território 'diminuído'. Já na terceira década do século XXI, mesmo com as emancipações, ressaltamos que Nova Iguaçu é a maior cidade da Baixada Fluminense em território (67% de área de proteção ambiental) e o segundo maior em população, com uma densidade demográfica de 1.527,60 hab/km<sup>2</sup> e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 0,713<sup>32</sup>.

Imagem 21: Mapa atual de Nova Iguaçu

<sup>32</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-iguacu.html>



Fonte: Maps of Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/munic%C3%ADpios-mapas/nova-igua%C3%A7u-munic%C3%ADpio-mapa>.

Dos 796.257 de sua população registrada pelo IBGE no censo demográfico de 2010 (825.388 em 2020), 696.059 eram alfabetizados. Além disso, 243.856 pessoas frequentavam a escola ou a creche, sendo 159.358 delas estudantes da rede pública de ensino, em um universo que contava com 837 escolas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para o ano de 2021, o número de estudantes matriculados nos 41 CIEP de Nova Iguaçu é de aproximadamente 28.600<sup>33</sup>. Quanto à qualidade do ensino ofertado por essas instituições, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais do ensino fundamental público é de 4,6, enquanto para os anos finais é de 3,8. Já quanto ao ensino médio, o mesmo indicador cai para 3,7.<sup>34</sup>

Partindo para a segunda seção deste capítulo, e levando em consideração a questão referente aos desmembramentos ocorridos no território de Nova Iguaçu, nos perguntamos: No que se relaciona aos I e II PEE e à construção dos CIEP nos municípios do estado, quais CIEP foram construídos em território iguaçuano e,

<sup>33</sup><https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2FMatr%C3%ADcula%20Inicial%2FInfogr%C3%A1fico%2FPain%C3%A9is%2FColeta%20An%C3%A1lise%20Comparativa&Page=p%C3%A1gina%201>

<sup>34</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/nova-iguacu.html>.

posteriormente, agregados a outros municípios recém-criados, nas décadas de 80 e de 90? Qual configuração/desenho territorial encontramos, atualmente, em Nova Iguaçu, a partir de nosso foco de estudo – os CIEP?

## **2.2 Os CIEP em Nova Iguaçu: ‘Tijolo por tijolo em um desenho lógico?’**

Como afirmamos e, de certa forma, constatamos no capítulo anterior, de acordo com seus idealizadores, o principal critério para a construção de um CIEP em uma localidade era a densidade demográfica da região, indicativo de possível demanda pela escola pública. Assim, em todo o estado, a cidade mais abarcada pelo PEE foi, naturalmente, a capital que, ao final do segundo governo Brizola, contava com 123 CIEP e 6 CAIC (RIBEIRO, 1995).

Já a Baixada Fluminense, por estar localizada na região metropolitana do estado e possuir uma alta densidade demográfica<sup>35</sup>, foi também um grande alvo da política educacional brizolista. De acordo com o planejamento indicado no Livro dos CIEP, a região receberia 172 unidades das novas escolas. Nova Iguaçu, por sua vez, receberia 87 delas, sendo o segundo município com mais CIEP, atrás apenas do Rio de Janeiro, a capital do estado.

**Imagem 22: O planejamento de distribuição dos CIEP pelo estado do Rio de Janeiro.**

---

<sup>35</sup> Novamente de acordo com o IBGE, em 2015 a Baixada Fluminense possuía uma densidade demográfica de 1.336, enquanto o estado do Rio de Janeiro como um todo apresentava uma densidade de 378. (SEBRAE/RJ,2016)

**Localização dos CIEPs**

Municípios	Total 500 CIEPs	Municípios	Total 500 CIEPs
Rio de Janeiro	134	Rio das Flores	01
Nova Iguaçu	87	Paraíba do Sul	01
São Gonçalo	44	Vassouras	02
Duque de Caxias	45	Mendes	01
São João de Meriti	27	Paulo de Frontin	01
Campos	16	Miguel Pereira	01
Niterói	10	Cachoeira de Macacu	02
Volta Redonda	09	Maricá	01
Magé	08	Saquarema	01
Itaboraí	07	Rio Bonito	01
Itaguaí	07	Araruama	02
Petrópolis	06	Arraial do Cabo	01
Nilópolis	03	Silva Jardim	01
Barra Mansa	06	Sapucaia	01
Resende	06	Carmo	01
Teresópolis	04	Sumidouro	01
Nova Friburgo	05	Duas Barras	01
Macaé	04	Cantagalo	01
Angra dos Reis	03	Cordeiro	01
Piraí	02	Bom Jardim	01
Três Rios	04	Itaocara	01
Paracambi	03	São Sebastião do Alto	01
Barra do Piraí	05	Santa Maria Madalena	01
Valença	02	Trajano de Moraes	01
São Pedro d'Aldeia	04	Conceição de Macabu	01
Cabo Frio	02	Porciúncula	01
Casimiro de Abreu	02	Natividade	01
Itaperuna	03	Bom Jesus de Itabapoana	01
Santo Antônio de Pádua	02	Laje de Muriaé	01
São Fidélis	02	Miracema	01
* Parati	01	Cambuci	01
Rio Claro	01	São João da Barra	02
Mangaratiba	01	Pati do Alferes	01

\* Cidade Histórica — CIEPs especiais

Fonte: (RIBEIRO, 1986, p. 45).

Entretanto, enquanto pesquisadores e seguidores do método hermenêutico-dialético de Minayo (GOMES, 2002), devemos questionar nossas fontes – principalmente as oficiais –, no sentido de problematizar os dados indicados por elas. Nesse sentido, optamos por realizar um levantamento acerca dos CIEP que foram construídos e atualmente existem no território de Nova Iguaçu dos anos 1980, 1990 e no século XXI.

Entretanto, antes de continuar no trabalho investigativo é preciso, contudo, apresentar os procedimentos metodológicos utilizados quando da coleta dos dados quantitativos que nos levaram às reflexões mais próximas de nosso estudo qualitativo.

Na realização desse levantamento relativo ao quantitativo de CIEP existentes no município de Nova Iguaçu, encontramos algumas dificuldades, tais como: 1) as emancipações de Queimados (1990), Belford Roxo (1990), Japeri (1995) e Mesquita (1999) entremeando, basicamente, os dois períodos de implementação dos PEE, o que fez com que os CIEP construídos nesses locais deixassem de pertencer a Nova Iguaçu; 2) a ausência, na plataforma online da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), da data da implantação dos CIEP, levando em consideração o contexto

pandêmico no qual esta pesquisa se desenvolveu, dificultando/impossibilitando a ida aos arquivos da Secretaria e 3) a possível desatualização do levantamento realizado no Novo Livro dos CIEP, obra em que baseamos o levantamento do número de CIEP de cada município. Embora a edição que utilizamos seja a de 1995 – posterior à implantação de todas essas escolas –, a listagem de CIEP existente nessa obra nos indica que os dados contabilizados corresponderiam, na verdade, a 1991 – ano da primeira edição do livro –, quando a totalidade de CIEP não estava construída e o território da Baixada Fluminense possuía outra configuração territorial, anterior a algumas das emancipações citadas neste estudo.

Assim, foi necessário um levantamento próprio, identificando os CIEP arrolados na plataforma online da SEEDUC<sup>36</sup>, no levantamento de escolas de Nova Iguaçu realizado pelo IBGE<sup>37</sup> e localizando-os por meio do aplicativo Google Maps. Além disso, para ter acesso às datas de inauguração dos CIEP, foi preciso realizar ligações telefônicas para cada uma das instituições escolares apresentadas como pertencentes ao município em questão. Dessa maneira, nem todos os dados acerca de todas as escolas foram conseguidos.

Quantificando os dados levantados, a Tabela 1 indica quantos e quais eram os CIEP que pertencem a Nova Iguaçu e aos municípios que se desmembraram do território iguaçuano, entre os anos de 1990 – ano da primeira emancipação - e 1999. Os números no interior da tabela correspondem aos CIEP, que eram numerados de acordo com a sua construção:

**Tabela 1 – Os CIEP de Nova Iguaçu e municípios oriundos das emancipações (1990 e 1999)**

Nº	NOVA IGUAÇU	BELFORD ROXO	QUEIMADOS	MESQUITA	JAPERI
1	021	024*	023	034	206
2	022*	027*	335	100	207
3	025	037	341	111	401*
4	026	074*	344	364	402
5	033*	112	346	431*	
6	071*	116	355		
7	075	177*	396		
8	099*	178			

<sup>36</sup> SEEDUC-RJ - Escolas Estaduais - *Google My Maps*.

<sup>37</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu>

9	113	197			
10	117	210			
11	119	217*			
12	134	314			
13	166	315*			
14	167	316			
15	168	337			
16	172	366*			
17	187*	374			
18	188	375			
19	196	376			
20	200	377			
21	216	380			
22	317	388			
23	324				
24	325*				
25	333				
26	334				
27	345				
28	351				
29	352				
30	354				
31	356				
32	358				
33	359				
34	360				
35	365				
36	373*				
37	383				
38	387				
39	390				
40	394				
41	395				

Os CIEP identificados na cor cinza foram construídos no 2º PEE.

\*CIEP municipalizado.

Para fins didáticos, devido à questão territorial iguaçuana e à lógica de distribuição dos CIEP, optamos por dividir nossa análise entre o primeiro e o segundo PEE. Desta maneira, por meio do levantamento e das ligações telefônicas,

identificamos que o último CIEP correspondente ao 1º PEE construído em Nova Iguaçu foi o CIEP 166 – Abílio Augusto Távora, inaugurado no ano de 1988 – ano que, curiosamente, o primeiro governo de Brizola já havia terminado, o que atesta a inauguração de CIEP no governo de Moreira Franco. Com base nessa divisão com a qual realizamos nosso levantamento, contabilizamos que o 1º PEE leva ao município de Nova Iguaçu um total de 23 CIEP, sendo o primeiro deles o CIEP 021 – General Osório, inaugurado no ano de 1985.

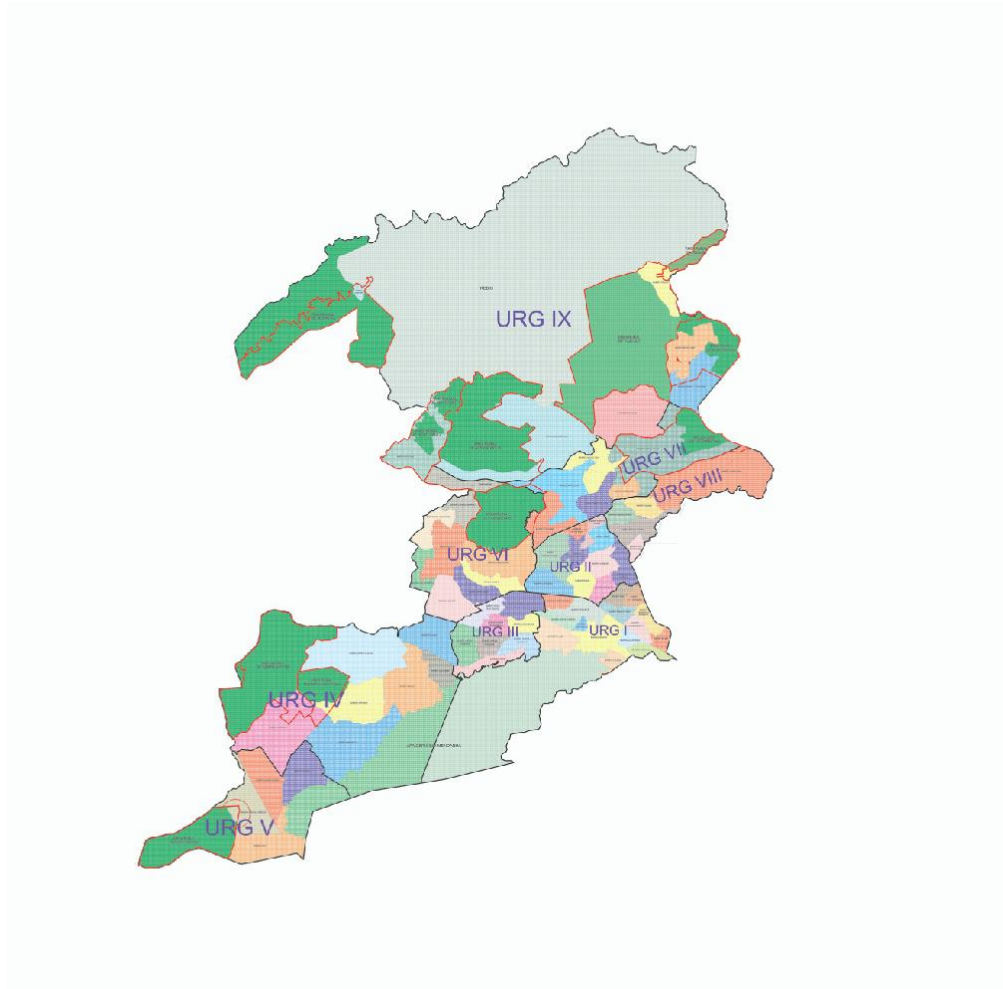
Entretanto, antes do retorno de Brizola ao governo do estado e o início do 2º PEE, os processos políticos locais nos levam a um novo panorama: Nova Iguaçu perde os territórios de Belford Roxo e Queimados, que conquistam as suas emancipações em 1990. Assim, além dos territórios cedidos para as novas cidades, Nova Iguaçu perde também 7 dos seus 23 CIEP (6 para Belford Roxo e 1 para Queimados), chegando no 2º PEE com 16 CIEP em funcionamento.

Em 1991, com a eleição de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio de Janeiro por mais 4 anos, a política educacional pedetista é retomada, bem como a construção dos CIEP. É iniciado então o 2º PEE. Nessa nova fase do Programa, guiada por uma lógica diferente, o território que correspondia a Nova Iguaçu durante a vigência do 2º PEE conquistou mais 34 CIEP, sendo o primeiro deles o CIEP 167 – Jardim Paraíso, inaugurado em 1992, e o último, o CIEP 395 – Luiz Henrique Rezende Novaes, inaugurado em 1995.

Assim, ao fim do 2º PEE o território iguaçuano contava com 50 CIEP (16 da primeira fase de implantação e 34 da segunda). Contudo, a política local novamente entra em cena e, com as emancipações de Japeri (1995) e Mesquita (1999), Nova Iguaçu dá origem a duas novas cidades, que retiram dela mais 9 CIEP. Dessa forma, findadas todas as construções de CIEP e os processos emancipatórios, o município iguaçuano conta, ainda na terceira década do século XXI, com 41 CIEP ainda em funcionamento em seu território. Dentre essas 41 escolas, 7 foram repassadas à administração municipal (CIEP municipalizados), em diferentes momentos.

Porém, como estão distribuídos os 41 CIEP por Nova Iguaçu? Administrativamente, o território iguaçuano é dividido em 9 Unidades Regionais de Governo (URG), conforme indica ilustração a seguir:

**Imagem 23: Unidades Regionais de Governo do município de Nova Iguaçu.**



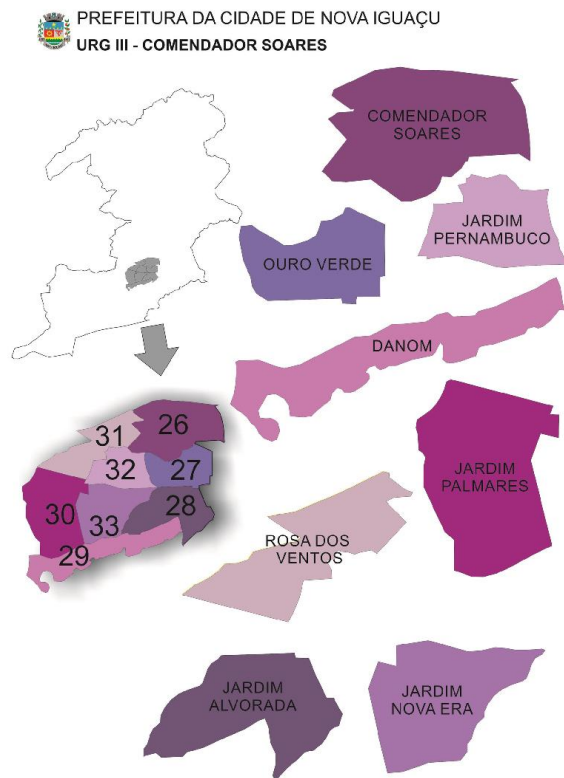
**Fonte: (BATISTA, 2021. p. 58).**

A URG Cabuçu (4) é a que possui mais CIEP em sua área, contando com 10. Por sua vez, as URG Posse (2), KM32 (5) e Centro (1) contabilizam 6 cada uma. Já as URG Comendador Soares (3) e Miguel Couto (8) apresentam, respectivamente, 5 e 4 CIEP cada. Quanto as URG Vila de Cava (7) e Austin (6), há 2 CIEP em cada. Por fim, a URG Tinguá (9) – a maior em território – não possui nenhum CIEP, o que pode ser explicado pela baixa densidade demográfica da região, decorrente da presença da Reserva Biológica de Tinguá.



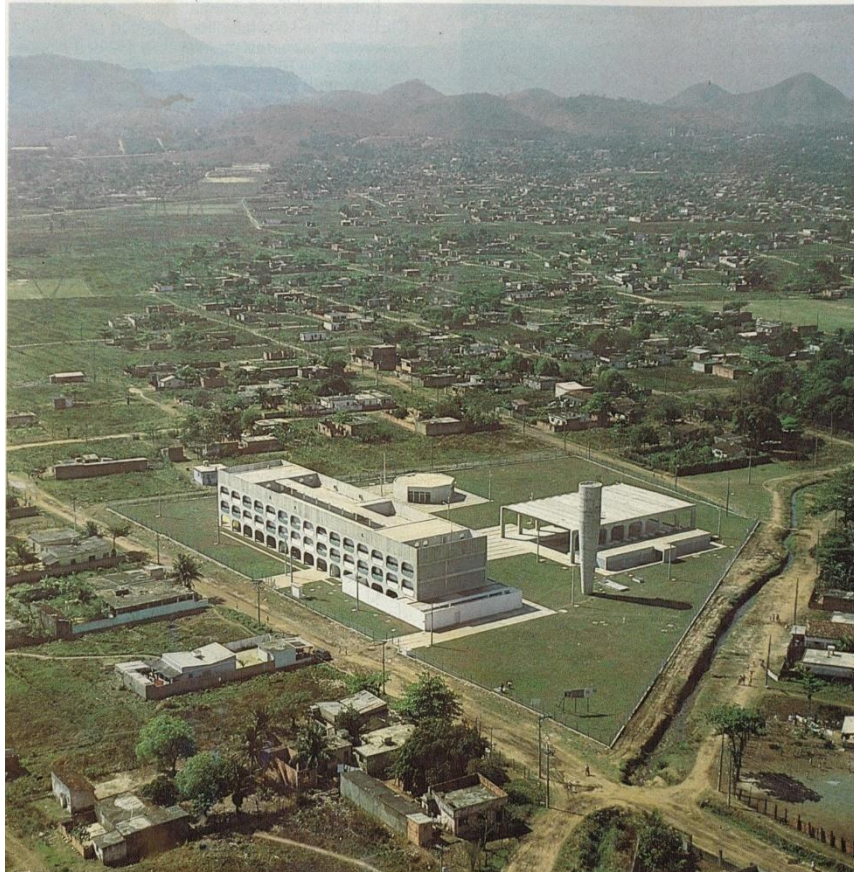
O CIEP 026 – São Vicente de Paula, que será abordado especialmente em nossa pesquisa por serem provenientes dele os entrevistados que tiveram seus discursos utilizados como fonte, é um dos cinco CIEP que está localizado na URG de Comendador Soares (3), especificamente no bairro Jardim Palmares.

**Imagem 24: Unidade Regional de Governo de Comendador Soares.**



Fonte: (BATISTA, 2021. p.64)

**Imagem 25: O CIEP 026 – São Vicente de Paula**



**Fonte: O Livro dos CIEP – Darcy Ribeiro**

Ao todo, de acordo com o nosso levantamento, o território da Baixada Fluminense recebeu, até o fim do 2º PEE, cerca de 170 CIEP, quantitativo que, levando em consideração os dados oficiais, corresponde a 34% do total dessas escolas distribuídas pelo estado (500). Por sua vez, como vimos, desses 170 CIEP baixadenses, atualmente 41 estão em Nova Iguaçu, número que corresponde a 24.1% dos CIEP da Baixada e 8.2% do total de CIEP do estado do Rio de Janeiro – um número significativo, se considerarmos o quantitativo geral de escolas, bem como o total de municípios fluminenses (92).

Ao término do levantamento que realizamos, nossas reflexões se concentraram no quantitativo desses 41 CIEP de Nova Iguaçu, com indagações que se mostraram pertinentes, a saber: Após a construção desses equipamentos no município, situado em região cuja vulnerabilidade apresentamos anteriormente, que importância adquiriram, ‘tijolo por tijolo’? Que ‘desenho lógico’, parafraseando Chico Buarque, os

CIEP construíram no município da Baixada, a partir do que a bibliografia e as fontes nos apresentam?

### **2.3 CIEP: importância enquanto equipamento ‘político-educativo e cultural’ cravado em território ‘vulnerável’?**

Segundo Le Goff, um documento é um produto da sociedade que o produziu e das relações de força inerentes a essa produção. Contudo para conferir cientificidade ao trabalho que se pode realizar com ele, se faz necessário que o pesquisador encare seu documento de estudo enquanto um monumento. Um monumento, por sua vez, é perpetuado voluntaria ou involuntariamente ao longo da história, como um “legado à memória coletiva”. (LE GOFF, 1990). Assim, tratar um documento enquanto monumento significa, ainda, entendê-lo como um instrumento de poder.

Seguindo tais preceitos, procuramos analisar nosso objeto de estudo – os CIEP – enquanto monumentos construídos em larga escala pelo Rio de Janeiro e, em cada localidade, deixando o legado de uma política pública educacional inovadora em seu projeto – tanto político, quanto pedagógico. Foi nessa perspectiva que vasculhamos a plataforma Sucupira da CAPES, em busca de referencial bibliográfico que possibilitasse um aprofundamento teórico sobre a construção de equipamentos sócio-culturais em territórios cuja carência nesse sentido estabelecesse algum vínculo com aqueles que deles irão usufruir.

Nessa busca, avançamos em dois caminhos: o primeiro, buscando referencial mais denso teoricamente, no sentido anteriormente apresentado. Em um segundo momento, nosso olhar se encaminhou para possíveis estudos que focassem igualmente em nosso objeto de estudo – os prédios escolares de CIEP e, mais especificamente, na Baixada Fluminense – em Nova Iguaçu. Que ‘achados’ a garimpagem metodológica nos possibilitou encontrar?

Filho (2000), se utilizando de Escolano e Vinão, argumenta que o espaço e o tempo escolares não são projetados com neutralidade; são, ao contrário, importantes componentes de um projeto pedagógico. Além disso, argumentam os pesquisadores que tais aspectos, em sua materialidade, produzem um tipo de discurso que impõe um

conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras, legando símbolos estéticos, culturais e ideológicos àqueles que deles se apropriam. Dessa forma, apreendemos que tanto o espaço quanto o tempo escolares são capazes de ensinar e, segundo, são elementos importantes na construção sócio-histórica da realidade.

Assim, consideramos espaço e tempo como aspectos políticos centrais no aparato escolar e, nessa perspectiva, emergiu um primeiro questionamento: Seria essa centralidade intensificada em um projeto educacional como o dos CIEP, principalmente por suas 'características pedagógicas diferenciadas' à época de sua construção como, por exemplo, a ampliação do tempo de jornada escolar; a organização de espaços pedagógicos nem sempre encontrados em outras construções similares e, ainda, a arquitetura 'inovadora' de seus prédios?.

A arquitetura idealizada pelo já renomado arquiteto Oscar Niemeyer e já ilustrada no capítulo anterior, em combinação com o Projeto Pedagógico, foi pensada no sentido de abarcar diferentes experiências escolares e culturais (MOREIRA; JÚNIOR, 2019). Com base nessa perspectiva, a construção modelo era dividida em blocos. No principal, ficavam salas de aula, centro médico, banheiros, cozinha, refeitório e o pátio. O segundo bloco era o esportivo, abrigando o ginásio com a quadra polivalente, vestiários e arquibancada. Ali, além das aulas de Educação Física, seriam realizadas peças teatrais, shows e outros eventos para a comunidade. Já o terceiro e último bloco sediaria a biblioteca e, acima dela, a moradia para os estudantes do programa Aluno Residente (RIBEIRO, 1986). Ao redor desses blocos, circulariam livremente e diariamente, até mil estudantes.

Cabe ressaltar, entretanto, que dentre os quinhentos CIEP construídos, houve exceções arquitetônicas, e algumas dessas construções foram adaptadas, de acordo com as condições físico espaciais do terreno, em cada realidade local. Nesse sentido, autores como Moreira (2020) e o próprio Darcy Ribeiro, no Livro dos CIEP, reforçam que havia formatos diferenciados dessas escolas: o CIEP modelo – mais difundido e as escolas de demonstração (o Complexo Educacional de São Gonçalo, o Centro de Demonstração Presidente João Goulart, em Ipanema, e o Complexo Escolar Avenida dos Desfiles). Houve também exceções arquitetônicas nos próprios CIEP, e um modelo mais compacto, nos casos dos prédios construídos em terrenos menores, que contavam com a quadra em cima do prédio principal.

No interior da sala de aula, os alunos eram organizados em duplas, por mesa, objetivando o aumento da sociabilidade e a valorização do trabalho coletivo. Além disso, outra especificidade da estrutura física da sala de aula dos CIEP era o fato de suas paredes serem baixas, para que o ar circulasse e a socialização fosse para além das turmas (RIBEIRO, 1986), além de limitar a altura das vozes no interior das salas. Essa última característica, entretanto, foi larga e rapidamente abandonada na maioria dos CIEP, além de ter suscitado várias críticas de estudiosos do assunto, tais como Moreira (2020) e Moreira e Júnior (2019).

De acordo com o idealizador do projeto dos CIEP, Darcy Ribeiro, além da formação do aluno, o objetivo desse tipo específico de escola era a construção de tempos e espaços para oferecer aos filhos da classe popular experiências de vida e produção/troca cultural, que seriam alcançadas através das relações entre todo o corpo escolar (estudantes e profissionais da educação) e da intensa relação entre CIEP e a comunidade ao seu redor (RIBEIRO, 1986).

Assim, Darcy Ribeiro enxergava nos CIEP um espaço de genuína expressão da cultura local, onde seria possível organizar encontros e festas, o que pode ser comprovado na idealização de nele sediar exposições, shows, filmes, peças, apresentações e afins (RIBEIRO, 1986). O CIEP seria, assim, um reduto da cultura local. De acordo com Silva (2008):

[...] O projeto dos CIEPs explorava as manifestações de ordem comunitária por meio de atividades que, para além de preencherem o tempo integral de permanência na escola, criavam uma nova atmosfera de realização/participação escolar frente à comunidade. Para isso, caberia à Animação Cultural, dentre outras atividades, efetivar e abrir um canal consistente de diálogo com a comunidade do entorno da escola. (p. 80).

Desta maneira, garantindo a simbiose cultural entre o projeto e a comunidade ao redor, a Animação Cultural era um componente estratégico, não só por suas contribuições pedagógicas, mas também políticas e sociais. Ainda de acordo com Silva (2008), ela atuava como um elo integrador e propagador da vida social no interior da escola.

Além disso, as atividades dos animadores culturais – que preferencialmente já possuíam algum tipo de envolvimento com a localidade em questão – procuravam priorizar as necessidades da comunidade. O entendimento era de que a formação cultural era central para o processo de aprendizagem e emancipação das classes populares – público-alvo dessa política educacional. Infere-se assim que tal iniciativa, em todo seu potencial de atuação, estava diretamente relacionada aos objetivos de uma educação democrática e de participação popular buscados pelos idealizadores do PEE, na medida em que viabilizava o contato direto da comunidade com a sua produção cultural (SILVA, 2008).

Dessa maneira, em sua complexidade, amplitude e especificidade, a política educacional dos CIEP procurou se configurar enquanto um equipamento (pedagógico, cultural e, conseqüentemente, político) instalado em uma localidade. O prédio, como um monumento, é trazido ao território, objetivando alterá-lo culturalmente e sendo alterado pela cultura local, o que resulta em uma identidade específica e simbiótica para a escola e para a localidade. Contudo, nos perguntamos, mais uma vez: como essas construções e esse propósito se materializaram na história local de Nova Iguaçu?

Em nossa busca nas Plataformas Sucupira da CAPES, Google Acadêmico e plataformas online de Programas de Pós-Graduação em Educação do Rio de Janeiro, encontramos estudos que se referem aos CIEP e, especificamente, aos CIEP em Nova Iguaçu. Em perspectiva complementar, o encontro do grupo de pesquisa Laboratório Educação e República (LER), liderado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lia Faria, também se constituiu em uma valiosa contribuição, uma vez que há várias investigações relacionadas a CIEP existentes no estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, no âmbito do grupo de pesquisa LER, encontramos na plataforma do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) algumas contribuições para a nossa pesquisa. Dentre as dissertações, destacamos a (1) dissertação de Sant'anna (2010) que, ao analisar o Projeto Alunos Residentes, através de entrevistas com ex-alunos, ex-professores e ex-pais sociais, dissecou a concepção de educação em tempo integral do I PEE; a (2) dissertação de SILVA (2011), já utilizada aqui, que analisou o cenário político-educacional fluminense durante a década de 1980, debruçando-se principalmente sobre a chegada ao poder e o governo de Leonel Brizola e,

especialmente, sobre os CIEP; encontramos ainda a (3) dissertação de Domingos (2017), que analisa os CIEP, suas características e o contexto político-educacional abordado em nossa pesquisa, mas destaca especialmente o CIEP 158 – Professora Margarida Thompson, no município de Piraí, dimensionando o impacto dessa política educacional nessa região Sul Fluminense.

Além de dissertações, encontramos também no acervo do grupo LER teses importantes para a nossa análise, com destaque para a (1) de Chagas (2012) que, através de entrevistas e pesquisa acerca de uma importante característica dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) - o programa de Animação Cultural -, traz à luz a inserção dos saberes populares no projeto, aproveitado juntamente com o saber formal; utilizamos também a (2) tese de Souza (2014) que, analisando os projetos pedagógicos educacionais, dimensionou e qualificou a influência de Anísio Teixeira e seu projeto educacional de Brasília sobre Darcy Ribeiro e o projeto educacional dos CIEP; há ainda o trabalho de (3) Matos (2017), que se debruçou sobre a figura de Maria Yedda Leite Linhares e sua atuação enquanto secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro e importante idealizadora do projeto dos CIEP, abordando o diálogo com Darcy Ribeiro e o legado da secretária para a educação fluminense; já a pesquisa de Genuncio (2018) é mais um estudo de caso sobre um CIEP, o CIEP Avenida dos Desfiles/Passarela do Samba, destacando o programa Ação Cultural implementado no PEE e dimensionando a interação entre a cultura e a educação pretendida pelos idealizadores do projeto. As teses de Santos (2021) e Silva (2019) seriam igualmente importantes e elencadas nesse levantamento, mas os arquivos com essas pesquisas não foram encontrados na plataforma do PROPED – UERJ.

Especificamente sobre CIEP na Baixada Fluminense encontramos, ainda no âmbito do grupo LER, a dissertação de Costa (2021), que busca identificar os componentes da política educacional dos CIEP na região em questão e sua repercussão no município de Duque de Caxias que, como elencamos no capítulo anterior, em seus primórdios, já pertenceu a Nova Iguaçu.

Além do grupo LER, mais uma pesquisa importante para o nosso trabalho foi encontrada na plataforma do PPGEDU-UNIRIO, a de Edson Antonio Costa do Rosario (2006). Em sua dissertação – *“Educação Patrimonial na Baixada Fluminense: uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública – CIEP 354 Martins Pena.”* – o

autor realizou um estudo de caso em CIEP localizado em Nova Iguaçu, abordando a temática da Educação Patrimonial, conceitual e legislativamente, relacionando-a à história local iguaçuana, especialmente da região de Marapicu, bairro onde a escola se encontra, e que se destaca por sua importância econômica para a história da localidade – o que legou para o bairro patrimônio histórico e cultural representativo – principalmente de arquitetura sacra, notadamente a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu.

Além dessas dissertações e teses, encontramos ainda um artigo de Ilda Maria B. Nazareth e Vera Lúcia de S. Neves – “*O cotidiano traduz a prática participacionista democrática e autônoma decantada nos discursos oficiais? A realidade na perspectiva dos professores de dois CIEPS/Brizolão (Centro de Educação Pública) no Município de Nova Iguaçu*”. Trata-se de mais um estudo de caso no qual as autoras, por meio de observação ativa e de entrevistas, analisam as práticas democráticas e participativas em duas escolas iguaçuanas – identificadas no texto como CIEP A e CIEP B, o que não possibilita a identificação exata dessas construções, mas evidencia a importância – para as pesquisadoras – desses equipamentos escolares.

Com base nesse panorama de leituras, nossa reflexão inicial foi reforçada: as escolas edificadas a partir dos Programas Especiais de Educação, nos dois governos de Leonel Brizola, realizaram movimentos em direção à maior identidade e ao maior engajamento do público-alvo às questões da educação e da cultura nas localidades em que foram construídas. Tal fato nos possibilitou reforçar a ‘*ideia-força*’ de que os CIEP podem ser vistos como equipamento educacional e cultural que constitui um monumento à cidadania.

Como pontifica Bourdieu (1989), as ‘*ideia-força*’ são as falas e as ações cometidas pelos ‘*apossados*’, mas que são apropriadas pelos “*desapossados*”, em um processo no qual buscam legitimidade. Nesse sentido, o porta-voz exerce o direito de fala e as forças dessas ideias são medidas pela mobilização que ela gera. Diante da discussão teórica e da análise das fontes que utilizamos neste trabalho, compreendemos os CIEP como uma ‘*ideia-força*’ que mobilizou ‘*apossados*’ e ‘*desapossados*’ no município de Nova Iguaçu.

Sintetizando o capítulo em que nos encontramos, nos perguntamos na sequência: como o município de Nova Iguaçu percebeu a chegada dos CIEP à sua



cidade e quais teriam sido as reações do poder local, bem como os impactos percebidos pela população de seu entorno? Esse e outros questionamentos é o que buscamos responder, ao articular as fontes coletadas em nosso estudo e o referencial teórico discutido à análise que se apresenta no próximo capítulo.

### 3 IMPLANTAÇÃO DOS CIEP NA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: DE CONSTRUÇÕES E REAÇÕES

Neste capítulo, tratamos da chegada dos CIEP a Nova Iguaçu, especificamente no tocante à sua construção e às evidências de como essas instituições foram recebidas no município. Também procuramos analisar a importância desses “monumentos” para a localidade em questão – encarando-os enquanto equipamentos sociais e culturais.

Como já trouxemos na Introdução, buscando efetivar uma história local a partir desse objeto de estudo, nosso propósito é o de investigar as reações de setores da sociedade iguaçuana à construção dos CIEP, utilizando como fontes principais (1) as atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu que se referem ao período de implantação dos dois Programas Especiais de Educação; bem como (2) entrevistas realizadas com sujeitos que atuaram e/ou se formaram no âmbito de um desses CIEP- o 026 – São Vicente de Paula. Adicionalmente, fatos noticiados na (3) imprensa também farão parte deste capítulo, como fonte complementar que, ao ‘ilustrar’ aspectos relevantes dessa implantação, possibilitou evidenciar conflitos e/ou reforçar situações criadas nessa sociedade. Quais motivos nos levaram a essas escolhas?

Teoricamente, podemos dizer que a opção se deu pelo fato de nossa formação em História nos levar a extrair, *das* e *nas* fontes, fatos e evidências que possam iluminar a realidade em que situamos nosso problema de pesquisa. É nesse sentido que aportamos em Barros (2019), quando o autor trata das fontes históricas. Entre outras possibilidades, a problematização dos discursos presentes nas Atas – nossa fonte inicial - nos permite a construção de uma história-problema acerca da implantação da política educacional do governo Brizola no município fluminense e a emergência de debates e negociações inerentes a tal processo.

Já metodologicamente falando, a opção pelas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu nos possibilita analisar a atuação de vereadores iguaçuanos no período compreendido entre 1983 e 1994, captando especificamente seus discursos acerca dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) e sua implantação em Nova Iguaçu. Ao fazê-lo, evidenciamos questões que se situam no campo político e na arena de disputa que encerram, tanto no que se refere a processos entre agentes do mesmo campo, como os que mesclam situações que envolvem outros campos,

agentes, processos e estratégias de legitimação desses microcosmos sociais, destacando o aspecto relacional existente entre eles.

Foi nessa confluência que ao separar, nos Livros de Atas dos anos de 1983 a 1994, aquelas que se referiam à educação, ou mais especificamente a questões que envolviam a chegada dos CIEP ao município, focamos nosso olhar em temáticas recorrentes. Essas recorrências foram listadas e, a partir de um quadro, evidenciaram-se as mais relevantes nesses discursos ocasionando, assim, uma busca que propiciasse – em outras fontes – um avanço no tocante ao conhecimento que poderíamos produzir a respeito dessas mesmas temáticas.

A pesquisa de campo realizada na Câmara Municipal – exercida com todos os cuidados e restrições que o contexto pandêmico nos exigiu –, se deu em 4 idas à casa legislativa, entre os meses de outubro e novembro de 2020. Nessas visitas, nosso objetivo foi o de buscar referências mais robustas, através dos livros de atas e dos discursos dos vereadores.

Nessa perspectiva, dedicamos uma atenção especial àqueles documentos oficiais em que encontramos debates sobre a escolha dos locais para a construção dos CIEP e aos que se referiam ao ‘impacto’ dessas construções para os cidadãos iguaçuanos. Nessa leitura cuidadosa, fomos encontrando similitudes, no que diz respeito a determinados aspectos que se faziam presentes em vários desses discursos. Tal fato possibilitou a construção de um corpus de aspectos mais relevantes sobre os CIEP nessas falas dos vereadores, o que pode ser constatado no Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1: Leonel Brizola e os CIEP nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**

<b>TEMÁTICA</b>	<b>RECORRÊNCIA</b>
Elogios e críticas a Leonel Brizola	53 citações
Construção de CIEP	39 citações
Elogios e críticas	30 citações
Divisão no PDT	26 citações

Como podemos constatar pelo quadro anterior, a principal recorrência da temática analisada em nosso trabalho são as citações diretas ao governador Leonel

de Moura Brizola – com 53 citações –, que, juntamente com a temática “*divisão no PDT*” – com 26 citações – nos servirão nesta análise, à título de ilustração. Entretanto, especificamente acerca da temática dos CIEP, aparecem principalmente a (1) construção dos CIEP, com 39 Atas recorrentes, assim como os elogios e críticas aos CIEP, com 30 recorrências. Dentre essas falas, constatamos que se destacam duas sub-temáticas principais: a do (2) financiamento da política pública do governo Brizola, e a da (3) concepção pedagógica dos PEE. Com esse corpus, procuramos analisar a realidade da construção dos CIEP em Nova Iguaçu, visando à reflexão sobre seu impacto em setores sociais do município. Tal trabalho é o que trazemos neste capítulo, nas seções que se seguem e que passamos a apresentar.

É sobre as atas legislativas que nos debruçamos na *primeira seção* deste capítulo, tanto no sentido de, especificamente, contextualizar ações e reações da Câmara Municipal à proposta educacional advinda da política estadual, quanto pelo fato de ter sido esse material aquele que propiciou, por meio de análise exploratória inicial, a emergência das temáticas/aspectos que compõem as demais seções, como expusemos no parágrafo anterior.

Nesse contexto, a *segunda seção* deste capítulo aborda especificamente o aspecto da construção dos CIEP. Nele, enfatizamos tanto as Atas, quanto entrevistas e notícias veiculadas pela imprensa que focam nesse aspecto, buscando construir um corpus argumentativo que dimensione o teor dos debates acerca dessa temática, principalmente quanto a divisão dos prédios pelo município de Nova Iguaçu e a escolha do terreno para as construções.

A *terceira seção* evidencia o aspecto do financiamento. Com a mesma construção que parte das fontes para focar em sua análise, procuramos apresentar evidências de que este aspecto pode ser compreendido por ângulos diversos como, por exemplo, aquele que o entende como positivo para a construção de um projeto, no caso de educação, ou ainda o que estabelece seu lado de ‘custo’, reforçando uma crítica recorrente ao investimento financeiro demandado pelo PEE.

Na *quarta seção*, as concepções político pedagógicas que permeiam a construção dos CIEP, bem como os entendimentos acerca das mesmas se torna o foco. Nessa perspectiva, nos debruçamos sobre os elogios aos CIEP por seu atendimento qualificado e em tempo estendido, bem como nas críticas, que acusavam

e evidenciavam um aspecto assistencialista nas prerrogativas que compunham o PEE.

Finalmente, a *quinta e última seção* procura justamente sintetizar e problematizar as ações e reações desses dois setores da sociedade iguaçuana – poder legislativo e população alvo -, em relação à construção dos CIEP no município, visando discussão mais ampla e que reflète propósitos, interesses e conflitos decorrentes dessas construções na localidade e do evidente projeto de sociedade que as embasava. Como vemos a seguir, tais visões, por vezes, coincidem e por outras colidem, estando permeadas por elogios e críticas aos CIEP. Nesse contexto e iniciando propriamente o capítulo, o que nos ‘contam’ as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu? Que impactos o CIEP causou naquela comunidade? Como a sua construção e seu prédio foi encarado por algumas das pessoas envolvidas nesse processo?

### **3.1 As atas da Câmara Municipal e o impacto dos CIEP em Nova Iguaçu: Sobre construções e reações do setor político**

Conforme antecipamos, esta seção repousa sobre a análise dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, buscando, nas falas dos vereadores iguaçuanos, suas impressões acerca de nosso objeto de estudo: os CIEP.

Tomando por base os escritos de Bourdieu acerca do conceito de campo político, os vereadores de Nova Iguaçu são encarados aqui enquanto profissionais do campo e portadores das ‘tecnologias’ inerentes a esse espectro. Dessa forma, os discursos que serão analisados nesta sessão são encarados enquanto ofertas e demandas de outros agentes da sociedade local que elegeram o profissional que os representa, e de certo modo, ‘materializam’ suas expectativas nesse agente, legitimando-o.

Nesse sentido, ainda em Bourdieu (1989), o profissional se comportaria enquanto porta-voz de um grupo social, o que faz com que seus discursos possuam força e legitimidade em determinados setores sociais. Com base nessa premissa, encaramos os discursos permeados de elogios e críticas ao governador Leonel Brizola

e aos CIEP enquanto ideias reverberando em debates que vão além dos limites da casa legislativa iguaçuana e da política institucional – conforme veremos nos registros de imprensa que serão abordados também neste capítulo, assim como nas entrevistas com a população alvo do CIEP 026.

Como indica a história legislativa do Brasil, um município só confirma a sua existência de fato com a construção de sua Câmara Municipal. Assim aconteceu com Iguassú, que fora elevado a condição de Município em 1833, mesmo ano da instalação de sua Câmara Municipal, fundada no dia 29 de julho. Naquele período, a sede do Município se encontrava na Vila de Iguassú (atual Iguaçu Velho), e lá é instalado o primeiro prédio legislativo; somente em 1919, a Câmara Municipal é transferida para a nova sede do Município, na Vila de Maxambomba (BARROS, 2000). Uma vez na nova sede – que em 1916 passaria a se chamar Nova Iguassú e, depois, Nova Iguaçu –, a Câmara Municipal já ocupou alguns prédios, até chegar à sua locação atual, na região central da cidade.

Foi nesse prédio legislativo, o habitat natural dos profissionais do campo político iguaçuano, que realizamos o nosso estudo de campo, especificamente na Sala de Arquivo. Com a autonomia dada pelas funcionárias da Câmara na análise do acervo, nos debruçamos sobre os Livros de Atas e seguimos o recorte temporal definido de acordo com o período correspondente ao 1º e 2ª PEE (1983 – 1994). Assim, centralizamos nossa análise nos Livros de Atas que vão do número 24 ao 32 e abrangem as seguintes datas, conforme o quadro 2.

**Quadro 2: A cronologia dos Livros das Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.**

<b>LIVRO</b>	<b>PERÍODO CRONOLÓGICO</b>
Livro 24	23/06/1981 a 26/05/1983
Livro 25	31/05/1983 a 24/08/1984
Livro 26	28/08/1984 a 17/10/1985
Livro 27	22/10/19985 a 17/06/1987
Livro 28	18/06/1987 a 31/05/1988
Livro 29	01/06/1988 a 20/04/1990
Livro 30	24/04/1990 a 28/01/1992
Livro 31	29/01/1992 a 17/08/1993
Livro 32	18/08/1993 a 26/07/1995

**Fonte:** Levantamento realizado pelo autor com base nos arquivos da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Além dos nove livros elencados acima, o período de nosso recorte temporal abrange ainda três legislaturas municipais diferentes, o que significa uma alteração na vereança. Essa variação natural nos indica também uma transformação na formação partidária da Câmara iguaçuana que, por sua vez, evidencia alterações nos discursos e debates acerca da política educacional como um todo e também na ‘ala brizolista’, ao longo do período em questão. É sobre esse **contexto político** que nos debruçamos agora, na continuidade desta primeira seção.

Na primeira legislatura municipal de nosso recorte, os vereadores iguaçuanos – eleitos no mesmo pleito em que Leonel Brizola chega ao governo do Estado<sup>38</sup> – legislariam de 1983 a 1988 (BARROS, 2000). Analisando as Atas, percebemos que para esse período foram eleitos 32 vereadores, dos quais 15 pertenciam ao PDT, partido de Leonel Brizola. Assim como na Assembleia Legislativa Estadual, em seu primeiro mandato, o PDT teria a absoluta maioria em Nova Iguaçu, conforme indicam os quadros 3 e 4:

**Quadro 3 - Vereadores de Nova Iguaçu (1983 – 1988)**

VEREADORES	PARTIDOS	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Acarisi Ribeiro Guimarães	PTB	
Alcir Lemos	PDT	
Américo dos Santos	PMDB	Líder do PMDB na Câmara. Deixa o mandato em 1986.
Nagi Almary	PMDB	Suplente de Américo dos Santos. Assume em 1986.
Antônio Fernandes	PDS	
Ataíde Lemos do Carmo	PDT	
Bento Fernandes Gonçalves	PMDB	
Cândido Augusto Ribeiro Neto	PDT	Crítico do prefeito Paulo Leone (PDT).
Carlos Antônio Ribeiro de Albuquerque	PDT	Líder do PDT na Câmara até 1984.
Carlos Magno Gomes	PMDB	
Celso Barroso Valentim	PMDB	
Claudio Roberto Islabão Cardoso	PDT	
Dirceu de Aquino Ramos	PDS	
Edeno Dionísio de Souza	PDT	
Edson Lopes do Nascimento	PDT	Líder da prefeitura na Câmara.

<sup>38</sup> Excepcionalmente no ano de 1982, as eleições estaduais e municipais foram realizadas na mesma data, dia 15 de novembro. Assim, Brizola fora eleito para governar o Rio de Janeiro no mesmo pleito que os vereadores de Nova Iguaçu o foram, no município.

Hilton Neves	PMDB	Líder do PMDB na Câmara após a saída de Américo dos Santos.
Iran Rodrigues	PDT	
Ivan Rodrigues	PDT	
João Luiz do Nascimento Jr.	PMDB	
Jorge Ayres de Lima	PDS	Líder da oposição à Prefeitura na Câmara.
Jorge Barreto	PDT	
José Guilhermino de Lima	PDS	
José Pereira de Mendonça	PMDB	
José Roberto de Arruda Câmara	PDS	
Luciano Moreira Lagos Filho	PDT	Presidente da Câmara em 1985.
Luiz Antônio de Souza Teixeira	PTB	
Manoel Carlos Gomes de Souza	PDT	
Maria Ivete Pantaleão	PDT	
Mario Pereira Marques Filho	PDS	
Mauro de Vasconcelos Rosa	PDT	
Mauro Miguel Junqueira Garcez	PDS	
Pedro Ernesto e Silva de Souza Araújo	PDT	Eleito líder do PDT na Câmara em 1984.
Ricardo Meirelles Gaspar	PMDB	
Sebastião Correadeira	PDS	

**Quadro 4 – Partidos na Câmara Municipal de Nova Iguaçu (1983 – 1988):**

PARTIDOS	Nº DE VEREADORES
PDT	15
PDS	8
PMDB	8
PTB	2

A predominância do partido do governo estadual no período referente ao 1º PEE na Câmara é comentada, inclusive, nas próprias sessões legislativas, conforme consta na Ata do dia 22 de março de 1983, no livro 24. Neste dia, o vereador José Guilhermino de Lima (PDS), partido de oposição a Brizola, disse que *“em 1988 [ano da eleição seguinte] não haverá outro Brizola para carregar alguns vereadores que hoje estão nesta casa”*.



Percebe-se nas Atas iguaçuanas aspectos da relação entre o PDS e o PDT que já foi contextualizada em capítulo anterior. Por outro lado, além de tornar presente o nome do governador com apenas uma semana de mandato<sup>39</sup>, a fala do vereador em questão nos dimensiona a força eleitoral de Brizola, que ia além de sua própria pessoa, alavancando o PDT em nível municipal e estadual na eleição de 1982, o que era reconhecido até por seus opositores – como é o caso do vereador em questão. Além disso, ao declarar que “em 1988 não haverá outro Brizola”, o vereador do PDS vislumbra uma queda na força política do governador – e, em consequência, do próprio partido – até a eleição seguinte.

Em outra ata, esta do dia 08 de março de 1984, ainda no livro 24, o Vereador Mario Marques (PDS) nos dá a medida da recorrência do nome do governador estadual nas sessões legislativas iguaçuanas, ao declarar “*só saberem usar da palavra para enaltecer a figura do governador Leonel Brizola, esquecendo esses vereadores dos votos que os elegeram*”. Por sua vez, o Vereador José Roberto de Arruda Câmara (PDS) reforçou que os vereadores da casa

deveriam se lembrar de solicitarem ao governador Leonel Brizola melhoramentos para o nosso Município. Que o ilustre governador, quando em sua campanha eleitoral, muito prometeu, mas que até agora nada deu de útil a população iguaçuana.<sup>40</sup>

As falas dos vereadores opositores, ao citarem e criticarem atos (ou omissões) do governo estadual, corroboram para com a alta frequência das citações a Brizola na Câmara. Essa presença nos dimensiona, mais uma vez, a influência e o capital político de Leonel Brizola no interior do PDT e, também, entre os outros políticos e partidos presentes na Câmara de Nova Iguaçu, naquele recorte temporal.

Tal recorrência nos animou para a análise das Atas posteriores e indicou uma alta probabilidade da ocorrência de debates acerca da principal política do governo estadual, os CIEP. A expectativa era a de que tais discussões abrangessem tanto o partido de situação (PDT), quando os de oposição (dentre eles, o PDS).

---

<sup>39</sup> Leonel Brizola assumira o poder no dia 15 de março de 1983.

<sup>40</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Inicialmente, procuramos apresentar os Livros de Ata na ordem cronológica, em que eles foram apresentados no Quadro 2. Entretanto, metodologicamente, optamos por levar em consideração as temáticas mais presentes nas falas e discussões que envolvem a construção dos CIEP, o que pode relativizar tal ordenamento, uma vez que essas temáticas são recorrentes (por isso mais presentes) e nosso propósito é o de esgotá-las, a partir do que foi encontrado nessas fontes.

Começamos nossa análise, no entanto, com um panorama que busca refletir o **contexto de implantação** dos CIEP, visto que nossa leitura evidenciou sua relevância na discussão dos dois Programas Especiais de Educação.

O livro 24, que congrega as atas do dia 23 de junho de 1981 ao dia 26 de maio de 1983, foi analisado primeiramente. Por ser o primeiro ano, tanto do governador Leonel Brizola, quanto dos vereadores daquela casa, não foram encontradas referências diretas aos CIEP nesse livro. Inferimos que isso se deva ao fato de que a política educacional brizolista ainda estava em gestação pela equipe da Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, sendo apresentado oficialmente à comunidade pedagógica e à opinião pública no já abordado Encontro de Mendes, ocorrido em 1983, e iniciadas as construções dos prédios dos CIEP, de fato, somente no ano de 1984.

Dessa forma, no livro 24 foram encontradas somente citações a Brizola, a seu vice-governador, Darcy Ribeiro, e a sua Secretária de Educação, Yara Vargas as quais, a título de contextualização, abordamos anteriormente e novamente abaixo. Embora não haja citação direta aos CIEP, as atas retiradas do livro 24, contando com elogios e críticas, já nos dão indícios sobre qual seria a lógica da relação dos vereadores iguaçuanos com Brizola e os atos do governo estadual.

Desse livro, destacamos ainda duas atas nas quais são encontradas citações gerais, referentes à educação no governo estadual. No documento do dia 17 de março de 1983, o vereador Acarisi Ribeiro (PTB), endossado pelo vereador João Nascimento (PMDB), critica a nomeação de Yara Vargas para o cargo de Secretária de Educação do Governo do Estado, dizendo que *“já começa a haver algo de errado no setor da educação”*.

Já na ata do dia 14 abril de 1983, o vereador Pedro Ernesto (PDT), que seria eleito líder de seu Partido na Câmara de Nova Iguaçu em 1984, dirigiu elogios a Brizola por

reabrir o Centro Estadual de Professores (CEP, atual SEPE), exaltando as *“aspirações de um ideal democrático”* de seu partido, que faria uma política que *“não é uma política de gabinete e sim com a intenção de se reunirem as Associações, as entidades de classe”*. Além disso, criticou o governador anterior – Chagas Freitas (PMDB) – pelo fechamento do CEP.

Tais atas, contendo debates sobre a questão educacional, nos revelam que atos governamentais, como a nomeação de uma secretária e a reabertura de uma entidade de classe, seriam observados e comentados pelos vereadores iguaçuanos. Além disso, elas nos trazem ainda aspectos da relação dos edis com situações que envolvem a construção e uso de prédios escolares, bem como da relação do governo Brizola com a classe professoral organizada (CEP), relação essa que seria central na apresentação (por meio do Congresso de Mendes) e implementação do projeto dos CIEP.

Ao longo de nossa análise, além dos recorrentes elogios e críticas à figura de Leonel Brizola, os debates acerca da localização e construção dos CIEP se tornaram cada vez mais presentes. Folheando e analisando o livro 25, que vai do dia 31 de maio de 1983 ao dia 24 de agosto de 1984 – período que abarca a implementação do 1º PEE –, também não encontramos citações diretas aos CIEP, fato que pode ser explicado ainda pelo fato desse período corresponder a menos de um ano do referido governo. Entretanto, algumas referências se mostraram pertinentes ao nosso estudo e estas correspondem às temáticas anteriormente citadas neste capítulo.

É somente no Livro 26, que abrange as Atas do dia 28 de agosto de 1984 ao dia 17 de outubro de 1985, que encontramos as primeiras citações diretas do campo político institucional iguaçuano ao nosso objeto. Com ele, iniciamos a análise das três temáticas mais recorrentes das atas, as quais abordamos a seguir tendo a imprensa, como apresentando anteriormente, enquanto fonte complementar e ilustrativa do estudo.

Nesse sentido, entre elogios e críticas ao Programa Especial de Educação e aos CIEP, elencamos três temáticas, a saber: (1) a construção dos CIEP, seu contexto de implantação e escolha da localização; (2) o financiamento das obras e o custo dessas novas escolas e (3) a concepção pedagógica dos CIEP.

### **3.2 A construção dos CIEP nas Atas da Câmara e para a população alvo: negociações, elogios e críticas à localização e impacto social no uso dos terrenos**

Um dos aspectos dos CIEP que mais se destaca nas Atas é, certamente, a sua construção. Em meio a discussões acerca da escolha dos locais, concessão de terrenos por parte da prefeitura iguaçuana e da posição da comunidade-alvo sobre a localização, os prédios de CIEP ocupam uma posição central nos debates da Câmara iguaçuana, no período de implantação dos dois PEE. Nesse contexto, de acordo com um dos ciclos apresentados por Ball para a análise de políticas, nesta seção focalizamos a fase de implementação física de uma política pública educacional, buscando aspectos que constituíram esse momento com base nas fontes deste trabalho.

Em citação direta, os CIEP aparecem no livro 26, na ata do dia 03 de outubro de 1984, na qual o vereador Edson Lopes (PDT) – líder da Prefeitura na Câmara – falou sobre uma reunião a ser realizada entre a bancada do PDT e o prefeito Paulo Leone (PDT) que *“tratará das construções dos ‘Brizolões”*. Além disso, esse vereador confirma que *“em Belford Roxo as obras já começaram e só não vê quem não quer”*. Nos chama a atenção nesse discurso a presença já abordada neste trabalho da denominação *‘Brizolões’* dada aos prédios que materializam o projeto político pedagógico do PEE.

Percebemos na fala desse vereador que a bancada pedetista e o prefeito Paulo Leone (PDT) se reuniram, naquela ocasião, para um mesmo fim: trazer a construção de CIEPs para Nova Iguaçu. São citadas, ainda, as obras já iniciadas de uma dessas escolas em Belford Roxo que, no momento, ainda fazia parte do município iguaçuano. Essa ata é relevante, no sentido de deixar evidente o desejo, por parte de vereadores daquele partido, por receber os CIEP e através de que meios essas tentativas ocorriam.

A ata do dia 08 de agosto de 1985, no final do livro 26, nos revela que essas reuniões iam além dos limites do município, quando o vereador Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) relata uma *“visita que fez ao gabinete do vice-governador do Estado, dr. Darcy Ribeiro, quando conseguiu acertar a situação de áreas destinadas*

a construção de ‘Brizolões’ e sinaliza a sua importância na busca por CIEP para Nova Iguaçu, atuando em vários momentos, como veremos a seguir, como um mediador entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Governo do Estado, principalmente em assuntos relativos aos locais de construção das escolas. Cândido Augusto Ribeiro Neto nos aparece, então, como um possível articulador por CIEP no interior da bancada do PDT na Câmara Municipal de Nova Iguaçu e possibilita inferir a forma de atuação dos vereadores pedetistas perante a política pública brizolista.

Conforme vimos anteriormente e tornaremos a ver em atas posteriores, a atuação do vereador em questão quanto à chegada de CIEP em Nova Iguaçu foi intensa. Tal articulação se mostrou importante para a construção dessas escolas no município e acabou por ser recompensada: o CIEP 394, construído no bairro de Rosa dos Ventos já no 2º PEE, leva o nome de Cândido Augusto Ribeiro Neto. Assim como o CIEP 026 – São Vicente de Paula, o CIEP 394 está localizado na URG Comendador Soares (3).

Para além das reuniões a que nos referimos, o fato da maior parte dos vereadores iguaçuanos e do próprio prefeito serem do mesmo partido de Brizola, em tese, facilitaria as tratativas acerca dos locais de construção, bem como favoreceria a chegada de CIEP nos territórios de Nova Iguaçu. Pela proximidade política inerente a componentes de um mesmo grupo no interior do campo político, seriam frequentes esses encontros, em busca de locais para implantarem-se mais CIEP? E quais seriam os critérios de escolha desses locais? Essas são perguntas cujas respostas se apresentam de modo diverso, nas fontes consultadas.

Ainda na ata do dia 03 de outubro de 1984, o vereador Bento Gonçalves (PMDB) comenta:

Sobre os ‘famosos’ Brizolões, Nova Iguaçu precisa não de nove, mas de muitos Brizolões. [...] Em Nova Aurora, um cidadão que lá reside, fez um campo de futebol [...] que aos domingos traz um lazer àquela população e, agora, querem destruir aquele campo para ali construir um Brizolão. [...] estão cometendo uma violência contra o povo daquele bairro. [...] a população de Nova Aurora quer as duas coisas, o campo de futebol e o Brizolão.<sup>41</sup>

---

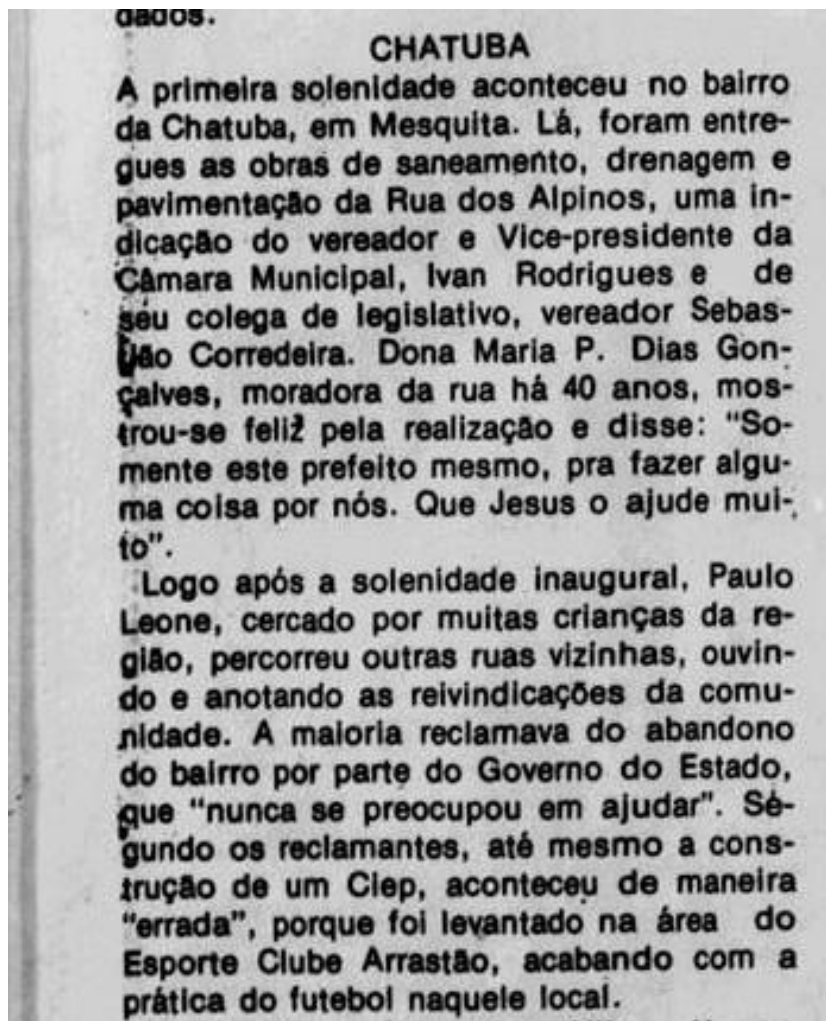
<sup>41</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

De imediato, a fala do vereador revela que o desejo por trazer os CIEP para Nova Iguaçu não estava restrito à bancada pedetista na Câmara, visto que os argumentos de um integrante da ala oposicionista se iniciam alegando que o município precisaria de uma grande quantidade dessas escolas. Entretanto, o pemedebista critica especificamente o local de construção de um “Brizolão”, no bairro de Nova Aurora, ao ocupar exatamente o campo de futebol, espaço de lazer comunitário.

Além do desejo em trazer CIEP para Nova Iguaçu, a fala de Bento Gonçalves (PMDB), ao evidenciar o exemplo da construção de um CIEP, nos mostra um conflito inicial – e natural – da chegada dessas grandiosas escolas às localidades e espaços comunitários. Contudo, de acordo com o vereador, tanto o campo quanto o CIEP eram necessários à população e, inferimos pelo discurso proferido, essa também era a demanda da população alvo. Aferimos que, atualmente, há no bairro em questão – Nova Aurora, na atual cidade de Belford Roxo – o CIEP 116 – Vila Maia.

A tentativa de construção de CIEP em campos que serviam para o lazer comunitário não era incomum, muito menos a reação a essas escolhas. Ao menos é o que indica, assim como a Ata mencionada, uma notícia veiculada no jornal A Luta Democrática, periódico da Baixada Fluminense, capturado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, como podemos verificar no excerto a seguir:

**Imagem 26: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.**



Fonte: Jornal A Luta Democrática, de 31/10/1986. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=CIEP&pagfis=74106>

A notícia traz a reclamação de moradores do bairro da Chatuba, em Mesquita – então distrito de Nova Iguaçu. Nela, há acusações de abandono por parte do governo estadual, que “nunca se preocupou em ajudar”. Porém, destacamos aqui a reclamação que se refere especificamente à escolha – de maneira ‘errada’ – do terreno para a construção de um CIEP na região. Atualmente, a região da Chatuba, em Mesquita, possui o CIEP 034 – Nelson Cavaquinho.

Posteriormente, o referido CIEP aparece nas atas da Câmara Municipal iguaçuana, também de forma crítica, no dia 23 de setembro de 1986, pela qual o vereador Carlos Magno (PMDB) informa que “até o *Brizolão* construído ali [Chatuba] não consegue lugar por falta de condições das vias de acesso, além de não se conseguir matricular qualquer aluno”.

Dessa maneira, a construção dessas novas e grandiosas escolas também era uma questão não totalmente resolvida para a comunidade que as receberia. A fala de Juvêncio Abraão da Silva, um vizinho histórico do CIEP 026, que participou ativamente da chegada da escola em seu bairro, confirma tal assertiva, ao ser perguntado sobre suas lembranças da implantação do CIEP 026 na localidade:

[...] na fundação, houve um grande problema aqui. A população usava como campo de futebol. Surgiu uma vereadora que queria fazer um trabalho aqui e pediram a minha ajuda. Ela perguntou o que o bairro precisava e eu comecei a dizer. Quando terminou, ela pediu para que fizesse um novo ofício requerendo as melhorias no bairro junto a prefeitura. Mas eu quis fazer um pedido além, que não era no nome da associação, era um pedido particular, mas para uso da comunidade. A minha esposa sempre sonhou com uma creche para amparar essas crianças necessitadas daqui. Quando ela chegou na prefeitura, encontrou esse projeto do CIEP e implantou um aqui. Mas precisava da área, eles propuseram a área do campo e eu falei que era uma boa ideia, porque poderia caber o campo e a escola.<sup>42</sup>

A primeira fala de Juvêncio Abraão já nos revela sua importância naquele contexto. Primeiramente, depreendemos que a chegada do CIEP 026 teria se dado a partir da ida de uma vereadora à comunidade – da qual o entrevistado não recordou o nome – para averiguar as necessidades locais. O seu pedido particular por uma creche recebeu, como resposta, um CIEP. Cruzando a entrevista com as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em nossa análise aferimos que a única vereadora da casa legislativa no período da chegada dos CIEP e equivalente à legislatura de 1983 a 1989 era Maria Ivete Pantaleão (PDT), o que indica que, provavelmente, ela seria a vereadora da fala a que se refere Juvêncio Abraão.

Por pertencer ao PDT e, conforme averiguamos nas Atas, por já ter discursado na Câmara em favor de Leonel Brizola e dos CIEP, a suposição de que ela seja a vereadora envolvida diretamente na chegada do CIEP 026 – São Vicente de Paula na comunidade de Juvêncio Abraão nos parece corresponder à realidade. Além disso, é em um discurso de Maria Ivete Pantaleão (PDT) que os CIEP são citados diretamente pela primeira vez na Câmara Municipal iguaçuana, conforme registrado pela ata

---

<sup>42</sup> SILVA, Juvência Abraão da. Entrevista Citada.



legislativa do dia 19 de setembro de 1984, como vimos na primeira seção deste capítulo.

Além disso, segundo Lobo (2019), no contexto da implantação dos CIEP e na reabertura política do processo de redemocratização, a sociedade iguaçuana passa a se organizar em grupos que lutavam por melhorias no município junto ao poder público municipal e estadual. Além disso, ainda de acordo com LOBO (2019), a dificuldade na construção de CIEP em Nova Iguaçu envolvendo a escolha dos terrenos – aspecto que será aprofundado mais à frente – abriu espaço para o envolvimento desses grupos comunitários na escolha dos terrenos.

Uma dessas instituições era o Movimento de Amigos do Bairro (MAB), além das associações de moradores e do já citado CEP. Nesse sentido, eram organizadas reuniões nas quais a educação era pauta frequente. É nesse movimento que os CIEP surgem como demanda popular no município. O CIEP 113 – Wandick Pereira, localizado no bairro Ouro Fino, também na URG de Comendador Soares, por exemplo, foi construído a partir da solicitação da associação de moradores do local.

Nesse sentido, ainda como nos indica Lobo (2019), a fala de Juvêncio Abraão revela também o “grande problema” que envolvia o terreno escolhido para a construção do prédio. Assim como nos exemplos trazidos do CIEP de Nova Aurora, na fala do vereador Bento Gonçalves (PMDB), apresentada anteriormente nesta seção; na ata do dia 03 de outubro de 1984 e na notícia do periódico A Luta Democrática, do dia 31 de outubro de 1986, o CIEP 026 seria construído no mesmo espaço físico em que havia um campo de futebol, local que abrigava o lazer comunitário, nos dimensionando o quanto isso era relevante para as comunidades e, também, um fato recorrente.

Com esses debates acalorados e realizados em meios diversos, percebemos que a escolha do terreno para a construção dos CIEP era uma questão importante na implantação do projeto, envolvendo negociações com as municipalidades e sendo relatadas em Atas das reuniões da bancada pedetista com o Prefeito Paulo Leone (PDT), ao tratar sobre a concessão desses espaços para a sua construção - bem como com a comunidade local.

Entretanto, o fato do prefeito iguaçuano ser do mesmo Partido do governador seria uma garantia de boa relação com o governo estadual? Em termos teóricos, o

fato de Paulo Leone pertencer ao mesmo grupo do governador Leonel Brizola, no interior do campo político, facilitaria a requisição e construção de CIEP em Nova Iguaçu?

De início, as fontes da Câmara nos dão boas referências acerca dessa relação. Na ata do dia 27 de março de 1985, já no livro 27, o vereador Ataíde Lemos (PDT) se disse satisfeito “*ao ver o entrosamento perfeito que existe entre o Governador Leonel Brizola e o Prefeito Paulo Leone*”. Na mesma linha, o vereador Pedro Ernesto (PDT) afirma que “*o entrosamento que existe entre o governador Leonel Brizola e o Prefeito Paulo Leone já se faz sentir, e o benefício aí está, com os convênios que estão sendo feitos*”.

Ainda em ata do dia 23 de maio de 1985, o vereador Antônio Fernandes (PDS) elogiou o Prefeito “*pelas doações de área de terra para que o Governador Leonel Brizola possa determinar a construção de alguns ‘Brizolões*”. É relevante constatar que encontramos nessa ata um vereador opositor elogiando a liberação de terras municipais para a construção de CIEP, política que fora questionada em sua necessidade e criticada anteriormente pelo mesmo legislador.

Já em ata do dia 28 agosto de 1985, o vereador Ataíde Lemos (PDT) agradeceu ao Prefeito Paulo Leone “*pela desapropriação de uma área que tem 20000 metros quadrados, em Heliópolis, onde está sendo construído um ‘Brizolão*”. Vislumbramos que o CIEP em questão era o 112, Monsenhor Solano Dantas Menezes, que atualmente está localizado no bairro de Heliópolis (Belford Roxo).

Por meio dos exemplos anteriormente citados, podemos inferir a relação estado/município, no interior e fora do PDT, constatando que esta é exaltada em diferentes reuniões da Câmara iguaçuana, com destaque para os benefícios trazidos para Nova Iguaçu e para os “*convênios que estão sendo feitos*”, que são, pelo que tudo indica, os acordos de concessão de terrenos para a construção de CIEP, pelos quais as reuniões se revelavam como uma estratégia política pela conquista dessas escolas.

Tais fontes nos apresentam indícios de que o PDT estadual e o municipal formariam um grupo homogêneo, no campo político fluminense. Entretanto, conforme indica Bourdieu, no interior desse microcosmo, a relação entre esses ‘profissionais’ funciona por meio de regras e papéis próprios que são, em si, variáveis, sendo

influenciados ainda pela competição e pela legitimação de sua fala através dos ‘profanos’. Nesse contexto, o CIEP emerge como um item de concorrência entre os que lutam e/ou rechaçam a sua construção no município – cuja representação estaria presente na figura dos vereadores – e aqueles que, do mesmo modo, desejam ou questionam essa construção – evidenciada pelas falas noticiadas na imprensa e as que coletamos nas entrevistas com a comunidade do CIEP 026.

Ainda sobre a relação estado/município no PDT, na ata legislativa do dia 14 de maio de 1985, o vereador Ataíde Lemos (PDT) informa que:

indicara ao Prefeito a área de terra de Andrade Araújo, onde o governador Leonel Brizola iria construir um “Brizolão”. Que o prefeito não aceitara aquela indicação, mas lhe indicara outra área, em Heliópolis, tendo o Prefeito lhe confirmado a aceitação, e prometido que o ‘Brizolão’ ali seria construído.<sup>43</sup>

No mesmo caminho, no registro do dia 17 de setembro de 1985, Cândido Augusto (PDT) alegou que *“telefonara para o filho do Governador Leonel Brizola e ele disse que o Prefeito Paulo Leone se negara a concessão de uma área de terra para que ali fosse construído mais um CIEP”*.

Já na ata do dia 02 de maio de 1985, o vereador Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) exaltara o *“grande trabalho que está sendo realizado pelo Governador, na construção dos ‘Brizolões’* mas lamentava, porém, *“que o Prefeito Paulo Leone esteja dificultando a aquisição de algumas áreas de terra, onde poder-se-iam construir outros ‘Brizolões’*. Em resposta, o vereador Edson Lopes (PDT) – líder da Prefeitura na Câmara – disse que *“foi o Prefeito Paulo Leone ofereceu ao Governo do Estado as áreas onde estão sendo construídos os ‘Brizolões’*. Além disso, pediu a seus colegas *“que indiquem as áreas que tenham conhecimento e as encaminhem ao senhor Prefeito”*.

Nos registros em questão, o fato de tanto as acusações de Paulo Leone – supostamente corroboradas pelo filho do Governador – de dificultar a liberação de terrenos, quanto a defesa do Prefeito iguaçuano serem feitas por dois de seus colegas de partido, nos indica uma divisão interna na bancada do PDT na Câmara iguaçuana,

---

<sup>43</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

permeada pela relação entre governo municipal e estadual. Tal divisão seria um aspecto importante para a chegada ou não de CIEP em Nova Iguaçu e, juntamente com a tratativa acerca da liberação ou não de espaços para a construção dessas novas escolas, foi reverberada mais de uma vez na Câmara Municipal.

Sobre os bairros citados, nos dias atuais há, em Heliópolis (atual Belford Roxo), o já citado CIEP 112 – Monsenhor Solano Dantas Menezes. Em (ou próximo) a Andrade de Araújo (Nova Iguaçu), encontramos o CIEP 317 - Aurelio Buarque De Holanda.

Ainda neste quesito, na ata do dia 21 de maio de 1985, o vereador Ataíde Lemos (PDT) alegou que, juntamente com seus colegas Pedro Ernesto, Cândido Augusto Ribeiro Neto e Mauro Vasconcelos – todos do PDT – *“estiveram reunidos com o Prefeito Paulo Leone, quando trataram de assunto para a liberação de algumas áreas de terra para a construção de novos ‘Brizolões’*. Confirmando e adicionando informações à fala anterior, o vereador Pedro Ernesto disse que, de fato, *“estivera no gabinete do Prefeito em busca de conseguir dois ‘Brizolões’ para Belford Roxo”*.

No mesmo dia, o vereador Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) – um dos presentes na reunião por CIEP na Prefeitura – disse que

estava marcada uma reunião no gabinete do Prefeito com o vice-Governador Darcy Ribeiro e soube que, em sua ausência, alguns vereadores do PDT só se preocuparam em fazer fofocas, ‘num’ desrespeito às autoridades que aqui vieram tratar tão somente de receberem áreas de terra para a construção de novos ‘Brizolões’.<sup>44</sup>

Ainda no âmbito de reuniões em busca de terras para a construção de CIEP, dessa vez entre prefeitura iguaçuana e representantes do governo estadual – dentre eles Darcy Ribeiro, principal idealizador do PEE –, a fala do vereador Cândido Augusto expõe mais uma vez a fissura na bancada do PDT na Câmara Municipal, ao classificar parte de seus colegas como *“fofoqueiros”*. Além disso, nos é dimensionado ainda o nível de envolvimento dos vereadores iguaçuanos nas tratativas acerca da construção de CIEP no Município, chegando até ao vice-governador.

---

<sup>44</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Um mês depois, a reunião realizada entre vereadores e o prefeito em busca de espaços para CIEP parece ter dado resultado. No dia 26 junho de 1985, Ataíde Lemos (PDT), um dos participantes de tal reunião, foi à tribuna agradecer *“ao Prefeito Paulo Leone por ter desapropriado uma área de terra em sua região, para que lá fosse construído um dos ‘Brizolões’ em nosso Município”*. Porém, no dia 20 de novembro de 1985, os ânimos se acirram, a ponto do vereador Edson Lopes (PDT) vociferar que:

o Governador já colocou dezoito Brizolões em Nova Iguaçu, enquanto o Prefeito de Nova Iguaçu é um imbecil, incompetente e desonesto com as causas públicas, e que aqueles que defendem os desonestos, desonestos também o são. Disse que o prefeito é, também, corrupto.<sup>45</sup>

Além da exaltação sobre a quantidade de CIEP construídos em Nova Iguaçu no terceiro ano do governo Brizola, tal trecho nos demonstra a divisão interna no Partido. De um lado, os vereadores do governo estadual; de outro, os vereadores do governo municipal, que foram insultados por Edson Lopes. Vereador componente do primeiro grupo, Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) reafirmou tal rachadura no dia 18 de março de 1986, ao argumentar que *“enquanto o Governador do Estado constrói os CIEPS, o prefeito não melhora o estado lastimável das escolas municipais. Lamento o abandono do Prefeito ao seu povo”*.

No dia 11 de março de 1987, já ao final do primeiro mandato de Leonel Brizola e do 1º PEE, o vereador João Nascimento Jr. (PMDB) comentou que

o governador Brizola chamou o Prefeito Paulo Leone de energúmeno. Que desejaria saber o que significa a sigla PDTL, mencionada por seu colega José Guilhermino, que, disse que é ‘Partido Democrático Trabalhista Leone’<sup>46</sup>

Pela fala anterior, inferimos que a briga do PDT deixa de ser interna com o envolvimento de vereadores de oposição ao governo estadual que, ao citarem o xingamento direcionado a Paulo Leone, confirmam o envolvimento direto do governador Leonel Brizola no conflito que tinha como palco principal a Câmara Municipal de Nova Iguaçu. A divisão é tão intensificada que outro vereador

---

<sup>45</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

<sup>46</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

oposicionista – José Guilhermino (PDS) – ironicamente fala da existência do Partido Democrático Trabalhista Leone para caracterizar o grupo de vereadores pedetistas que defendia o prefeito iguaçuano frente ao governo estadual e os vereadores da oposição interna.

Entretanto, o ápice do conflito entre os pedetistas na Câmara Municipal iguaçuana se deu na ata do dia 24 de setembro de 1985, na qual o vereador Alcir Lemos (PDT) direciona sérias acusações ao Governador do Estado, dizendo que

assinou as fichas da Frente Liberal pois o Governador Leonel Brizola jamais deu 'bola' para o Partido [...] o Governador Leonel Brizola nada fez por nenhum vereador do PDT e perguntou 'o que já fez para Nova Iguaçu o Governador'? [...] que fora autorizado por Leonel Brizola a 'matar' o Prefeito Paulo Leone. Que lhe pediu o Governador que infernizasse a administração de Paulo Leone e que o Governador está 'castrando' o ICM do Município, a fim de prejudicar o Governo Municipal<sup>47</sup>.

De pronto, o vereador Edson Lopes (PDT)

lamentou que alguns vereadores eleitos pelo PDT agora procuram desmerecer a parcela que foi dada pelo Governador Leonel Brizola. [...] o Governador é sua figura incontestável e que o vereador Alcir Lemos mudou para o Partido do Prefeito porque recebeu algumas manilhas, o calçamento ou duas ruazinhas e o emprego para sua filha, sua esposa, seu genro, sua sobrinha e mais uma vaga.<sup>48</sup>

A ata dessa data é central para analisarmos a relação entre Leonel Brizola e Paulo Leone e o racha interno na bancada do PDT iguaçuano, decorrentes dessa rivalidade. Ela nos revela que tal conflito resultou na saída de Paulo Leone, Prefeito de Nova Iguaçu, e do vereador Alcir Lemos do PDT e a ida dos dois para o Partido da Frente Liberal (PFL), de oposição ao partido trabalhista (a ata não nos revela, no entanto, se houve mais vereadores saindo do PDT).

Já os vereadores pedetistas que defendem o Governador argumentam que a sua figura e seu alinhamento político foi responsável pelo grande resultado eleitoral do

---

<sup>47</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

<sup>48</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

PDT, tanto a nível municipal quanto a nível estadual (Vereadores, Deputados, Senador e Governador). A vitória de 15 vereadores do Partido presidido por Brizola para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu na eleição de 1982 parece confirmar a tese.

O rompimento definitivo entre governador e Paulo Leone e a saída do prefeito iguaçuano do PDT – mesmo que já no findar do 1º Programa Especial de Educação – é um acontecimento de grande importância no que tange ao recebimento, distribuição e construção dos CIEP pelo Município de Nova Iguaçu.

O conflito, porém, não desaparece da Câmara Municipal com a saída de Paulo Leone do PDT. Na ata do dia 08 de abril de 1986, o vereador Candido Augusto Ribeiro Neto (PDT) defendeu novamente o governo estadual e *“disse poder afirmar que Nova Iguaçu já possui 32 ‘Brizolões’, e não fez mais porque o Prefeito Paulo Leone se nega a ceder as áreas para que se construa novas escolas”*.

Nesse momento, faz-se necessário nos atermos à política institucional eleitoral. Entretanto, mesmo com a troca de partido, Paulo Leone sofre um processo de impeachment, sendo retirado da Prefeitura de Nova Iguaçu, em julho de 1988. Em seu lugar, o Governo do Estado – já sob o comando de Moreira Franco (PMDB), nomeou o interventor Francisco de Assis Amaral (PMDB), que governou até o fim do mesmo ano.

Nas eleições municipais de 1988, no executivo municipal o PDT é novamente vitorioso, com Aluísio Gama de Souza se tornando prefeito iguaçuano, de 1989 até 1992. Entretanto, quanto às eleições para o legislativo municipal, a configuração da Câmara se altera, sendo reduzido o número de vereadores do PDT na Casa.

Já no pleito municipal de 1992, Altamir Gomes, também do PDT, foi eleito prefeito da cidade, de 1993 até 1996. Nessa mesma eleição, dos 21 vereadores da Câmara iguaçuana, 7 eram do PDT. O Partido, antes maioria absoluta, passou a ter um terço da Casa Legislativa municipal, mas ainda era o maior Partido do contexto. Dessa forma, durante todo o nosso recorte temporal – o início do 1º PEE e final do 2º PEE – o executivo iguaçuano foi administrado por integrantes do PDT, partido de Leonel Brizola.

Voltando às atas, o quantitativo de escolas aparece novamente na ata do dia 29 de abril de 1986, na qual o vereador Edson Lopes (PDT) fez um relato

sobre os 'Brizolões', cerca de trinta e dois, que estão sendo instalados em Nova Iguaçu. [...] Na semana que passou, mais 'Brizolões' serão construídos em nosso Município, e que passará o total de oitenta 'Brizolões'. Que isso é o pagamento da promessa feita quando de sua campanha para Governador do Estado do Rio.<sup>49</sup>

Sem vislumbrar um prazo, o vereador pedetista garante 80 CIEP para o Município de Nova Iguaçu, quantitativo que só fora alcançado pelo território que pertencia a Nova Iguaçu no 2º Programa Especial de Educação, iniciado no ano de 1991, quando do retorno de Leonel Brizola e seu grupo político ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Após as emancipações realizadas no recorte temporal abordado nesta pesquisa, Nova Iguaçu atinge, conforme aferimos, o número máximo de 41 CIEP.

A ata do dia 12 de agosto de 1986 nos traz mais componentes desse conflito pedetista. Nela, o vereador Edson Lopes (PDT) fala *“de sua cooperação na implantação de alguns CIEPS em Mesquita, na Chatuba, Banco de Areia e outros locais, e elogiou o Governador Leonel Brizola [...] da grande quantidade de CIEPS implantados na Baixada Fluminense principalmente.”* De pronto, o Vereador Hilton Neves (PMDB) vai até a tribuna dizer que *“o vereador que conseguiu a colocação de dois 'Brizolões' em Santa Rita foi o vereador Candido Augusto (PDT), não o vereador Edson Lopes (PDT), como o mesmo propaga”*.

Nesse fragmento da fonte, percebemos que havia também uma disputa interna na responsabilidade pela conquista dos CIEP para o município. Dos CIEP citados por Edson Lopes, não encontramos essas construções no bairro de Banco de Areia, sendo o mais próximo ao bairro o CIEP 431 – Padre Nino Miraldi, no bairro de Jacutinga, em Mesquita, que em 2021 está municipalizado. Já sobre os dois CIEP citados por Hilton Neves, identificamos atualmente em Santa Rita somente o CIEP 352 – Senador Severo Gomes, enquanto nos bairros vizinhos encontramos o CIEP 216 – Prefeito Juarez Antunes, em Jardim Corumbá (Nova Iguaçu).

A ata acima, contextualizada com as anteriores, nos convida a um questionamento: quem eram os principais artífices dos CIEP em Nova Iguaçu? Em termos bourdianos, quais foram os principais componentes apossados do campo

---

<sup>49</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.



político que atuaram na implantação dos CIEP? Quem foi – ou foram – o(s) responsável(eis) pela chegada das dezenas de CIEP distribuídos por todos os distritos do território iguaçuano: Teria sido o prefeito pedetista e as negociações intrapartidárias? Seria a política educacional estadual de distribuição de CIEP, de acordo com os dados demográficos dos municípios fluminenses? Ou então, o arranjo realizado pela bancada pedetista na Câmara iguaçuana, atuando como uma verdadeira ponte de articulação entre o governo municipal e estadual, ambos também controlados pelo PDT?

Continuando nas construções de CIEP em si, na ata do dia 30 de outubro de 1984, o vereador Sebastião Corredeira (PDS), se direcionando à vereadora Ivete Pantaleão (PDT), disse que *“o ‘Brizolão’ foi arrastado do Conjunto Grande Rio.”* Não obstante, o Vereador Candido Augusto Ribeiro Neto (PDT) respondeu que *“o ‘Brizolão’ do Grande Rio foi transferido para Caioaba, pois próximo ao Grande Rio será colocado outro já no Município de São João de Meriti.”*

Nessa citação, percebemos novamente o local de construção de um CIEP sendo debatido. A dramaticidade engendrada pelo vereador do PDS, ao se referir a realocação de um CIEP como se ele tivesse sido “arrastado” e a pronta resposta do pedetista nos trazem novamente a centralidade do local de construção e uma preocupação do governo em distribuir as escolas pelo território da Baixada, de forma a que não houvesse um CIEP muito próximo a outro. A fonte nos indica que essa distribuição considerava inclusive aqueles construídos em municipalidades vizinhas, como é o caso da realocação de um CIEP iguaçuano pela presença de outro em São João de Meriti, em bairro fronteiro<sup>50</sup>.

Conforme percebemos nas atas anteriores, apesar da proeminência explicada pelo interesse no projeto e pela maior quantidade de vereadores desse partido na Câmara iguaçuana, não eram somente os pedetistas que debatiam acerca da construção e dos locais escolhidos para receber um CIEP.

Na ata do dia 30 de outubro de 1985, por exemplo, o Vereador Antônio Fernandes (PDS) informa que *“em Vila de Cava, estão querendo construir um ‘Brizolão’ a poucos metros de um outro ‘Brizolão’.* Entretanto, o mesmo vereador, na ata do dia

---

<sup>50</sup> Atualmente, na terceira década do século XXI, o bairro Grande Rio, em São João de Meriti, possui o CIEP 398 – Mario Lima.

05/12/1985, pergunta *“por que não é construído um ‘Brizolão’ em Vila de Cava? Quando em outro local, a menos de 1km, existem dois ‘Brizolões’.*

Sem tomar como verdade absoluta as declarações do vereador em questão, aferimos e não encontramos nenhum CIEP na referida localidade atualmente, sendo o mais próximo da região o CIEP 352 – Senador Severo Gomes, no bairro de Santa Rita, vizinho a Vila de Cava. Mesmo que o vereador tenha se referido a Vila de Cava não como bairro, mas como região, atualmente, além do já citado, a URG de Vila de Cava possui também o CIEP 216 – Prefeito Juarez Antunes, no bairro Vila Martins – a 2 quilômetros do CIEP 352.

Enquanto isso, na ata do dia 12 de setembro de 1985, o vereador Mario Marques (PDS) foi até a tribuna dizer que

antes de se partir para a construção desses prédios belíssimos onde serão instalados os CIEPS, deve-se fazer um levantamento de cada necessidade, pois estão construindo ‘Brizolões’ dentro, por vezes, de próprios terrenos escolares. Que foi dito que os CIEPS seriam construídos em área nunca inferior a 10.000 metros quadrados, quando essa norma está sendo infligida. [...] que não se deve construir “um Brizolão embaixo do viaduto, que irá pôr em risco a vida das crianças naquele local”<sup>51</sup>.

A crítica do opositor, longe de ser inédita e última, nos revela uma atenção com a necessidade, tamanho e localidade dos CIEP, revelando uma preocupação com a vida das crianças no terreno. Contudo, em nossa pesquisa, não identificamos na Nova Iguaçu qualquer CIEP localizado embaixo de algum viaduto.

No mesmo caminho, a ata do dia 19 de setembro de 1985 nos traz o Vereador Luiz Antônio (PTB) falando

sobre a construção de um CIEPS, no local ao lado da CODERT. É favorável a maneira como vem olhando o setor educacional o Governador Leonel Brizola, mas que Sua Excelência não tem conhecimento de local impróprio em que tencionam construir um CIEP, ao lado da nova rodoviária. Nova Iguaçu está crescendo e não

---

<sup>51</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

suportará tal construção, e que as crianças correrão sério perigo diante o grande movimento de ônibus na CODERT.<sup>52</sup>

Mesmo sendo elogioso para com a política educacional brizolista, o vereador do PTB é mais um a criticar os locais onde os CIEP estão sendo construídos, fazendo coro à preocupação anterior de seu colega Mário Marques (PDS), no que se refere ao risco oferecido às crianças com a construção de uma escola de grande atendimento nas proximidades de uma localidade urbana tão movimentada quanto um viaduto ou uma Rodoviária.

A ata do dia 26 de setembro de 1985 é complementar à ata anterior e encerra o debate acerca da construção do CIEP da Rodoviária, na medida em que nela o vereador Antônio Fernandes (PDS) declara:

sua satisfação em saber que fora sustada a construção do CIEPS que construiriam ao lado da Rodoviária. Que mostrara ao secretário uma área, tendo o mesmo ficado satisfeito e prometendo interceder junto ao engenheiro responsável pela construção dos CIEPS.<sup>53</sup>

Vemos nessas atas, além das críticas, a atuação direta dos vereadores iguaçuanos na chegada, implantação e construção de CIEP no município, desta vez agindo pela substituição do local escolhido para a construção daquele prédio.

Os debates acerca das construções dessas escolas em Nova Iguaçu vão além do primeiro mandato de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, finalizado no início de 1987. Logo nos primeiros meses do Governo Moreira Franco (PMDB) – que fora eleito em 1986 – a ata do dia 29 de setembro de 1987, o vereador Edson Lopes (PDT) enalteceu os CIEP e *“lembrou a fala do atual Governador Moreira Franco, quando da sua campanha prometendo a continuidade das construções dos CIEPS e dos consertos em algumas escolas”*. Em resposta, Hilton Sales (PMDB) alega que *“já foram iniciadas as obras de 148 CIEPS e outros 48 terão suas obras reiniciadas, sendo que alguns serão cancelados nas suas construções”*.

---

<sup>52</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

<sup>53</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Nos chama a atenção nesse documento, além da cobrança ao Governo do Estado por parte do vereador pedetista – que agora era oposição – e da defesa realizada pelo companheiro de partido de Moreira Franco, o fato de que o novo Governador, mesmo prometendo continuar com a política dos CIEP, de acordo com o seu defensor iguaçuano, iniciou as obras de 148 novos CIEP e cancelou alguns outros. Não podemos deixar de trazer ao debate o fato de que, conforme apontamos nos capítulos anteriores, foi no governo de Moreira Franco, logo pós o 1º PEE, que o principal atributo do projeto pedagógico dos CIEP começou a ser abandonado: o seu atendimento em tempo integral.

Sobre essa relação de Moreira Franco com os CIEP, a ata do dia 18 de agosto de 1987, no livro 28, nos revela o vereador Edson Lopes (PDT) dizendo que:

esse governo que abandona o Projeto da Educação, deixando os 'Brizolões' sem total assistência. [...] Este Governo não tem compromisso com qualquer setor, pondo de lado a mulher, o negro, apoiando e comprometendo-se com os donos de bancos, negociantes, os magnatas, com grandes empresários.<sup>54</sup>

Complementando seu companheiro de Partido, o Vereador Candido Augusto Ribeiro Neto (PDT) alegou que:

o Governo Estadual inaugurou uma escola cujo nome foi dado como 'MOREIRÃO', e que também aqueles cassetetes usados por policiais militares têm o nome de 'MOREIRÃO'. Disse que alguns CIEPS estão ameaçados de se extinguirem e que alguns pilares estão sofrendo o roubo dos ferros que lá existiu.<sup>55</sup>

Tal ata traz consigo a denúncia do abandono por parte do Governo Moreira Franco não somente aos CIEP, mas também à mulher e ao negro, duas minorias sociais que eram consideradas no projeto pedagógico do Programa Especial de Educação, fruto da tentativa de articulação de uma política pública que se pretendia

---

<sup>54</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

<sup>55</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

universalista e que, ao mesmo tempo, era focalizada, ao priorizar os grupos sociais marginalizados em seu projeto.

Além disso, Cândido Augusto Ribeiro Neto ironiza o fato de que o cassetete de policiais estariam teriam recebido a alcunha de “*moreirão*”, numa óbvia referência ao “*brizolão*”, o que seria representativo das prioridades dos dois governos. Os “*moreirões*”, relacionados à repressão policial inerente ao discurso de combate à violência com base no qual Moreira Franco foi eleito; e os “*brizolões*”, relacionados ao alto investimento na construção de uma complexa política pública educacional que deu origem aos CIEP no governo de Leonel Brizola.

Com a vitória nas eleições estaduais de 1990, ao fim do governo de Moreira Franco, Leonel Brizola retorna ao poder em 1991, iniciando o seu 2º Programa Especial de Educação e retomando a construção de CIEP. Como não poderia deixar de ser, os debates acerca da chegada dessas “novas-velhas” escolas em Nova Iguaçu não passaram despercebidas pela Câmara Municipal – que já possuía outra formação partidária e o PDT não era uma maioria tão dominante quanto o era no período do 1º PEE, conforme já ressaltamos.

Dessa maneira, na ata do dia 21 de maio de 1991, já no livro 30, o vereador Arthur Messias (PT) discursou sobre o projeto de construção de 500 escolas por parte do Governo Federal<sup>56</sup>, então presidido por Fernando Collor de Melo, dizendo que “*essa conversa já havia sido propalada pelas construções dos CIEPS que o senhor Leonel Brizola disse que iria implantar, mas que sua maioria de ‘Brizolões’ ficaram só no esqueleto*”.

Para finalizar esta seção, retornamos ao livro 26, no qual a ata do dia 10 de outubro de 1984 nos indica que as discussões acerca da implantação e distribuição de CIEP pelo território iguaçuano iam além da escolha dos terrenos e da construção das escolas.

No documento em questão, o vereador Iran Lemos (PDT), falando especificamente do distrito de Queimados, defendeu a “*necessidade dessas construções na zona norte e na zona sudoeste, o que muito beneficiará a criança daquela região*”. Ainda sobre o assunto, o vereador Hilton Neves (PMDB) disse que “*se construído o ‘Brizolão’ em*

---

<sup>56</sup> Tratava-se dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), construídos pelo Governo Federal sob admitida influência de Brizola e dos CIEP.

*área muito distante, a envergadura da obra se tornará muito cara, pois não haverá alunos em quantidade que possam lotar o colégio”.*

Em mais uma citação direta aos CIEP na Câmara, além da busca por essas escolas e sua distribuição pelos distritos iguaçuanos, o vereador do PMDB atenta para questões logísticas de ocupação dessas escolas em locais muito distantes, se preocupando com o custo-benefício da construção e demonstrando uma falta de intimidade com a proposta de educação em tempo integral das novas escolas, ao evidenciar a “lotação” dos CIEP discursivamente como um fato pouco positivo, o que nos leva às seções que se seguem, neste capítulo.

Dessa forma, na última fonte citada, além da questão dos locais de construção, percebemos dois outros aspectos nos debates acerca da implantação dessas escolas: a sua viabilidade financeira e o projeto de educação. Motivados pela recorrência desse debate, inferimos a necessidade de uma seção específica para tratar da questão financeira no debate acerca dos CIEP.

Nesta seção, através das fontes citadas, abordamos um importante e recorrente aspecto da chegada da política pública educacional de Leonel Brizola em Nova Iguaçu: a construção dessas novas escolas. Vimos, entretanto, que se tratava de um processo complexo, que começava antes mesmo do concreto que moldava o CIEP. Devido a amplitude arquitetônica do projeto, a própria escolha das localidades e dos terrenos que receberiam gerava um intenso debate no campo político institucional municipal e também no público-alvo da política no município.

Tal debate perpassava as relações políticas do contexto municipal e estadual analisados aqui. Se a predominância do PDT na Câmara garantia uma firme defesa da política e luta por CIEP para a cidade, a presença do mesmo Partido na liderança da Prefeitura não garantiu uma aderência do executivo municipal ao projeto estadual. É denotada, assim, uma cisão no interior do Partido, que reverbera ainda no interior da bancada pedetista na Câmara, onde o grupo alinhado ao governo estadual – e, conseqüentemente, os maiores defensores dos CIEP – predominam na maior parte do tempo.

Assim, o já comprovado grande fluxo de recebimento CIEP por Nova Iguaçu se deveu ao planejamento estadual de distribuição das novas escolas, de acordo com a densidade demográfica e necessidade da região, mas também a intensa luta dos

pedetistas da Câmara Municipal pela chegada dessas novas escolas no território iguaçuano. A “conquista” de CIEP por parte de vereadores se tornava um trunfo para os componentes da bancada pedetista.

Dessa forma, com base em Bourdieu (1989), é possível inferir que as discordâncias na Câmara Municipal iguaçuana entre críticos e defensores dos CIEP e, também, no interior do segundo grupo, entre os vereadores pedetistas alinhados ao governo estadual, e os alinhados ao governo municipal, correspondem às disputas naturais e inerentes ao campo político institucional. Além disso, as críticas e defesas dos CIEP se configuravam como ‘ideias-força’ e, finalmente, a conquista dessas escolas para o município se comportava como um trunfo importante para os vereadores que as buscavam.

Entretanto, as críticas e as defesas da política educacional estadual perpassavam por outros aspectos, como a questão financeira relacionada ao projeto. É sobre esse aspecto que nos debruçamos, na seção a seguir.

### **3.3 O financiamento dos CIEP nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu: Como a comunidade local percebe a vinda desses recursos?**

Outra temática presente nas discussões acerca do nosso objeto de estudo na Câmara iguaçuana era o financiamento de uma política pública tão extensa e complexa quanto a do PEE. Sobre isso, Ribeiro (1986) alega que, com a chegada de Brizola ao poder, a Comissão Coordenadora “*foi criada para elaborar um Plano Especial de Educação, dotando-a de recursos que ultrapassam US\$ 400 milhões para custear sua execução*” (p. 16).

Dessa forma, eram frequentes e intensos os debates acerca dessa temática, que se dividia entre elogios ao inédito investimento no setor educacional, mas também ao alto custo do empreendimento; críticas à quantidade e abrangência dessas escolas e, ainda, denúncias de superfaturamento das obras. Nessa rede de disputas, optamos por classificar as atas que tratam da questão financeira dos CIEP, apresentando e analisando esses aspectos intervenientes.

No tocante ao financiamento das escolas enquanto investimento no setor educacional, na ata do dia 02 de agosto de 1984, o vereador Iran Lemos (PDT) elogiou o orçamento do governo do Estado por estar “*constando de proposta e programa de alto valor, principalmente no setor da educação*” e lamentou o fato de que Nova Iguaçu não tenha direcionado atenção à saúde e educação em seu orçamento, como fez o governo estadual.

Tal fala dialoga diretamente com o que foi expresso pelo vereador Pedro Ernesto (PDT), em ata do dia 29 de agosto de 1984, quando o também pedetista comentou sobre “*a intenção do Governo Leonel Brizola em ampliar, como prometeu, o setor escolar*”. Além disso, na ata do dia 06 de setembro de 1984, o vereador Ataíde Lemos (PDT) exaltou o governador Leonel Brizola pela liberação da “*verba de cento e vinte bilhões para a construção de trezentos e vinte escolas*”, reforçando que “*nenhum governador jamais fez tamanho bem para as crianças*”, e “*que a imprensa deveria divulgar casos como esse*”.

Dois apontamentos se fazem necessários sobre as atas acima. Primeiramente, tal “*proposta e programa de alto valor*” do orçamento estadual, presente na fala de Iran Lemos (PDT), bem como a “*ampliação do setor escolar*”, elencada por Pedro Ernesto (PDT) em outra Ata, tratam, indubitavelmente, do Programa Especial de Educação (PEE) e, especificamente, da construção dos prédios dos CIEP, que àquela altura, já estavam devidamente apresentados à sociedade fluminense.

Cronologicamente, essas foram as primeiras referências – mesmo que indiretas – a esse modelo de escola em tempo integral nos debates legislativos iguaçuanos. Além disso, o discurso de Ataíde Lemos (PDT) confirma ainda que os vereadores pedetistas se dirigiam aos CIEP quase que não mais indiretamente, ao citar as ‘trezentos e vinte escolas’. O “*alto valor*” do orçamento do setor educacional, na ata em questão, é tratado como um fato positivo, que é ampliado pelo destaque dado ao ineditismo da obra.

Um segundo apontamento que pode ser inferido refere-se ao fato de se lamentar que o governo municipal não tenha agido da mesma maneira com o setor educacional. A reclamação reverberada pelo vereador Iran Lemos (PDT) nos traz novamente os conflitos entre Prefeitura, Governo do Estado e Câmara Municipal envolvendo principalmente componentes do PDT, visto que um vereador pedetista foi



até a tribuna criticar o orçamento da prefeitura iguaçuana administrada por Paulo Leone (PDT), o que releva que tal atrito ia além da escolha dos locais de construção de CIEP.

Conforme adiantamos, é somente a partir do Livro 26 que são encontradas citações diretas ao CIEP, cuja primeira unidade havia sido inaugurada no dia 08 de maio de 1985 – o CIEP Presidente Tancredo Neves<sup>57</sup>. Em Nova Iguaçu, aferimos que o primeiro CIEP a ser construído é o de número 021 – General Osório, no bairro Botafogo, também no ano de 1985.

Entretanto, a primeira das aparições diretas de CIEP na Câmara se dá antes da inauguração do CIEP 021, na ata do dia 19 de setembro de 1984. Nela, a vereadora Maria Ivete Pantaleão (PDT) afirma que *“já estão sendo construídos CIEPS e Brizolões, cada um daqueles no valor de 1,6 bilhões, o que demonstra o interesse do governo pelo povo iguaçuano”*. Já na ata do dia 16 de maio de 1985, o vereador Edson Lopes (PDT) *“avaliou os gastos dos Brizolões, comparando-os com o da construção de prédio público que representa o dobro, embora o aspecto social seja muito menor.”*

Dessa forma, anexada à primeira citação aos CIEP, aparece um destaque ao montante destinado à construção de cada uma dessas novas escolas. De acordo com a vereadora pedetista, a construção de CIEP no município seria um sinal de *“interesse do governo pelo povo iguaçuano”*, devido ao alto valor investido na Educação das classes populares – algo inédito, até então. Além disso, a fala o vereador pedetista defende o preço dos CIEP, tendo como base de seu argumento o valor social daquela construção, comparando-o com o de outro prédio público que custou o dobro do preço das escolas, mas que não teria o mesmo atributo.

Contudo, não foi só de maneira elogiosa que o orçamento destinado à construção dos CIEP apareceu na tribuna da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Entremos agora no tópico das atas críticas aos recursos financeiros investido em CIEP, entendendo-os como custo.

Na ata do dia 09 de abril de 1986, por exemplo, o vereador Antônio Fernandes (PDS) disse que *“os ‘Brizolões’ estão sendo os causadores de grande gasto sem*

---

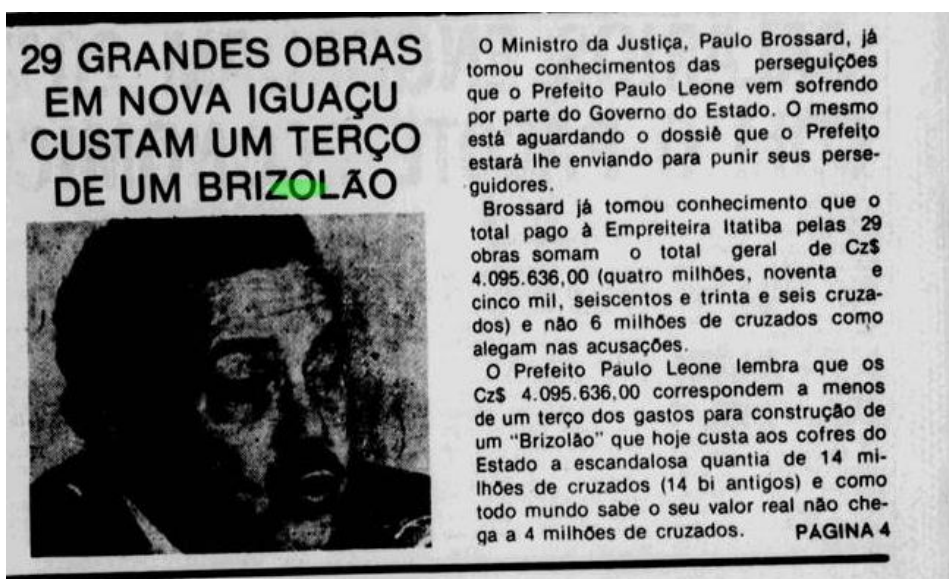
<sup>57</sup> Em seu nome, o CIEP 01 homenageou o primeiro presidente civil brasileiro, após mais de 20 anos de ditadura. Poucos dias após ser eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves faleceu.

*utilidade*”, enquanto na ata do dia 04 de setembro de 1985, o vereador João Luiz do Nascimento Jr. (PMDB) havia afirmado que “o *Prefeito iguaçuano Paulo Leone, com 1,3 bilhão conseguiu mais 16 mil vagas nas escolas de Nova Iguaçu, enquanto o Governador Leonel Brizola gasta 7 milhões para conseguir 600 vagas*”.

Para criticar o “*grande gasto sem utilidade*” direcionado aos CIEP, o vereador do PMDB estabelece uma comparação entre a administração estadual e municipal – ambas do PDT – e, ao trazer ao debate a quantidade de alunos atendidos pelas novas escolas, a fala do vereador de oposição a Brizola nos revela mais uma vez a rivalidade entre as duas administrações pedetistas incentivada pela Câmara iguaçuana – ao elencar o número de vagas, levanta aspectos do custo-benefício da construção dos CIEP e seu nível de atendimento.

A comparação entre a administração estadual de Leonel Brizola e a administração municipal de Paulo Leone partindo da perspectiva financeira da política educacional do primeiro é encontrada também na imprensa da Baixada Fluminense, conforme conferimos na notícia abaixo, divulgada na edição do dia 31 de maio de 1986 do Jornal A Luta Democrática.

Imagem 27: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.



Fonte: Jornal A Luta Democrática, Jornal A Luta Democrática, de 31/05/1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=Brizol%C3%A3o&pagfis=73595>

A notícia veiculada pelo jornal caxiense nos traz mais um exemplo do conflito entre Paulo Leone e Leonel Brizola. Ao relatar as “*perseguições*” sofridas pelo prefeito iguaçuano por parte do governador, o jornal - que era crítico de Brizola - defende-o. A dimensão do conflito – que já teve seus intensos debates na Câmara Municipal relatados e analisados neste trabalho – aparece aqui novamente pela temática da questão financeira dos CIEP, que é usada como argumento de crítica/defesa. No trecho em questão, justificando o valor repassado a uma empreiteira para a realização de 29 obras, Paulo Leone usa como referência o preço dos CIEP, que estariam custando 3 vezes mais do que as obras em questão e, além disso, estariam sendo superfaturados em 10 milhões de cruzados.

No mesmo caminho, na ata do dia 07 de maio de 1985, o vereador Hilton Neves (PMDB) nos aponta o mesmo tipo de crítica, ao dizer que

(...) teve conhecimento de que cada ‘Brizolão’ custa aos cofres do Estado cerca de três e meio bilhões de cruzeiros. [...] Sabe que a empresa construtora dos ‘Brizolões’ tem como dono parente do Governador Leonel Brizola [...] Disse que fizera um levantamento e que cada ‘Brizolão’ pode, no máximo, custar setecentos milhões de cruzeiros. Sabe, também, que os madeirites usados em volta dos ‘Brizolões’ são usados, tirados e colocados nas outras escolas ‘Brizolão’, sendo o madeirite usado cobrado novamente.<sup>58</sup>

Nesse trecho, o vereador do PMDB vai além da crítica ao aporte do investimento e acusa o governo de superfaturamento das obras dessas escolas, usando como embasamento o alto preço da obra e o fato de que seu filho – o ‘*parente do Governador Leonel Brizola*’ em questão – era sócio da empresa construtora. Sugere, inclusive, um preço justo às construções. Dentro ou fora da Câmara, eram recorrentes as críticas ao valor total dos CIEP; contudo, nessa ata, trata-se de uma séria acusação de corrupção.

Tal acusação retorna à Câmara novamente através do mesmo vereador Hilton Neves (PMDB), que na ata do dia 28 de agosto de 1986, disse que

um ‘Brizolão’ custava cerca de oitocentos mil cruzeiros e eram debitados dois milhões de cruzeiros cada. Disse que tem um filho que

---

<sup>58</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

trabalha em uma firma que fornece material para os ‘Brizolões’ e que seu filho dissera que matéria prima custa o preço de dezoito mil cruzados, mas que são debitados a importância de quarenta mil cruzados. Que espera que alguém peça a formação de uma Comissão de Inquérito, para poder provar o que está falando.<sup>59</sup>

Em resposta, o vereador Edson Lopes (PDT) alegou que o vereador “*deve-se lembrar que existe uma empreiteira que fabrica os módulos para as construções dos CIEPS. Que tal obra deve ser lembrada pela figura de seu idealizador, Oscar Niemeyer*”. Insistindo na acusação de superfaturamento, o vereador Hilton Neves chega a pedir a abertura de um inquérito para a investigação dos CIEP, tendo como base, entretanto, a fala de um filho “*que trabalha em uma firma que fornece material para os ‘Brizolões*”. Em defesa do governo e dos CIEP, o vereador pedetista Edson Lopes argumenta que existe uma empreiteira específica que fabrica os módulos das obras dos CIEP e evoca o prestigiado idealizador do projeto arquitetônico, Oscar Niemeyer, para defender a política pública educacional brizolista. Tratava-se da fábrica de escolas, uma estrutura localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, responsável pelos materiais utilizados nas construções dos CIEP.

Os idealizadores do projeto também se posicionavam diante das críticas ao custo dos CIEP. Ribeiro (1986) alega que

O investimento na construção e manutenção dos CIEP não é excessivo e equivale ao montante mínimo indispensável para superar décadas de descaso pela educação pública. [...] A grande mudança introduzida foi estabelecer prioridade absoluta para a questão educacional, de modo a dignificar a Escola Pública para que ela passe a formar mais pessoas letradas do que analfabetos (p.43).

Entretanto, novamente, as críticas ao aspecto financeiro do projeto dos CIEP transbordam do corpo legislativo iguaçuano, na medida em que são encontradas também referências negativas ao custo das obras e manutenção das escolas na imprensa, aqui utilizada como fonte, dois dos aspectos que levantamos, a partir dessa temática do financiamento. Na edição do dia 25 de abril de 1987, já no governo de

---

<sup>59</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Moreira Franco – intervalo entre o 1º e o 2º PEE –, por exemplo, o jornal A Luta Democrática traz a seguinte manchete:

Imagem 28: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.

# Manutenção de cada Ciep custa 1 milhão de dólares

O modelo de ensino que o secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Darcy Ribeiro, está querendo implantar em Minas, a exemplo do que fez no Rio de Janeiro, durante o governo Leonel Brizola, foi criticado ontem pelo secretário de Estado de Educação do Rio, Carlos Alberto Direito. Segundo ele, os Centros Integrados de Educação Pública são totalmente impraticáveis, "porque além dos altos custos de construção e manutenção, atendem apenas 5% das crianças do Estado".

Alberto Direito revelou que dos 500 Cieps prometidos por Brizola, só 108, ou seja 65 no interior e 43 sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal foram concluídos e estão funcionando hoje. De acordo com o secretário de Estado de Educação do Rio, nenhum dos Centros abriga mil alunos e o número de matrículas não ultrapassa a 650. Ele garantiu, também, "que cada unidade construída custou ao Estado um milhão e meio de dólares e que a manutenção de cada escola custa um milhão de dólares por ano.

Afirmando que os Cieps não são "apenas um programa educacional megalômano de Brizola, mas totalmente impraticável", o secretário de Estado de Educação do Rio assegurou que "o grande volume de recursos destinados aos Centros serviu para atender a cerca de 5% das crianças do Estado, embora a população em idade escolar que tem que ser atendida pelo governo carioca esteja estimada em 1.767 mil e só 89 mil podem ser matriculadas nos Cieps.

Por todos estes motivos e por acreditar que até mesmo a localização dos Centros tenha sido uma estratégia de marketing político do governo Brizola, o governador Moreira Franco decidiu, de acordo com o secretário Alberto Direito, suspender o programa determinando apenas o término das obras já iniciadas.

A Coordenadora Pedagógica dos Cieps no Rio de Janeiro, Lia Faria, que trabalha ho-

je exclusivamente no programa ligado à Secretaria Municipal de Educação daquele Estado, afirmou ontem que a escassez de recursos do município dificulta o trabalho do programa, mas assegurou que a Secretaria Municipal de Educação vem mantendo o mesmo esquema de funcionamento dos Cíntros.

Segundo Lia Faria, o programa foi extinto pelo novo governo, mas permanece a mesma linha de trabalho a nível municipal.

Lia Faria confirmou a informação do secretário de Estado de Educação de que apenas 55 Cieps funcionam no município, acrescentando, entretanto, que outras 13 escolas tradicionais da rede municipal estão trabalhando dentro do Modelo dos Cieps. Segundo ela, cada escola, inclusive as 13 que foram readaptadas para o programa tem 800 alunos.

Ainda não foi feita uma avaliação dos resultados pedagógicos obtidos de maio de 85 — quando foi inaugurado o primeiro Centro no Rio — até hoje, com o novo modelo de ensino implantado no Estado do Rio. A coordenadora Pedagógica dos Cieps, Lia Faria, afirmou que qualquer avaliação agora seria prematura. Ela adiantou que um estudo profundo dos resultados do programa está sendo feito, "mas a olhos vistos pode-se observar um progresso muito grande das crianças que frequentam os Centros". De acordo com a coordenadora, é visível que as crianças estão mais bem alimentadas, com saúde e por isso mais aptas para serem educadas.

## Condenado

O secretário do Estado de Desenvolvimento Social, Darcy Ribeiro, afirmou ontem que "o governo Moreira Franco está condenado, queira ou não (e achamos que ele não quer), a conviver com os Cieps, simplesmente porque além dos 185 Centros que já estão

funcionando no Rio, existem outros 411 com estrutura pronta, que devem ser concluídos, e não ser que o novo governo destrua estas estruturas".

Darcy Ribeiro admitiu que os Cieps são caros, mas argumentou que "as pessoas consideram os preços elevados porque nunca se fez ou gastou nada com educação neste País".

O secretário de Desenvolvimento Social de Minas disse, também, que o governador Moreira Franco deve achar mais barato comprar 200 mil metrômetro e tanques para combater a violência, ao invés de acabar com a marginalização pela raiz, educando os futuros pivetes.

O secretário assinalou a necessidade de as pessoas entenderem que os Centros Integrados de Educação Pública são um tipo novo de educação para o Brasil, que depois de inúmeras tentativas, desde Anísio Teixeira, finalmente foram implantados no Brasil, alegando que "esta é a forma de ensino já existente em países desenvolvidos, como o Japão e a França".

Darcy Ribeiro afirmou, ainda, que as críticas feitas ao modelo de ensino, por pessoas que dizem que ele não se adapta a isso ou aquilo são infundadas. "Prova disso, explicou, é que o índice nos Cieps chega a 90%.

Respondendo às acusações de que os Centros Integrados de Educação Pública, foram utilizados no governo Brizola como propaganda política, o secretário de Estado de Desenvolvimento Social disse que se isso fosse verdade, ele teria vencido as eleições. Darcy Ribeiro garantiu que os Cieps foram implantados no Rio em locais próximos às populações carentes, esclarecendo que "as plantas dos Centros são imponentes e por isso têm um forte efeito visual na periferia, destacando-se entre as casas miseráveis". Ele lembrou, também, que à noite os Cieps são utilizados pela comunidade para reuniões ou eventos como teatro e festas.

Fonte: Jornal A Luta Democrática, Jornal A Luta Democrática, de 25/04/1987. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=CIEP&pagfis=74965>

Na fonte em questão, o secretário de Educação de Moreira Franco critica o governo anterior e caracteriza os CIEP como "inviáveis" por seus custos de construção/manutenção, além de baixo atendimento em quantidade de alunos, acusando ainda o uso eleitoral dessas escolas por parte do governador Brizola. O jornal dá espaço de fala para Lia Faria, coordenadora pedagógica do projeto dos

CIEP, que defende a iniciativa educacional, alegando que qualquer análise pedagógica do projeto seria prematura e acusando o novo governo de acabar com os CIEP. Todos esses argumentos, tanto de crítica quanto de defesa dos CIEP são, como percebemos acima, recorrentemente encontrados também nas atas legislativas da Câmara Municipal iguaçuana.

No dia 06 de agosto de 1985, por exemplo, o vereador Mario Marques (PDS) se disse preocupado com a construção de 'Brizolões', na medida em que

o empenho do Governador é válido, procurando olhar o setor da Educação, mas as verbas não suportarão o caminhar do ano vindouro, pois o Governo do Estado, que construções fez dos 'Brizolões', esquecendo-se dos prédios escolares antigos, que estão carentes de remodelação, não havendo critério nas construções dos CIEPS. Disse que não só o Estado do Rio, mas todos os Estados do Brasil deveriam ter estes portentosos prédios, mas as verbas não aguentarão a tais manutenções, e que, quando o Governador atual deixar o Governo, esses belos prédios serão levados ao abandono.<sup>60</sup>

O vereador, de partido de oposição a Brizola, reconhece o valor da proposta dos CIEP e a atenção dada pelo governo estadual à Educação, a ponto de citar que tal política deveria ir além dos limites municipais, expandindo-se para todo o Brasil. Desta vez a crítica é focalizada não no valor da obra em si, mas sim no custo futuro de manutenção das novas escolas – assim como nos indicou a reportagem trazida anteriormente. É previsto ainda o abandono dos CIEP ao findar o governo Brizola – o que, de certa forma, se confirmou com a desestruturação do projeto original nos governos subsequentes. Tal Ata nos traz ainda outra crítica também recorrente, quando se trata de CIEP: o suposto abandono das outras escolas da rede estadual.

Levando em conta a preocupação do vereador Mário Marques (PDS) com o possível abandono dos CIEP após a saída de Leonel Brizola do governo do estado, aferimos que os debates acerca do aporte financeiro aos CIEP não ficaram restritos ao 1º Programa Especial de Educação. Assim, encontramos citações a essa temática no período do governo de Moreira Franco (1987 – 1990) e também no segundo mandato de Leonel Brizola (1991 -1994) – referente ao 2º PEE.

---

<sup>60</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

No dia 26 de novembro de 1986, o vereador Antônio Fernandes (PDS) afirma que *“espera que o novo governador Moreira Franco dê continuidade a construção dos CIEPS, como prometeu durante a sua campanha”*. Na mesma ata, sobre o novo Governador, o vereador Carlos Magno Gomes (PMDB) disse que *“o eleito governador Moreira Franco simplesmente irá verificar o preço exato dos CIEPS, pois acha que com o preço de um CIEP, Moreira Franco, no mínimo, fará umas dez escolas”*.

Após a derrota de Darcy Ribeiro na eleição estadual de 1986, os vereadores de partido de oposição ao ex-governador Brizola pedem pela continuação do projeto dos CIEP por Moreira Franco (PMDB) e vão além, criticando indiretamente o valor direcionado à construção dessas escolas pelo governo anterior, argumentando que com o preço de um CIEP, Moreira poderá construir mais escolas. O que constatamos durante o período de Moreira Franco, no entanto, foi o início do abandono dos CIEP.

Já na ata do dia 25 de setembro de 1991, o vereador Moacyr de Carvalho (PT) disse que

o que se gasta para construir um CIEP daria para fazer mais ou menos cinco escolas para atender um maior número de crianças. Disse que é a favor de turno único para crianças de baixa renda. Não era Vereador quando conseguiu a construção de uma Escola [...] e que foi construído em cima desta escola um CIEPS que só pode atender 400 crianças. [...]o CIEPS é uma obra bonita, mas não é funcional. [...] preocupado com o governo Collor, que quer criar CIACS.<sup>61</sup>

Nos situamos agora, após o governo de Moreira Franco (PMDB), no primeiro ano do segundo mandato de Leonel Brizola e da implantação do 2º Programa Especial de Educação. Nesse sentido, na ata em questão, vemos o vereador petista – partido que, por vezes, possuía uma relação de apoio e outras vezes de oposição ao PDT e à política dos CIEP – trazer o repetido argumento de que o investimento dos CIEP geraria um número maior de escolas regulares e atenderia um número maior de estudantes.

Nessa seção, evidenciamos duas diferentes abordagens para o aspecto financeiro da política pública educacional do governo de Leonel Brizola: primeiro, centralizado na bancada pedetista, o financiamento encarado como investimento.

---

<sup>61</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Assim, entre os defensores dos CIEP foram destacadas as motivações para o aporte de recursos nessas escolas, com destaques ao alto valor do investimento, à ampliação do setor escolar e do investimento nas camadas menos abastadas da sociedade, público-alvo da política. Posteriormente, trouxemos as atas críticas ao aspecto financeiro dos CIEP. Pelo viés dos opositoristas, o preço das novas escolas, primeiro tratado como investimento, se torna custo. Assim, sobressaem críticas ao valor da construção, manutenção futura e até mesmo a acusações de superfaturamento das obras que se materializariam nos CIEP.

Dessa forma percebemos, com base em Bourdieu (1989), que o valor destinado à construção das dezenas de CIEP que o município de Nova Iguaçu receberia ao final do 1º e do 2º PEE, foi mais uma das “*ideias-força*” presentes nos debates que se realizavam no campo político institucional – a Câmara Municipal iguaçuana – e também na área não institucionalizada deste campo – representada nas fontes de imprensa. Tal debate, pela recorrência nas fontes ao longo dos nove anos de nosso recorte, esteve presente em diferentes fases do ciclo de políticas de Ball, notadamente o da apresentação do projeto, a sua implementação e a dos resultados e efeitos (JESUS, 2014).

Entretanto, a última ata analisada nesta seção nos leva a uma nova reflexão. A repetição do argumento crítico ao custo-benefício dos CIEP, dessa vez vem acompanhada de uma possível reflexão pedagógica, ao ser trazido ao trecho o argumento de que o CIEP “*é uma obra bonita, mas não é funcional*”. Em outras palavras, nos cabe questionar qual seria a função de uma escola pública para o vereador petista. Além disso, como o atendimento diferenciado oferecido pelos CIEP se justifica, em seus pressupostos pedagógicos? Como esses pressupostos – de forma crítica ou elogiosa – apareceram na Câmara Municipal de Nova Iguaçu? Com base em tais questões, entramos na próxima seção, abordando especificamente o viés pedagógico dos CIEP nas fontes trabalhadas nesta pesquisa.

### **3.4 A concepção pedagógica dos CIEP nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu e sua repercussão na população alvo: A cada tijolo, uma ‘nova escola’?**



Uma terceira temática que evidenciamos nas Atas da Câmara Municipal é a concepção pedagógica dos CIEP, bem como dos principais aspectos do projeto pedagógico do PEE, reverberados por seus idealizadores e defensores. Por meio das citações a esses aspectos inerentes ao projeto, averiguamos o nível de disseminação e defesa dessas escolas e de seu projeto pela fração iguaçuana do PDT, bem como as principais críticas pedagógicas dos opositores ao governo estadual, à época.

No que tange à função/concepção dos CIEP, na ata do dia 08 de março de 1984, o vereador Pedro Ernesto (PDT) elogia a construção do Sambódromo por parte do governo estadual, enaltecendo a atuação do arquiteto Oscar Niemeyer, criador do projeto. Fala ainda que o Sambódromo, além de alocar os desfiles carnavalescos e outros eventos culturais, comportaria uma escola, reforçando fala do companheiro de Câmara e partido, o vereador Edson Lopes (PDT), que afirma: “*a escola que será criada no Sambódromo atenderá aquelas crianças que receberão agora um atendimento mais humano*”.

Nossa análise ressalta a defesa do Sambódromo realizada pelos vereadores pedetistas, que se centra em um aspecto inerente a essa obra: o funcionamento de um CIEP na sua estrutura<sup>62</sup>. Ao reunir uma festa popular como o carnaval e uma escola voltada para os setores populares da sociedade, tal obra comportava um complexo cultural e educacional. O CIEP Avenida seria, assim, a representação simbólica dessa escola como um monumento cultural, educacional e, conseqüentemente, social, localizado na área central da cidade do Rio de Janeiro, o que, de certo modo, se configura como uma ‘inovação’, na medida em que projetos dessa natureza não eram propostos pelas políticas públicas, em solo brasileiro, há bastante tempo.<sup>63</sup>

É digna de atenção também a fala de Edson Lopes (PDT) na qual, para defender a construção do Sambódromo e do CIEP a ele anexado, ressalta que os alunos receberiam um “*atendimento mais humano*”. Entretanto, o que significaria, para o político, esse “*mais humano?*”. Aferimos que tal argumento conversa com uma das justificativas do projeto em sua idealização: a de que o estudante da escola pública

---

<sup>62</sup> O CIEP Avenida dos Desfiles, como já citado neste trabalho, representava uma das exceções arquitetônicas do projeto.

<sup>63</sup> As políticas educacionais de Anísio Teixeira da primeira metade do século XX, tais como a Escola-Parque na Bahia, haviam sido até então as últimas políticas públicas inovadoras na área da Educação nacional.

fluminense, especialmente os provenientes da classe popular, careciam de uma escola que ofertasse um atendimento mais completo e diferenciado (RIBEIRO, 1986). Podemos ainda entender que tal expressão discursiva comporta uma certa ‘concepção’ da proposta que se encontra afinada com a visão de seus idealizadores: o caráter assistencial às camadas menos abastadas socialmente, no Estado. A defesa desse caráter é acentuada em diferentes fontes, como vemos em seguida.

Aspectos da concepção pedagógica nesse “*atendimento mais humano*” dos CIEP são encontrados novamente na ata do dia 01 de agosto de 1985, na qual o vereador Iran Lemos (PDT) alegou que “*o Governador Leonel Brizola tem procurado terminar com a fome das crianças, organizando a miséria no setor da Educação*”. Já no dia 29 de abril 1986, o mesmo vereador discursou sobre a chegada de um CIEP em local “*onde as crianças brincavam anteriormente nos montes de lixo em que eram atirados corpos na lixeira [...] hoje essas mesmas crianças tem o seu café, o seu almoço, o seu lanche e a sua janta, além de assistência médica.*”.

No mesmo caminho, na ata do dia 07 de agosto de 1985, a vereadora Maria Ivete Pantaleão (PDT) reforça que “*a criação dos ‘Brizolões’ tirará da fome grande quantidade de crianças, que terão uma assistência completa por parte do governo popular como é o do governador Leonel Brizola*”. A mesma vereadora, dessa vez no dia 16 de abril de 1986, defendeu que “*a merenda e a alimentação dos ‘Brizolões’ são de primeira qualidade*”.

Corroborando com seus companheiros de partido, no dia 19 de agosto de 1986, o vereador Ataíde Lemos (PDT) foi até a tribuna dizer que:

o Governador Leonel Brizola muito fez e está fazendo por Nova Iguaçu. Em cada Brizolão mil crianças lá entram às sete horas da manhã. Tomam seu café, almoçam, lancham e jantam, saindo de lá com seu banho tomado. O Brizolão construído em sua área, a seu pedido, tem causado alegria para os moradores de sua região.<sup>64</sup>

Nos trechos destacados, inferimos uma espécie de apresentação da educação integral em tempo integral pelos vereadores pedetistas, a partir da dimensão do atendimento, principalmente no que se refere ao fornecimento de alimentação e

---

<sup>64</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

higiene aos estudantes. O grande enfoque dado à alimentação, além da valorização de um aspecto de fato importante no projeto do PEE, pode nos indicar também que a preocupação dos defensores dessa política educacional se situava para além de seu aspecto pedagógico, estratégia retórica de retratar os CIEP como local em que a antítese da “*fome*” estaria presente como base do combate à miséria, visando – talvez – ao alcance do que Demo (1995) denomina de uma cidadania assistida, conceito que será aprofundado ainda neste capítulo.

A questão da alimentação das crianças nessas escolas é aprofundada novamente na ata do dia 25 de setembro de 1991 – já na retomada da construção dos CIEP por ocasião da eleição de Leonel Brizola para o seu segundo mandato –, quando o vereador Sebastião Silveira (Partido não identificado), falou que “os CIEPS foram *construídos para dar maior condição de aprendizagem, pois bem alimentado o aluno tem mais condições de aprender.*” Mesmo levando em consideração o fato de que o referido vereador conjugou o aspecto da alimentação ao da aprendizagem, de acordo com seus idealizadores:

A proposta básica do plano alimentar consiste no fornecimento de 4 refeições diárias para os alunos que estudam em regime de horário integral e de suplementação alimentar para os alunos-residentes [...] tendo em vista o caráter preventivo da educação nutricional dirigida à criança quando ela ainda está em fase de formação de seus hábitos alimentares (RIBEIRO, 1986, p. 121).

Novamente, a alimentação é pauta específica e, dessa vez, outro tipo de fonte se evidencia, corroborando com o que trouxemos por meio das Atas. Em entrevista realizada sobre o projeto original com a comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula, Sandra Silva Henriques, funcionária do CIEP 026 há mais de 25 anos, mãe de uma estudante e moradora da comunidade na qual a escola está inserida, revela que:

No momento da implantação eu achei muito importante, porque era uma comunidade bem carente, onde muitas mães aproveitaram para trabalhar, já que a criança entrava de manhã e tinha o café da manhã, banho, almoço, lanche da tarde e janta. Então, quer dizer, dava tempo do responsável trabalhar. Além do mais tudo funcionava, era uma estrutura muito boa. Eles tinham dentista, havia os residentes – alunos que ficavam aqui, entravam na segunda e só saíam na sexta e eram

muito bem tratados. Não faltava nada, tanto para os funcionários como para os alunos. Pena que acabou.<sup>65</sup>

Reforçamos, assim, que nas fontes abordadas até o momento nesta seção, a alimentação é posta também como pré-requisito para o aprendizado efetivo dos estudantes, mesmo que tal correlação aconteça de forma mais indireta. Em outras palavras, sem a comida e com fome, o projeto pedagógico não funciona. Sobre esta questão, destacamos os argumentos de Libâneo (2012), abordando o dualismo da escola pública brasileira, quando se fala em acesso, permanência e qualidade de ensino e caracteriza uma visão de educação escolar centrada nas funções pedagógicas – voltada para os ricos – e outra arraigada às funções sociais da escola – voltada para os pobres.

Com base nas críticas, nos argumentos dos defensores e no próprio projeto pedagógico do PEE de atendimento aos vulneráveis socialmente falando, o CIEP se encaixaria no segundo tipo de escola apresentada por Libâneo (2012), para boa parte das fontes aqui apresentadas. Ainda segundo esse mesmo autor, a principal consequência desse tipo de política seria a sobreposição de uma visão, muitas vezes tida como assistencialista sobre o aprendizado, e a amenização da luta de classes. Assim, a escola baseada no acolhimento social atende mais pessoas, mas não oferece, obrigatoriamente, mais qualidade.

Esse processo pode se intensificar com políticas públicas de educação em tempo integral que se baseiam nas orientações dos organismos internacionais, gerando um desfiguramento da escola. A esse respeito, é ainda Libâneo (2016) que argumenta:

(...) verifica-se um distanciamento do sentido genuíno de escola, a qual adquire um caráter difuso, concebida agora como lugar físico de aglutinar políticas sociais que envolvem políticas de saúde, assistência social, esporte e lazer, mobilizando a participação de empresas, famílias, integrantes da sociedade civil, voluntários. (p.51)

Prosseguindo, na ata do dia 16 de abril de 1986, o vereador Iran Lemos (PDT) retorna à tribuna, afirmando desta vez que *“as construções dos ‘Brizolões’ colocam,*

---

<sup>65</sup> HENRIQUES, Sandra Silva. Entrevista Citada.

*de imediato, cerca de mil crianças matriculadas*”, exaltando, assim, a dimensão quantitativa do atendimento dos CIEP. É encontrada ainda nas atas a qualificação desse atendimento. Entretanto, convém nos debruçarmos sobre os argumentos dos defensores dos CIEP, que justificavam o atendimento de tantas crianças de uma maneira diferenciada da escola tradicional.

Reforçando e renovando seus argumentos, novamente o mesmo vereador – se mostrando um assíduo defensor do projeto pedagógico do PEE – verbalizou, no dia 02 de maio de 1985, que *“o desejo do Governador é que não haja uma só criança sem escola [...] evitando que as crianças do futuro venham a ser as futuras prostitutas [sic]”*. Anteriormente, no dia 27 de novembro de 1984, o vereador havia declarado *“que a forma de combater a violência é com a construção dos 360 ‘escolões’ no Estado do Rio”*.

Escancarando a permanência desse aspecto no debate da câmara iguaçuana, outros pedetistas – Edson Lopes e Cândido Augusto Ribeiro Neto – vão à tribuna. No dia 24 de junho de 1987 o primeiro, sobre a construção dos CIEP, argumenta que Leonel Brizola estaria *“evitando a proliferação da marginalidade juvenil”*. O segundo, por sua vez, no dia 11 de junho de 1985, ao se referir a um CIEP a ser construído na praça João Luiz do Nascimento, defendeu que *“É mais útil o ‘Brizolão’ do que a atual Praça, que no momento, abriga uma gang de marginais e viciados em tóxicos”*. Averiguamos que atualmente nas proximidades da praça citada pelo vereador foi construído o CIEP – 364 Nelson Ramos, na região que hoje pertence ao município de Mesquita.

As falas dos vereadores pedetistas em questão são reveladoras e, ao elencarem que o combate à violência no Rio de Janeiro se dá com a construção dos *“360 escolões”*, evocam um viés presente no PEE: os CIEP vieram para atender também aos marginalizados, tirá-los da rua e colocá-los na escola. Nesses episódios, os marginalizados são retratados na Câmara Municipal iguaçuana com os exemplos das *“futures prostitutas”* e dos *“viciados em tóxicos”*.

No primeiro caso, o CIEP é entendido pelo vereador como uma ação determinante para o futuro de seus estudantes e, no segundo, é encarado como uma ação imediata para a região. Nos dois casos, a política pública educacional do PEE e a ação

integradora dos CIEP são encaradas como uma espécie de ‘remédio’ para que a sociedade evite a marginalidade e não a reproduza no futuro.

Essa perspectiva do CIEP como ‘combatente à marginalidade’ é encontrada novamente em outro tipo de fonte utilizada neste trabalho. Dentre as entrevistas realizadas com a comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula, a professora/coordenadora Silvânia Nunes Barbosa alega que:

Depois que acabou o horário integral, os pais não têm onde deixar os filhos. Assim nós perdemos muitos alunos por conta da violência. Esse tempo fora da escola eles acabam partindo para caminhos não adequados. Muitos alunos já perderam a vida assim.<sup>66</sup>

De acordo com a fala da funcionária em questão, era o regime/educação de tempo integral, evidenciada pela presença por uma jornada mais longa na escola, que poderia garantir o funcionamento dos atributos característicos dos CIEP, a integralidade de seu ensino e, conseqüentemente, o atendimento adequado ao aluno da classe popular. Sem ela, o estudante fora relegado a marginalidade, perdido “*por conta da violência*”, chegando alguns até mesmo a perder a vida nos “*caminhos inadequados*”.

Como percebido acima, mais uma vez elencamos que esse debate não ficou restrito à Câmara Municipal iguaçuana. Na matéria do dia 23 de setembro de 1986, por exemplo, o jornal A Luta Democrática corrobora os argumentos dos vereadores que defendiam os CIEP, ao retratar que os “*meninos de rua*” da região central da cidade do Rio de Janeiro são encaminhados aos CIEP pela Pastoral do Menor.

**Imagem 29: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.**

---

<sup>66</sup> BARBOSA, Silvânia Nunes. Entrevista Citada.

# Meninos trocam ruas pela educação juvenil

Cerca de 300 meninos de rua que, embora tenham famílias, vivem em situação de carência, em todos os sentidos, e aprendem, desde cedo, a lutar pela sobrevivência, participam de um projeto pioneiro em termos educacionais, desenvolvido, há dois anos, pela Secretaria Municipal de Educação, no Sambódromo chamado Educação Juvenil, destinado à alfabetização e socialização de meninos e jovens de 12 a 20 anos. A iniciativa, no entanto está carcando de espaço para melhor atendimento.

Com 45 pessoas, entre professores e coordenadores, com a direção colegiada, contando com cinco diretores, o projeto Educação Juvenil oferece ensino com cinco diretores, o projeto Educação Juvenil oferece ensino de 1ª a 4ª série e tem como clientela adolescentes de comunidades carentes, como Catumbi, Cidade Nova e Baixada Fluminense. Muitos deles já passaram pelo sistema regular de ensino e não obtiveram sucesso, como conta a diretora Lígia Costa Leite.

— Quando eles chegam aqui, não acreditam que esta escola seja diferente, não confiam nas pessoas, nos professores, no colégio instituição. É feito todo um ritual de entrada e aqueles que conseguem chegar, de imediato, ficam na escola — comenta Lígia. Rotulados de pivetes, trom-



**Lígia explica a integração**

badinhas e tantos outros adjetivos, os meninos e meninas chegam agressivos, sem ideais, ao setor 2 da Passarela do Samba, onde funciona a Educação Juvenil. Depois de um trabalho de socialização, através de conversas, integração com os outros colegas, eles mudam de comportamento, adquirindo confiança nas pessoas e em si mesmos. Como o trabalho para eles é fundamental, após as aulas, nos turnos da tarde ou da noite, os meninos exercem a atividade garis-mirins, no próprio Sambódromo ou na Comlurb. Outros trabalham como operários na fábrica de CIEPs.

**GUERRILHEIROS**  
A diretora Lígia Costa Leite

identifica três grupos que fazem parte do Educação Juvenil. Há os meninos de rua, que perambulam pela cidade, são vendedores, engraxates, etc, e normalmente são encaminhados ao Ciep pela Pastoral do Menor. Existem os chamados domesticados, aqueles que já passaram pelas escolas da rede de ensino e chegam passivos, bem comportados, ao Educação Juvenil, e se chocam com os chamados guerrilheiros, os não domesticados, que se comunicam através de uma linguagem própria e conhecem muito bem a luta pela sobrevivência: "Depois desse choque inicial, eles se integram e se tornam guerrilheiros", conta Lígia.

Bastante comunicativo, Evaldo Félix, de 14 anos, estuda há um ano no Sambódromo. Ele trabalha como garis-mirim, mora na Saúde, e disse que é um bom pagodeiro.

Considerado um gaúcho na Passarela do Samba, o Educação Juvenil, não dispõe ali de infraestrutura básica, não possui refeitório nem local para tomar banho, por exemplo, e as dependências são pequenas demais. Para desenvolver melhor essa atividade, o projeto será transferido, brevemente, para a antiga área do Cameódromo, onde será construída uma escola para instalar somente, o Educação Juvenil.

Fonte: Jornal A Luta Democrática, Jornal A Luta Democrática, de 23/09/1986. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=CIEP&pagfis=73868>

Tal reportagem e ação da pastoral nos revelam que o público-alvo definido pelo PEE – no qual os “meninos de rua” certamente se encaixam – era encaminhado para essas novas escolas. Lá, além do ensino, eles teriam o que lhes era mais urgente: residência e alimentação. Essa assertiva dialoga diretamente com o que era reverberado nas atas da Câmara de Nova Iguaçu pelos defensores da proposta dos CIEP. Essa e outras fontes que trouxemos reforçam o que já evidenciamos teoricamente: o papel assistencial/assistencialista do projeto, articulando-se às questões pedagógicas mais amplas e que expõem a concepção do PEE/CIEP.

Dessa forma, o que podemos inferir do atendimento dos CIEP direcionado aos grupos economicamente fragilizados? Em contraponto às políticas universalistas, as políticas focalizadas têm como característica o atendimento a um grupo específico.

Tal característica vem sendo recorrente em políticas públicas brasileiras, a partir dos finais do século XX (ALMEIDA, 2011) e levando em consideração essa natureza das políticas focais, entendemos que ela se encaixa no exemplo dos CIEP, na medida em que o *“atendimento mais humano”* e o combate a marginalização se conectam aos objetivos de alívio da pobreza sem ameaçar o desenvolvimento capitalista, características de políticas focais incentivadas por organismos internacionais (LIBÂNEO, 2016).

Dessa maneira, mesmo que se pretenda universal, o projeto pedagógico do PEE – com base em Almeida (2011), Andrade (2005) e nas fontes aqui apresentadas, sejam elas de defesa ou de crítica –, se caracteriza como uma política focalizada, voltada para as classes populares do Rio de Janeiro. Além disso, encontra-se na concepção de educação e de escola enquanto compensadora de outros problemas sociais – marginalização e fome, por exemplo – encontradas no projeto do PEE, nos defensores dessa política na Câmara Municipal iguaçuana, na imprensa local e na entrevista com integrantes da comunidade local.

Prosseguindo, mais citações aos aspectos do projeto pedagógico e administrativo do PEE foram evidenciadas nas entrevistas realizadas com a comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula. Sobre a implantação do projeto, após a construção da escola, Juvêncio Abraão alega que:

Toda reunião que tinha aqui eles mandavam um ofício me convidando. Eu não tinha filho aqui, mas ‘tava’ presente em todas elas. Era um participante ativo. Quando faltava luz, eu dava um jeito. A manutenção era feita por uma empresa, mas nunca mandava funcionário. Dava um problema na cozinha, eu ajeitava. Não tinha água, tentava também. Era por causa das crianças, porque a maioria dos alunos vinha mais por causa da comida, em casa eles não tinham.<sup>67</sup>

Nesse trecho, o entrevistado revela que prestava os serviços em nome dos estudantes, os quais *“vinham mais pela comida”*, pois *“em casa eles não tinham”*. O trecho em questão nos traz novamente a centralidade da alimentação dos estudantes do CIEP, em mais uma de nossas fontes.

---

<sup>67</sup> SILVA, Juvêncio Abraão da. Entrevista Citada.



Além disso, destaca-se também a importância de nosso entrevistado para o funcionamento da escola. Mesmo sem ser pai de aluno, Juvêncio prestava uma série de serviços de manutenção. Se intitulando um “*participante ativo*” daquele projeto, a fala desse vizinho do CIEP 026 nos mostra que, para além da Animação Cultural, a participação da comunidade prevista no projeto do PEE era essencial ao funcionamento da instituição escolar e, certamente, de outras escolas do mesmo tipo, como no caso de pequenos consertos e obras, visando ao fornecimento de água e energia.

No mesmo caminho, outra componente da comunidade do CIEP 026, Elaine Ramalho<sup>68</sup>, ao elogiar o projeto, afirma:

Era muito legal, uma alimentação balanceada, com toda a assistência, médico, pediatra, dentista, professores que prestavam assistência psicológica aos alunos. Eles eram realmente acolhidos. Tinha os projetos de recreação, tinha animação cultural que funcionava muito bem. Eu digo que o CIEP era uma cidade, tinha vida. Tinha muita vida, a gente ficava aqui o dia todo. Infelizmente do que tinha, não existe mais nada.<sup>69</sup>

No excerto anterior, a comunidade do CIEP 026, representada por funcionárias e vizinhos, denota uma celebração dos atributos político pedagógicos e assistenciais desse tipo de escola. A ênfase discursiva na expressão ‘acolhidos’ – articulada a aspectos como a recreação e a animação cultural – trazem-nos a dimensão pedagógica da entrevistada. Em sua visão, esse cuidado se materializa no ‘acolhimento’ em uma escola que “[...] *era uma cidade. Tinha vida. Tinha muita vida. A gente ficava aqui o dia todo*”. Constatamos, ainda, a relevância da ‘assistência’, por meio da presença de pediatra, médico, dentista e psicólogo no espaço escolar, bem como a realização de atividades como a da alimentação. Em outros termos, depreende-se dessas falas uma visão de educação mais ampla, em que a aprendizagem se faz presente sem, no entanto, perder de vista outros aspectos que compõe a formação humana, como a cidadania, em territórios cuja vulnerabilidade social é flagrante.

---

<sup>68</sup> Mais uma funcionária da escola, mãe de ex-estudante e moradora da região.

<sup>69</sup> RAMALHO, Elaine. Entrevista Citada

Quanto ao Programa Aluno Residente, que aparece destacado na fala da funcionária Sandra Silva Henriques, na página 146 deste trabalho, os idealizadores do PEE alegavam que ele *“chegou a acolher cerca de 5 mil crianças abandonadas em risco de cair na delinquência”* (RIBEIRO, 1991. p. 21). Curiosos acerca do funcionamento desse aspecto do projeto, tratamos de entrevistar um dos ex-Alunos Residentes do CIEP 026. Trata-se de Laércio Araújo dos Santos, que ainda na terceira década do século XXI, é mais um dos funcionários da escola – há 16 anos – e morador da região onde ela está inserida.

Nos relatando episódios de sua experiência enquanto Aluno Residente, Laércio dos Santos diz que:

Foi na época de Brizola. Entrei com 6 anos e fiquei até os 15. [...] Aconteceu um acidente na minha casa e fiquei como residente. [...] Eles deram muito conselho ‘pra’ gente seguir o caminho correto. [...] coisas que eu carrego para o resto da vida. [...] Tive muita educação na ausência da minha mãe, minha educação toda foi aqui dentro. [...] Nos estudos, eles ficavam no meu pé e aí eu fui seguindo.<sup>70</sup>

O trecho nos revela a recorrência da luta contra a marginalização, presente no conselho para *“seguir o caminho correto”*, e também um caráter pedagógico para além do assistencialista, com a declaração de que *“eles ficavam no meu pé”* quando o assunto era estudo. Dessa maneira, com base no exemplo do CIEP 026, podemos perceber que os Alunos Residentes, além da alimentação, higiene e residência, eram atendidos também em relação ao ensino. Ademais, a importância pedagógica desse processo de ensino em si está presente em outros aspectos inerentes ao PEE, tais como a renovação de conteúdos e materiais didáticos, a valorização e capacitação de professores, a importância da biblioteca e a arquitetura das escolas, como um todo.

A importância dessa renovação pedagógica, uma *“revolução na história da educação brasileira”* (RIBEIRO, 1991) segundo seu principal idealizador, é destacada também pela comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula. Em sua entrevista, a coordenadora pedagógica Katia Teize diz que:

---

<sup>70</sup> SANTOS, Laércio Araújo dos. Entrevista Citada.

A gente tinha treinamento. [...] Tudo que eu sei eu aprendi aqui dentro. Nós recebíamos muitas pessoas que davam treinamentos, você tava sempre se renovando, se atualizando. A gente sempre tinha alguém da secretaria de educação fazendo algum ajuste, colocando a gente por dentro de tudo. Então a gente foi muito preparado, o material era maravilhoso, de primeira. Hoje em dia não tem mais, a gente trabalha com o livro didático que o governo manda e um recurso ou outro que a gente consegue, mas material mesmo para trabalhar não recebe não. [...] Quem viveu aquela época, sente saudades <sup>71</sup>

Ao falar sobre as diferenças entre o período da implantação dos CIEP e a realidade dessas escolas na atualidade, a coordenadora pedagógica do CIEP 026 estabelece uma comparação que favorece o projeto pedagógico original. Seja em nível de valorização e formação docente, por meio de treinamentos e formação contínua, ou no fornecimento de material didático para além do condensado e unificador livro didático atual, a experiência pedagógica do momento em que Leonel Brizola e seu grupo político governavam o Estado é retratada como benéfica e superior, visto que quem participou “*sente saudades*”.

Entretanto, em todas as fontes analisadas nesta pesquisa, o “*atendimento mais humano*” aparece como o principal produto oferecido para as classes populares e exaltado pelos defensores do projeto. Com inúmeros problemas inerentes a essa escolha política dos idealizadores, destacavam-se principalmente as críticas e denúncias a um aspecto assistencialista e focalizado da política educacional brizolista.

De acordo com Earp (1996), o Programa Aluno Residente seria o ápice do assistencialismo característico dos CIEP. Em sua pesquisa, além da precariedade do atendimento, a autora argumenta que tal política seria a concretização do paternalismo por parte do Estado, reproduzindo uma concepção de criança e de pobreza presente nas ações assistencialistas e da educação compensatória.

Tentando contrapor as possíveis e as reais críticas ao aspecto assistencialista do projeto pedagógico do PEE, a coordenadora pedagógica Katia Teize, trazida a este trabalho na condição de entrevistada como componente da comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula, afirma que:

---

<sup>71</sup> TEIZE, Kátia. Entrevista Citada.

Eu acho que o primeiro e o segundo projeto davam pra ele uma grande noção de cidadania e valorizava que a educação era um direito da criança e dever do governo. Não era um paternalismo porque tinha tudo, todos tinham a mesma coisa. Um podia ter até uma situação melhor que o outro, mas usavam as mesmas coisas, comiam a mesma comida.<sup>72</sup>

Consideramos esta fala relevante, na medida em que a coordenadora entende o projeto por uma ótica em que o fato de todos os estudantes dessas escolas utilizarem os mesmos espaços e materiais ('usavam as mesmas coisas') e a mesma condição nutricional ('comiam a mesma comida') lhes traria uma 'igualdade de oportunidades' que o paternalismo não comportaria. Nesse sentido, perguntamos pela segunda vez, nesta seção: Tal situação evidenciaria uma 'cidadania assistida'?

Demo (1995), em obra intitulada "*Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*", busca classificar e diferenciar esses termos. A primeira, expressaria uma relação entre cidadão e governo baseada no clientelismo e no paternalismo, objetivando a manutenção e a adesão do público-alvo à ordem vigente. Se configuraria como a negação da própria cidadania. Já a segunda se caracteriza pelo "*atrelamento da população a um sistema sempre fajuto de benefícios estatutais*" (p. 07). Trata-se da opção pela assistência perante a emancipação.

Portanto, em nossa análise, o teor das críticas direcionadas aos CIEP e seus pressupostos pedagógicos, tanto pelo espectro político de direita ou de esquerda, principalmente pelo caráter assistencial, encaixa a experiência educacional liderada por Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e seu grupo enquanto uma política assistencialista, utilizando os conceitos de cidadania apresentados por Demo (1995) como estratégia de perpetuação de poder. Falemos um pouco mais sobre tais críticas.

Assim como os demais aspectos em que encontramos referências aos CIEP nas Atas da Câmara Municipal iguaçuana, não eram somente os defensores da política educacional brizolista que gastavam argumentos acerca da concepção pedagógica do PEE. Em ata do dia 16 de abril de 1986, o vereador Carlos Magno Gomes (PMDB) criticou os CIEP, alegando:

---

<sup>72</sup> TEIZE, Katia. Entrevista citada.

(...) que os mesmos não estão recebendo a quantidade de alunos como se anuncia. Disse que as escolas deveriam estar recebendo um melhor carinho por parte do Governo do Estado, pois estão caindo aos pedaços, como acontece no distrito de Mesquita [...] pondo em risco a vida das crianças que estão no interior das mesmas.<sup>73</sup>

No trecho, além do retorno da comparação entre a atenção dada aos CIEP e a dada às escolas regulares, vemos o pemedebista acusar que os “Brizolões” não estariam atendendo o número de crianças ao qual a política se propunha – mil estudantes por escola, em turno único. O atendimento, ora exaltado pelos defensores dos CIEP, agora é criticado, mas sem um aprofundamento, uma vez que o vereador não indica o quantitativo real de alunos atendidos pelos CIEP a que se refere.

Esse debate não ficou restrito ao 1º PEE. Apreendemos essa mesma crítica na ata do dia 25 de setembro de 1991, quando o vereador Moacyr de Carvalho (PT), falando sobre uma escola regular, disse que *“foi construído em cima desta escola um CIEP que só pode atender 400 crianças. [...] O CIEP é uma obra bonita, mas não é funcional”*. O atendimento aqui aparece atrelado à funcionalidade da escola em si. Uma construção complexa para atender “somente” 400 estudantes? Contudo, o CIEP em questão não é nomeado pelo vereador petista.

Da mesma forma, ainda no 2º PEE, no dia 26 de agosto de 1993, o vereador Derly Silveira (PT) disse *“que o projeto dos CIEPS, tão falado pelo Governador Brizola, precisa ser revisado, pois apesar da pomposa arquitetura, da altura parabólica, existem CIEPS que não tem papel higiênico”*.

Trata-se de uma crítica direcionada à estrutura dos CIEP através da exposição de uma contradição: como uma escola arquitetonicamente complexa – aspecto central para o funcionamento do projeto pedagógico ainda defendido no 2º PEE – permitiria a ausência de um item básico, como papel higiênico? Ademais, convém lembrar que a higiene dos estudantes atendidos pelo CIEP era também um aspecto importante da educação integral dos sujeitos defendida pelo projeto.

Assim como a defesa dos aspectos político pedagógicos do projeto dos CIEP, as críticas com essa temática também não se restringiram à Câmara iguaçuana. A matéria do dia 17 de junho de 1985 do jornal A Luta Democrática nos confirma isso.

---

<sup>73</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Imagem 30: Notícia veiculada em periódico de Duque de Caxias.

LUTA DEMOCRÁTICA

## "Brizolão" de Nova Aurora pode ser depredado por população revoltada

chidas por crianças que certamente não pertencem à comunidade local.

Na quarta-feira última, nossa reportagem esteve em Nova Aurora, respondendo a inúmeros apelos para que fôssemos sanhar de perto o clima de grande revolta que está espalhado entre todas as famílias que residem na área.

### QUISERAM INVADIR

Tão logo percebiam que havia chegado a reportagem de O PONTUAL, as pessoas iam chegando e muitas perguntavam se sabíamos informar quando seriam feitas as inscrições para o "Brizolão". Várias famílias residentes na mesma rua do "disco voador" reclamavam que não conseguiram fazer matrículas para os filhos. Uma mulher negra, de aspecto decidido, começou a falar: "Disseram pra gente que as matrículas seriam no dia 25 de maio e isso aqui ficou que nem uma feira, de tanto povo. Depois que esperamos umas quatro horas, vieram dizer que não era dia de matrícula, não. Todo mundo ficou revoltado e quiseram até invadir o Brizolão. Aí eles pediram que a gente se acalmasse e botaram até uma faixa dizendo que não tinha inscrição".

Outras mulheres, acom-

O CIEP de Nova Aurora, como os demais foram programados de forma a fudir a população pelo seu aspecto grandioso e promissor. Não passam de "melancias" que o Governador pendura ao pescoço como colares grotescos de sua carnavalesca propaganda. Muito afastado de nossa realidade, Brizola constrói junto às comunidades carentes, escolas que atendem a um pequeníssimo número de crianças, elitizando umas com prejuízo de milhares outras. No caso específico de Nova Aurora, apenas 570 crianças (provavelmente de fora) terão o privilégio de estudar enquanto mais de 9.000 (nove mil) ficam de fora, por quibertas diante de tamanha injustiça.

### UM ESTOPIM

Caso o Governador tivesse um pouco mais de lucidez (ouja que desconhece) veria a importância de construir escolas mais simples e em maior número, espalhadas de forma a atender a uma quantidade maior de crianças. Com o dinheiro que constrói uma de suas "melancias" (leia-se Brizolões) ele certamente construiria muitas outras escolas em alvenaria, mais aproximadas da realidade brasileira.

A reportagem em questão, ao noticiar revolta popular pela busca de vagas em um CIEP, dialoga com e confirma as críticas dos vereadores opositores. Com base nas indicações do jornal, averiguamos que se trata do CIEP 024 – Ministro Gustavo Capanema que hoje, além de pertencer ao território da cidade de Belford Roxo, está municipalizado.

Retornando às atas da Câmara iguaçuana e aos defensores do projeto dos CIEP na Casa Legislativa de Nova Iguaçu, mas ainda no interior dos debates acerca do aspecto pedagógico da proposta dos CIEP foi percebido, em meio aos defensores da política, um temor pela continuidade do projeto ao fim do primeiro e do segundo governo de Leonel Brizola. Assim, na ata do dia 07 de agosto de 1985, a vereadora Maria Ivete Pantaleão (PDT), ao falar sobre os CIEP, vislumbrou que *“após a saída do atual Governador, os mesmos serão levados ao abandono total”*.

A vereadora pedetista, demonstrando sua preocupação com a eleição estadual do ano seguinte, nos evidencia a vitória de Moreira Franco (PMDB) sobre Darcy Ribeiro (PDT), que representava a continuidade da política de Leonel Brizola, de quem era vice-governador de 1982 a 1985. A fala da vereadora se converte em uma previsão diante do tratamento relegado aos CIEP pelo novo governador, o que é também reverberado posteriormente nas atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, na imprensa e nas entrevistas com a comunidade local do CIEP 026, conforme vemos a seguir.

Nesse contexto, trazemos novamente a ata do dia 25 de setembro de 1991, na qual o vereador Sebastião Silveira (Partido não identificado), já findado o governo de Moreira Franco, confirmou as preocupações de Maria Ivete Pantaleão, ao afirmar que *“o Governo Brizola colocou para funcionar os CIEPS e o governo Moreira Franco é que desativou os CIEPS”*. A fala do vereador iguaçuano dialoga diretamente com o que era reverberado pelo próprio idealizador do projeto dos CIEP acerca do governo Moreira Franco, quando enfatiza: *“Como aconteceu quando Moreira Franco assumiu o governo, convertendo os CIEP em pocilgas”*. (RIBEIRO, 1991).

Realizando o cruzamento de fontes com base na organização e na classificação de dados do método hermenêutico-dialético de Minayo (GOMES, 2002), percebemos que a preocupação com a forma com que os CIEP seriam tratados nos governos posteriores aos de Leonel Brizola não ficou restrita a Câmara iguaçuana.

A funcionária, mãe de estudante e moradora da região do CIEP 026, Sandra Silva Henriques aparece novamente, dessa vez falando sobre o fim do 1º PEE, alegando que *“A desintegração foi na troca de governo. O governo que assumiu [Moreira Franco] já não apoiou tanto quanto na época do Brizola e do Darcy Ribeiro, que lutaram muito. [...] O fim dos programas foi gradativo e vem acontecendo até hoje”*. Sandra Henriques é corroborada por sua companheira de trabalho e vizinha, Maria do Carmo, que argumenta que:

Infelizmente o Moreira Franco começou a acabar com os CIEP. Era um plano lindo do Brizola. Nós tínhamos 1600 alunos, em 18 salas. Hoje nós temos 460 alunos, porque acabaram com turma, entendeu? [...] Foram acabando com o horário integral e foi desmoronando o CIEP.<sup>74</sup>

Os trechos revelam que o temor e a acusação de abandono dos CIEP direcionada a Moreira Franco pelos vereadores são confirmados e lamentados pela comunidade do CIEP 026. Contudo, segundo as entrevistadas, os ataques aos CIEP e a seu projeto pedagógico ocorrem até os dias atuais, com perdas significativas em seu atendimento, seja em quantidade (a citada redução no número de estudantes) ou em qualidade (fim do horário integral).

Em busca de reverberações acerca dos CIEP na transição entre o Governo Brizola e o de Moreira Franco, além da Câmara Municipal iguaçuana e da comunidade do CIEP 026, encontramos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional uma notícia do Jornal O Fluminense que aborda essa temática, na edição do dia 03 de junho de 1987.

**Imagem 31: Notícia veiculada no periódico O Fluminense.**

---

<sup>74</sup> HENRIQUES, Sandra. Entrevista Citada.



NOVA IGUAÇU

# Mães lutam contra o fechamento de Cieps

Nova Iguaçu — Inconformadas com "a política adotada pelo Governo do Estado de desativação do Programa Especial de Educação" mães de alunos dos Cieps da Baixada Fluminense vão fechar a Rodovia Presidente Dutra na altura do Km 13, na próxima sexta-feira.

A população está sendo convidada para o ato, que terá início às 8 horas. O movimento negro, entidades classistas e associações de moradores apóiam a manifestação, que é tida como o primeiro passo para uma mobilização popular que visa a pressionar o Governador Moreira Franco para autorizar o funcionamento dos vários Cieps, que já estão prontos, tanto na Baixada como no resto do Estado.

Além de pedirem a ativação dos "Brizolões" concluídos, as mães reivindicam a "contratação de pessoal de apoio, animação cultural e continuação do turno único". Protestam ainda contra "a redução da verba da merenda e a violência que estão submetidas nossas crianças".

Em São João de Meriti, um grupo de mães entregou à diretora do Núcleo de Ensino do Município, Elizabeth Kalil, um abaixo-assinado pedindo o início imediato das aulas em todos os Cieps já prontos. Até o momento, porém, não houve qualquer resposta positiva nesse sentido.

Elas denunciam também uma forte pressão para a desativação do Ciep José Bonifácio, na Avenida Automóvel Clube, em Vilar dos Teles, que foi o local por onde começou o movimento de defesa dos "Brizolões". A diretora Gésia de Oliveira tem dado todo o apoio às mães dos alunos e, por isso, corre o risco de ser exonerada. Se for confirmada a sua demissão, asseguram que acamparão no Ciep até que a decisão seja revogada.

O José Bonifácio é um dos oito "Brizolões" de São João de Meriti, que apesar de estarem concluídos, não estão tendo aulas. As mães temem que seus filhos, matriculados há meses, percam o ano letivo.

Fonte: Jornal O Fluminense de 03/06/1987. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=70874](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=70874).

A reportagem em questão nos traz a organização de uma manifestação de mães de estudantes de CIEP de Nova Iguaçu contra a não inauguração ou fechamento de CIEP prontos, por parte do Governo de Moreira Franco, na região da Baixada Fluminense. Além disso, o movimento das mães iguaçuanas ocorre em defesa não somente do funcionamento da escola em si, mas também pelos aspectos do projeto pedagógico original do PEE, como a "verba da merenda". Ademais, o apoio à luta e

abertura do CIEP e a alimentação de seus estudantes, dados pelo movimento negro e por associações de moradores, demonstram a demanda pela continuidade da política educacional brizolista na região, resultando em uma *“mobilização popular”* contra Moreira Franco e seu governo.

Dessa maneira, a atuação de setores da sociedade civil em defesa dos CIEP representa uma resposta às acusações de que os CIEP buscavam e demandavam uma cidadania fundada no assistencialismo. Ainda com base nos conceitos de Demo (1995), a atuação autônoma e orgânica desses grupos “desapossados” do campo político institucional pela defesa da política educacional em questão pode se caracterizar – em nossa análise – como o exercício de uma cidadania que busca a emancipação.

Tal conceito se relaciona à promoção comunitária, que se funda no direito de participação política e elaboração de uma consciência crítica e capacidade de atuação autônoma, alternativa e organizada. Entretanto, ainda segundo Demo (1995), *“órgãos assistenciais podem também tratar de questões emancipatórias, desde que saibam distinguir e promover a diversidade das lógicas”* (p. 96). Ao que nos indicam as fontes, esse é o caso dos defensores dos CIEP. Uma política pública educacional, de acordo com seus críticos, assistencialista, mas que gerou uma luta pela emancipação em seu público-alvo.

De volta às fontes, dentre os vereadores iguaçuanos, a comunidade do CIEP 026 e mães de estudantes, a preocupação dos defensores dos CIEP não se restringiu a transição do governo de Leonel Brizola para o de Moreira Franco, sendo encontradas recorrências ainda dentro do recorte temporal desta pesquisa.

A ata legislativa do dia 4 de abril de 1995, por exemplo, na transição de Leonel Brizola para Marcelo Alencar (PSDB), nos traz a revolta de tais vereadores alcançando o seu ápice. Nesse dia, é votada uma *“moção de repúdio ao Governo Estadual, em virtude do término do Projeto de Educação Integral – CIEP”*<sup>75</sup>.

Fomentando o debate, na ata do dia 4 de abril de 1995, encontramos o vereador Derly Silveira (PT) argumentando que *“a possível extinção do Projeto de Educação*

---

<sup>75</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

*Integral dos CIEPS, poderá deixar pelo menos 9 mil alunos sem estudar na Baixada Fluminense.”*

Tais fontes nos revelam, em parte, o tratamento relegado aos CIEP pelos sucessores de Leonel Brizola no governo do estado do Rio de Janeiro. No último trecho destacado, a fala do vereador petista – o que evidencia que a defesa dos CIEP ia além do PDT – nos releva as consequências do abandono de tal política pública educacional. O mesmo vereador nos indica, inclusive, que a crise no setor educacional vai além da questão CIEP, atingindo também os profissionais da educação. A Câmara Municipal de Nova Iguaçu, através de seus vereadores, aparece então como um dos locais de resistência e defesa dos CIEP, mesmo após o fim do 1º e do 2º PEE.

Essa situação, se analisada pela ótica da teoria dos campos de Bourdieu (1989) – na dimensão do campo político, que se tornou uma de nossas referências neste estudo – nos possibilita inferir que a intensidade das disputas inerentes ao campo político institucional varia de acordo com o que era debatido. Como o objeto debatido em questão era uma política pública educacional complexa em seus pressupostos e implementação, o debate acerca dos CIEP se prolongou para além do período de vigência do 1º e do 2º PEE, transbordando inclusive as barreiras institucionais do campo político. Conforme nos indicam as fontes, tanto a Câmara Municipal quanto a imprensa, nas próprias escolas e até mesmo nas ruas, estavam permeadas por essas disputas, que perpassavam e ainda perpassam temáticas como o funcionamento, a manutenção e o legado dessa experiência educacional.

Com esta última reflexão, reforçamos nesta seção que a preocupação com os aspectos pedagógicos do 1º e 2º Programa Especial de Educação está presente nos três tipos de fontes trazidas e analisadas em nosso estudo pesquisa: as atas da Câmara Municipal iguaçuana; a imprensa e a comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula. São destacados, entre críticas e defesas, aspectos inerentes à materialização dessa proposta – os CIEP –, principalmente no que se refere ao atendimento das classes populares e à concepção de proteção a seus estudantes, evidenciando uma visão de educação escolar mais ampla. Na sequência, buscamos sintetizar os pontos abarcados em cada uma das seções que compõe este capítulo, no sentido de pensarmos a respeito do projeto de educação e de sociedade que o programa dos CIEP trouxe à baila no estado do Rio de Janeiro.

### 3.5 Nova Iguaçu e a chegada' dos CIEP: ações e reações locais a um projeto de educação e de sociedade?

A partir das recorrências trazidas neste trabalho e do cruzamento de fontes como Atas, entrevistas e imprensa, constatamos que muitos dos debates que ocorriam na Câmara reverberavam na imprensa e no restante da sociedade, assim como as notícias de imprensa relacionadas ao governo estadual eram levadas à discussão na Casa Legislativa iguaçuana. Em Bourdieu (1989), tal constatação indica, novamente, que os discursos dos vereadores em questão eram respaldados e encontravam setores da sociedade que se identificavam com eles – tanto no sentido de reforçá-lo, quanto para contestá-lo. E quando o assunto debatido era a política educacional brizolista, não era diferente.

Na ata do dia 16 de maio de 1985, por exemplo, o vereador Edson Lopes (PDT) disse que o governador *“prometera ter e fazer um governo voltado para as crianças e para a educação, o que vem cumprindo”*, e *“avaliou os gastos dos Brizolões, comparando-os com o da construção de prédio público que representa o dobro, embora o aspecto social seja muito menor.”*

Nestes trechos, o vereador pedetista exalta a política educacional de Brizola, reforçando que os CIEP teriam um *“aspecto social”* elevado. Tal discurso, bem como a análise das atas da Câmara de Nova Iguaçu das seções anteriores – versassem sobre a construção, o aspecto financeiro ou o projeto pedagógico –, sinalizam uma tendência que parece se repetir nos discursos dos defensores: os prédios dos CIEP eram encarados como uma tecnologia a ser instaurada – no escopo desta pesquisa – em Nova Iguaçu. E, ainda segundo os vereadores iguaçuanos, essa tendência não se restringia a eles e à Câmara Municipal.

Ao menos é isso o que garante o vereador Ataíde Lemos (PDT), na ata do dia 22 de maio de 1985, ao dizer que:

Hoje, às 7 horas da manhã, recebera uma comissão de moradores, com 39 pessoas, em sua residência, que lhe foram agradecer pelo esforço

que vem desenvolvendo no sentido de levar para Heliópolis um dos 'Brizolões' que serão construídos na Baixada.<sup>76</sup>

Da fala do pedetista - levando-a como verídica, percebemos que, ao se organizarem para agradecer ao vereador pela conquista de um CIEP para a comunidade, os moradores de Heliópolis revelam o seu intenso desejo de receber a política educacional de Brizola. No caso, o CIEP em questão seria o CIEP 112 Monsenhor Solano Dantas Menezes, localizado em Heliópolis, que na terceira década do século XXI pertence a Belford Roxo. A demanda por CIEP, portanto, não estava restrita aos políticos locais.

Além das atas da Câmara, o desejo e a defesa dos CIEP pelos "desapossados" são encontrados também no referencial teórico utilizado aqui, quando Lobo (2019) nos alerta para a demanda por CIEP enfatizada pelas organizações de bairro de Nova Iguaçu, assim como em outra fonte abrangida por esta pesquisa, como é percebido, por exemplo, na notícia do jornal O Fluminense, do dia 03 de junho de 1987, a qual trouxemos a este trabalho e abordamos na seção anterior, especificamente à página 160.

A fonte em questão nos traz mães de estudantes de CIEP protestando contra a política de fechamento de uma dessas escolas pelo governo de Moreira Franco e trata-se de uma mobilização orgânica por parte do público-alvo, em defesa da abertura e funcionamento dos CIEP e de seus pressupostos pedagógicos. Em uma tentativa de articular tal situação a nosso referencial teórico, é possível inferir que a demanda por escolas de qualidade se fazia presente na localidade, e que a possibilidade de concretização dessa demanda, vislumbrada pela população, interferiu no campo político e nas interseções desse campo com outros campos que lhe são correlatos.

Neste caso específico, referimo-nos à divulgação do fato pela imprensa. Essa perspectiva abre caminho para que compreendamos as relações que se estabelecem entre agentes de campos diferenciados, no sentido de encaminhar projetos e propostas que evidenciem processos de cidadania assistida ou, ainda, emancipada, como vimos anteriormente. Afinal, como diz Demo (1995):

---

<sup>76</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

O processo emancipatório constitui um fenômeno profundo e complexo, de teor tipicamente político, e que supõe, concretamente, a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino (p. 133)

Tal percepção por parte do público-alvo – como indica a fonte em questão – volta a aparecer em mais uma de nossas fontes. Além da imprensa, nas entrevistas realizadas com a comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula, também são encontradas defensoras da política educacional do governo pedetista. Maria do Carmo, secretária do CIEP 026, por exemplo, mãe de ex-alunos e moradora da comunidade, acerca da chegada do CIEP em sua região disse que:

Ela foi muito bem aceita pela população, porque isso já era reivindicado há muito tempo. As herdeiras desse terreno doaram para a prefeitura, que doou para o estado. E o povo fez manifestação para que trouxesse um CIEP para a gente. Inclusive eu estava nessa manifestação.<sup>77</sup>

No exemplo do CIEP 026, que dista mais de 11 quilômetros do CIEP 112, citado na fonte anterior, constatamos mais uma manifestação popular positiva em relação a essa política educacional. No CIEP 112, temos a reivindicação e o conseqüente agradecimento pela chegada da nova escola, enquanto no CIEP 026, era a busca pela construção do CIEP na região. Nos dois casos, inferimos e encontramos situações em que a cidadania emancipada se fez presente nos protestos e manifestações da população local, a partir da ‘assistência’ do governo, ao incluir aquelas localidades em seu plano de construção de CIEP.

Ainda sobre a chegada deste CIEP 026 ao bairro Jardim Palmares, a funcionária Sandra Silva Henriques constata que

No início era muito bom para a comunidade porque havia carência, tanto é que, quando foi implantado o CIEP aqui, teve muita procura, havia muito aluno, assim como ainda há a necessidade. [...] Uma região bem carente que apoiou bastante. Gostou muito mesmo, até por conta do horário integral que ajudou muito a comunidade.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> CARMO, Maria Do. Entrevista Citada.

<sup>78</sup> HENRIQUES, Sandra. Entrevista Citada.

A fala em questão, entre outros 'benefícios' que o CIEP trouxe para a comunidade, evidencia um aspecto que nos interessa destacar: a defesa do 'horário integral', que 'ajudou muito a comunidade'. Mesmo que não tenhamos dados suficientes para interpretar essa ajuda, é possível pressupor que a ideia de 'proteção social' se capilariza nesse discurso – esteja essa proteção articulada a questões mais amplas (como o fato das famílias confiarem as crianças a um espaço que lhes parece adequado, enquanto trabalham), seja relacionada ao próprio processo pedagógico (a ampliação da jornada escolar como forma de ampliar a formação da criança, por meio de outras atividades educativas que podem acontecer no espaço escolar).

Corroborando com sua companheira de CIEP, a coordenadora pedagógica Katia Teize, também sobre a chegada da escola na região, reforçou que:

Era um terreno que foi doação e que a comunidade lutou para conseguir construir. A gente não tinha asfalto, a gente não tinha ônibus aqui. Isso tudo foi acompanhando a chegada do CIEP. A escola veio trazendo esses benefícios para a comunidade. A gente brinca muito dizendo que viu todas as casas serem construídas.<sup>79</sup>

A fala das funcionárias do CIEP 026 nos trazem a percepção do que a chegada daquela escola significava para a localidade. Para além disso o CIEP, apoiado pela comunidade, seria o responsável por levar outros benefícios para o local. Após sua construção, chegou o asfalto, o ônibus e viu-se 'todas as casas serem construídas'... Em outras palavras, há um avanço qualitativo na vida da população que vive no entorno desses Centros Integrados.

Inferimos, assim, que há percepções diferenciadas sobre a relevância da construção dos CIEP em algumas comunidades do município. Para alguns, essa 'chegada' significa melhoria geral das condições do local; para outros, uma possibilidade de proteção social para as crianças que frequentam aquele espaço; para outros, ainda, a emergência de um processo formativo mais qualitativo e, talvez, mais emancipatório do que a educação escolar oferecida em outras instituições públicas de ensino.

---

<sup>79</sup> TEIZE, Katia. Entrevista Citada.

Perspectiva aproximada a um desses aspectos é encontrada, novamente, nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu quando, no dia 29 de abril de 1986, o vereador Iram Lemos (PDT), sobre a construção de um CIEP no município iguaçuano, disse que:

(...) onde as crianças brincavam anteriormente nos montes de lixo em que eram atirados corpos na lixeira [...] hoje essas mesmas crianças tem o seu café, o seu almoço, o seu lanche e a sua janta, além de assistência médica.<sup>80</sup>

Assim, com base nas fontes elencadas, para além de seus principais atributos pedagógicos já abordados aqui, da mesma maneira que pensavam os idealizadores e defensores da política no interior do campo político, a construção de um CIEP era encarada pela comunidade enquanto uma tecnologia desejada e que, pela natureza de sua estrutura e atendimento, gerou a chegada de outras “tecnologias” infraestruturais, alterando o panorama das localidades que os recebiam.

A estrutura/tecnologia dos CIEP aparece novamente nas atas iguaçuanas do dia 26 de agosto de 1993, mas dessa vez de forma pouco positiva. O vereador Derly Silveira (PT) argumenta por uma revisão do projeto, na medida em que, “[...] apesar da pompa da arquitetura, da altura parabólica, existem CIEP que não tem papel higiênico”, apontando uma ambiguidade na arquitetura, que considerava megalomaníaca, e os problemas internos do próprio projeto.

Entretanto, a importância dos CIEP enquanto infraestrutura para o local em que ele era construído foi percebida também nas fontes de imprensa, como no exemplo abaixo, de notícia veiculada pelo jornal O Fluminense, no dia 10 de fevereiro de 1988:

**Imagem 32: Notícia veiculada no periódico O Fluminense.**

---

<sup>80</sup> Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.



## Mais um corpo resgatado em N. Iguaçu

Nova Iguaçu — O Município de Nova Iguaçu ainda sofre os efeitos do forte temporal que atingiu a cidade na terça-feira. Ontem, no segundo dia de busca, os bombeiros resgataram no bairro Baby, em Belford Roxo, o corpo de Ângela Maria dos Santos, 29 anos. Em Mesquita, a situação ainda é dramática e, no Ciep da Chatuba, subiu para 300 o número de flagelados.

A Legião Brasileira de Assistência enviou ontem para o local, leite em pó, sopa e mingau. Duas assistentes sociais estão fazendo o cadastramento dos desabrigados para ver a real situação de cada família, a fim de providenciar colchões, material de construção, roupas, alimentos e medicamentos.

A situação no Ciep é precária, conforme informou a diretora Vera Lucia Pinho de Andrade. Em virtude das férias escolares, a despensa está vazia e a água da escola, com o temporal, foi contaminada. A situação só não está pior, segundo ela, pois a comunidade vem colaborando com

doações. A diretora confirmou que os flagelados serão transferidos para a Escola Estadual D. Pedro I.

Entre os abrigados no Ciep, esta inclusive o perito João Valentino, da 52ª Delegacia (Nova Iguaçu), que ao lado da esposa e dois filhos, lamentava a situação dramática em que se encontra. O perito, morador nas proximidades do Ciep, só conseguiu salvar uma televisão e uma máquina de escrever.

Ainda em Mesquita, na Rua Emilio Guadalu, os moradores transformaram um terreno baldio, num verdadeiro cemitério de sofás, camas e colchões destruídos pela enchente. A Rua Bernardino de Melo esteve parcialmente interditada pelos entulhos, que até o final da tarde não haviam sido recolhidos.

No depósito do supermercado Cristal, na Avenida Castelo Branco, 1.117, que foi saqueado na quarta-feira, dezenas de pessoas disputavam sacos de arroz e feijão, estragados com a inundação.

Fonte: **Jornal O Fluminense de 10/02/1988.** Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=70874](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=70874).

Nesse trecho de reportagem, encontramos um CIEP sendo utilizado como abrigo para vítimas de enchente. Era o CIEP 034 – Nelson Cavaquinho, localizado no bairro da Chatuba, no distrito de Mesquita – então Nova Iguaçu, já citado em uma ata da Câmara iguaçuana e em outra fonte de imprensa neste trabalho. A calamidade retratada foi a histórica enchente que atingiu o estado do Rio de Janeiro e principalmente a Baixada Fluminense, no verão do ano de 1988, deixando dezenas de vítimas fatais e milhares de desabrigados por onde passou.

Trata-se, portanto e novamente, de um CIEP sendo utilizado como solução emergencial para um problema relacionado com a infraestrutura de sua localidade, já

no governo de Moreira Franco. Ao abrigar e dar palco a ações de assistência social para as mais de 300 vítimas encontradas ali, a estrutura do CIEP foi, nesse contexto, vital para a sua região.

34 anos depois da catástrofe em questão e 28 anos após o fim do 2º PEE, a estrutura de um CIEP é novamente utilizada como solução diante de um quadro emergencial. Com a permanência pelo terceiro ano seguido da pandemia de COVID 19 no Brasil e no mundo, a necessidade de centros amplos – que possibilitem a circulação do ar e o distanciamento social – para o atendimento de pessoas com sintomas da doença fez com que o CIEP Nação Rubro Negra, municipalizado pela prefeitura do Rio de Janeiro e localizado no bairro do Leblon, fosse utilizado como uma estrutura importante para além dos fins educacionais – neste caso, de saúde pública. Mais uma vez, bem como no exemplo das enchentes da década de 1980, o prédio do CIEP foi uma instituição vital para a infraestrutura e o bem coletivo.

**Imagem 33: Notícia veiculada no periódico O Dia.**

RIO DE JANEIRO

## Ciep Nação Rubro Negra no Leblon será oitavo centro de atendimento a sintomas de covid no Rio

Centros atenderão pessoas com sintomas como febre, calafrio, tosse, coriza, dor de garganta, dor de cabeça, alteração no olfato ou paladar, e realizarão também testagem para covid-19, conforme indicação médica.

WhatsApp Facebook Twitter Print Email SICA O BIAHO GOOGLE NEWS



Ciep Nação Rubro-Negra no Leblon, será centro de atendimento a síndrome gripal  
Reprodução/ Google Street View

+LIDAS

1

Fonte: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/01/6311761-ciep-nacao-rubro-negra-no-leblon-sera-oitavo-centro-de-atendimento-a-sintomas-de-covid-e-gripe.html>

Essa estrutura/tecnologia, por sua vez, em seus pressupostos políticos e pedagógicos representados principalmente no Livro dos CIEP de 1986, e no Novo Livro dos CIEP de 1995 (já analisados neste trabalho), apresentava um projeto de sociedade específico, sendo a concretização da política brizolista para o estado do Rio de Janeiro.

Tal perspectiva também circulava pela Câmara Municipal iguaçuana. Na ata do dia 01 de agosto de 1985 – já abordada anteriormente – o vereador Iran Lemos (PDT), ao dizer que o Governador “*tem procurado terminar com a fome das crianças, organizando a miséria no setor da Educação*” nos leva a perceber que tal projeto de sociedade pode ser identificado em seu discurso de defensor do PEE, nos revelando

que, segundo este projeto, a miséria seria combatida através da Educação. Que projeto de sociedade seria esse?

Ribeiro (1995) nos indica que:

O CIEP é um projeto político e pedagógico no qual podemos ver realizados alguns princípios muito caros aos socialistas: a prioridade concedida à educação, a valorização da escola pública, um processo corajoso de discriminação positiva relativamente às crianças das classes populares e ainda uma pedagogia centrada na criança, no seu desenvolvimento, no diálogo com sua cultura (p. 222).

Além disso, nas atas da Câmara, no dia 18 de agosto de 1987, o vereador Edson Lopes (PDT), sobre a administração do então governador Moreira Franco, alega que, ao abandonar o projeto educacional do governo anterior e os CIEP, o novo governo *“não tem compromisso com qualquer setor, pondo de lado a mulher, o negro, apoiando e comprometendo-se com os donos de bancos, negociantes, os magnatas, com grandes empresários.”*

Evidencia-se nas fontes em questão, que o ataque ao CIEP era entendido por seus defensores como um ataque ao projeto de sociedade que ele representava. Portanto, ao abandonar uma política de atendimento aos filhos da classe popular e o combate à miséria, o governo pemedebista estaria abandonando os marginalizados sociais – “a mulher, o negro” – e favorecendo as elites, como “donos de bancos” e “empresários”. O ataque ao CIEP seria, por essa perspectiva, como um ataque direto ao seu público-alvo.

A partir dessas constatações e apesar das críticas inerentes às disputas do campo político fluminense e iguaçuano, podemos inferir que a defesa da política educacional pedetista e do projeto de sociedade inerente a ela parte de seus idealizadores e seus defensores, no interior do campo político e chega até o público-alvo do PEE, seja entre as funcionárias dos CIEP, mães e pais de estudantes e a comunidade que rodeava a escola como um todo.

O público-alvo, por sua vez, exerciam sua influência na política educacional em questão através da exposição do projeto – na chamada fase de implantação de uma política pública (JESUS, 2014). Assim, o projeto de sociedade que dá corpo ao

Programa Especial de Educação se constrói entre os agentes do campo político, mas também entre os 'estrangeiros' a esse campo, o público-alvo dessa política.

Essa permeabilidade da participação e da defesa do PEE e de seu projeto de sociedade no público-alvo é mais uma vez perceptível em nossas fontes. O vizinho do CIEP 026, Juvêncio Abraão da Silva, retorna a esta pesquisa dizendo que

Toda reunião que tinha aqui eles mandavam um ofício me convidando. Era um participante ativo. [...] Botaram até meu nome na biblioteca. [...] Quando faltava luz, eu dava um jeito. A manutenção era feita pela empresa, mas nunca mandava funcionário. Dava um problema na cozinha, eu ajeitava. Não tinha água, tentava também. Era por causa das crianças, porque a maioria dos alunos vinha mais por causa da comida, em casa eles não tinham.<sup>81</sup>

Buscamos ainda levar a entrevista para o aspecto do impacto do projeto do CIEP na comunidade. Sobre isso, Juvêncio Abraão nos disse que:

O que mudou para mim foi a alegria de ver as crianças estudando, a comunidade tendo oportunidade de usar o espaço. [...] Hoje pouca gente usa, mas foi muito usado. A primeira festa realizada aqui foi o casamento da minha filha, eu requeri o espaço e eles me cederam, me senti recompensado. Sempre que necessito se eu venho aqui ainda sou recompensado. Botaram até o meu nome na biblioteca.<sup>82</sup>

Nos trechos, o entrevistado nos revela que a comunidade costumava utilizar o espaço e, para dimensionar o nível e o tipo de envolvimento entre a comunidade e o CIEP, nos relata que, como uma recompensa aos serviços prestados por ele para a escola, o casamento de sua filha foi realizado naquele terreno, em um evento que, certamente, contou com a participação de parte da comunidade. Além disso, o entrevistado nos revela uma outra 'recompensa' ainda maior, através de uma homenagem: a biblioteca da escola, tão importante para o projeto pedagógico e para a arquitetura de um CIEP, passou a levar o seu nome, Juvêncio Abraão da Silva.

Entretanto, suas ações em prol do funcionamento e manutenção da escola não eram realizadas em busca de favorecimento pessoal e familiar ou de homenagens,

---

<sup>81</sup> SILVA, Juvência Abraão da. Entrevista Citada.

<sup>82</sup> SILVA, Juvêncio Abraão da. Entrevista Citada.

como dar nome a biblioteca do espaço. Segundo Juvêncio Abraão, o que lhe levava a participar tão intensamente da chegada e da permanência do CIEP 026 – São Vicente de Paula *“era por causa das crianças, porque a maioria dos alunos vinha mais por causa da comida, em casa eles não tinham”*.

Nesse sentido, as fontes desta pesquisa não revelaram uma tendência. Com base na análise do arcabouço teórico produzido pelos idealizadores do 1º e 2º Programa Especial de Educação e a construção/defesa desse mesmo projeto nas atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, nas entrevistas realizadas e nas notícias de jornais elencadas, temos como hipótese que o projeto de sociedade representado e pretendido pelos CIEP foi não somente defendido, como também construído sob a tutela dos idealizadores e vereadores pedetistas de Nova Iguaçu e sob a influência do público-alvo da política educacional, representados neste trabalho pela comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula, além dos grupos abordados na imprensa, como mães de estudantes e outros movimentos sociais.

Finalizando esta seção e, de certo modo, este capítulo, acreditamos que as ‘ações e reações locais’ à construção e implantação dos CIEP no município de Nova Iguaçu representa e materializa tanto apoios e defesas, quanto embargos e ataques a um projeto de nação que tinha, como um de seus fundamentos, a possibilidade de construir uma sociedade mais emancipada – por meio da assistência enquanto direito que poderia levar a essa emancipação. Na mesma direção, sua proposta de educação buscava construir e consolidar tal projeto – e, para tanto, o CIEP – edifício monumento à educação pública - se evidenciou como símbolo dessa ‘utopia possível’ (FARIA, 1991).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das páginas que materializam nossa pesquisa, abordamos uma política educacional estadual complexa como a do Programa Especial de Educação do estado do Rio de Janeiro – focando, especificamente, os Centro Integrados de Educação Pública (CIEP) – e a sua implantação em uma região periférica como a Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, optamos por um recorte temporal que vai de 1982 até 1995 para que abarcássemos as duas fases de implantação dos CIEP e ainda contextualizássemos os seus antecedentes e sucedentes, sendo sempre guiados por nossas fontes e referenciais teóricos.

Assim, buscando o nosso objeto nas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, na imprensa fluminense e nas entrevistas realizadas com a comunidade do CIEP 026 – São Vicente de Paula, objetivamos entender o projeto dos CIEP, acompanhar a implantação dessas escolas em Nova Iguaçu e perceber as reações da sociedade iguaçuana à chegada do PEE e da escola de tempo integral à municipalidade, visando descrever e compreender como esse projeto e sua implantação foram recebidos e entendidos em Nova Iguaçu.

Nesse caminho, em nosso primeiro capítulo focalizamos o contexto da redemocratização política do início da década de 1980 após o período ditatorial, que, no Rio de Janeiro, ficou marcado pela vitória de Leonel Brizola (PDT) para o governo do Estado, no que seriam as primeiras eleições livres depois de décadas de ditadura, em 1982. Abordamos a política fluminense pré-Brizola, a criação do PDT e a formação do grupo político que governaria a partir de 1982 e, principalmente, nos detivemos na principal política pública idealizada e implementada por esse grupo – o Programa Especial de Educação –, bem como o debate gerado pelo seu impacto no estado.

Já no segundo capítulo, adentramos Nova Iguaçu para abordar territorial e administrativamente a construção dos CIEP na cidade. Antes, contudo, se fez necessária uma seção acerca da história do município até o nosso recorte temporal, devido às alterações territoriais ocasionadas pelas emancipações sofridas por Nova Iguaçu da década de 1980 até a década de 2020, na qual esta pesquisa foi realizada.

Assim, foram abordadas no capítulo as construções de CIEP na região que correspondia a Nova Iguaçu naquele momento e como as emancipações foram tirando CIEP da cidade, além de boa parte de seu território original.

Por fim, no terceiro e último capítulo, trouxemos análises mais aprofundadas sobre as recorrências do objeto de estudo nas fontes que compuseram este trabalho. Os debates presentes nas três fontes principais acerca da temática eram tão intensos e ricos em conteúdo, que optamos por separá-los em categorias que, na sequência, compuseram três seções, ao longo do capítulo.

Dessa forma, a primeira seção nos serviu de contextualização da temática nas fontes, enquanto na segunda foram alocados os debates que percorriam a questão da construção dessas escolas em Nova Iguaçu, sendo discutida, além da obra e da arquitetura em si, especialmente a questão das negociações e da escolha dos terrenos que receberiam os CIEP. Nela, além de algumas críticas ao local de escola para as construções, vimos como o grupo político pedetista em Nova Iguaçu agiu em prol da chegada dessas escolas na região, notadamente dominada pelo PDT, na medida em que o prefeito Paulo Leone também pertencia ao mesmo grupo.

Essa ação coletiva pôde ser demonstrada, por exemplo, (1) na ata do dia 21 de maio de 1985, quando é dito na Câmara iguaçuana que alguns vereadores da bancada pedetista *“estiveram reunidos com o Prefeito Paulo Leone, quando trataram de assunto para a liberação de algumas áreas de terra para a construção de novos ‘Brizolões’*”; bem como (2) na ata do dia 12 de agosto de 1986, quando o pedetista Edson Lopes fala sobre a *“sua cooperação na implantação de alguns CIEPS em Mesquita, na Chatuba, Banco de Areia e outros locais”* sendo imediatamente rebatido por Hilton Neves (PMDB), que disse que *“o vereador que conseguiu a colocação de dois ‘Brizolões’ em Santa Rita foi o vereador Candido Augusto (PDT), não o vereador Edson Lopes (PDT), como o mesmo propaga”*; além de aparecer também (3) nas entrevistas com a comunidade do CIEP 026, quando Juvêncio Abraão nos contou que

(...) Surgiu uma vereadora [Maria Ivete Pantaleão] que queria fazer um trabalho aqui e pediram a minha ajuda. Ela perguntou o que o bairro precisava e eu comecei a dizer. Quando terminou, ela pediu para que fizesse um novo ofício requerendo as melhorias no bairro junto à



prefeitura. [...] Quando ela chegou na prefeitura, encontrou esse projeto do CIEP e implantou um aqui.<sup>83</sup>

É perceptível, dessa maneira, como a conquista de CIEP era um trunfo importante para o capital político social daqueles vereadores, capital que, em diálogo com os outros tipos de fontes, era legitimado pelos “desapossados” - o público-alvo da política brizolista. O caso mais destacado desta lógica nos debates presentes na Câmara Municipal iguaçuana é o de Cândido Augusto Ribeiro Neto, vereador iguaçuano que, depois de tão intensa defesa da política educacional de seu Partido, virou CIEP, visto que o CIEP 394 – localizado no bairro de Rosa dos Ventos (URG Comendador Soares) e inaugurado em Nova Iguaçu no 2º PEE – leva o nome do vereador pedetista.

Entretanto, nessa seção, novamente em diálogo com as ideias de Bourdieu (1989), dessa vez acerca das disputas internas inerentes aos componentes de um mesmo grupo no campo político, essa predominância de pedetistas no legislativo e executivo municipais e no executivo estadual não garantiram uma homogeneidade no debate sobre os CIEP. Foram revelados conflitos que, tendo como uma das principais causas a concessão ou não de terrenos para a construção de CIEP, levaram a um ‘racha’ na fração municipal do partido, que culminou na ida de Paulo Leone e alguns vereadores para outra sigla.

Tal situação nos indicou, novamente, a heterogeneidade do debate acerca dos CIEP naquele momento, o que é apresentado e intensificado na terceira seção do capítulo, quando focalizamos os confrontos que tocavam na questão do financiamento da política educacional brizolista, como no dia 09 de abril de 1986, em que Antônio Fernandes (PDS) alega que *“os ‘Brizolões’ estão sendo os causadores de grande gasto sem utilidade”*.

Nesse sentido, uma vasta gama de defesas e críticas ao custo de implantação e manutenção das novas escolas foram verbalizadas por vereadores opositoristas na Câmara iguaçuana, em um diálogo perceptível com as críticas encontradas na imprensa e no campo acadêmico especializado, onde os CIEP eram figuras

---

<sup>83</sup> SILVA, Juvênia Abraão da. Entrevista Citada.

garantidas em nosso recorte temporal e após ele – como comprova este mesmo trabalho.

Já na seção 3.4, a análise trazida se centra nos debates acerca da concepção pedagógica dos CIEP entre vereadores iguaçuanos, imprensa e público-alvo. Entre críticas e defesas aos aspectos da política em questão, percebemos a recorrência do caráter assistencial - por vezes compreendido como assistencialista - sendo evidenciado, seja pelo grupo pedetista, seja pelos opositores. Nessa construção analítica, trazemos o referencial teórico de Demo (1995) acerca da diferenciação entre uma visão assistencialista e outra, de cunho assistencial, além da possibilidade de encontrarmos visões emancipadoras para uma mesma política de governo. Constatamos que, muitas vezes, a concepção assistencial predominou nessa proposta educacional, mas também que houve momentos em que a cidadania exercida pelas comunidades se fez emancipada, apontando demandas e reivindicando alternativas a suas necessidades.

Dessa forma, aspectos como o atendimento “mais humano” às classes populares e a alimentação desses estudantes, marcadamente característicos dos CIEP, são intensamente trazidos à Câmara Municipal iguaçuana e constroem diálogo com as outras fontes, nas quais encontramos especialmente a defesa da política educacional brizolista por parte dos “desapossados”, o que nos levou a vislumbrar que essa defesa ia além dos políticos pedetistas, ultrapassando os limites do campo político institucional.

Por fim, na quinta e última seção do capítulo 3 nos coube realizar um balanço final acerca das reações da sociedade iguaçuana aos CIEP. Assim, através da análise e do cruzamento das fontes, entendemos que essas novas escolas, em sua estrutura arquitetônica e pedagógica, eram encaradas pelos seus defensores como uma tecnologia a ser conquistada pela comunidade. Tal tecnologia, nas palavras do vereador Edson Lopes (PDT), na ata do dia 16 de maio de 1985, possuía um “*aspecto social*” maior do que os outros prédios.

Desta maneira, a região escolhida para receber o projeto teria a sua realidade alterada de forma significativa, não somente pedagogicamente, mas também em seu aspecto social e econômico, como no exemplo das obras estruturais ocasionadas pelo CIEP 026, de acordo com o relato da coordenadora pedagógica Katia Teize – que é

confirmado pela Imagem 25, na página 97, quando, sobre a chegada da escola na comunidade, ela diz que:

A gente não tinha asfalto, a gente não tinha ônibus aqui. Isso tudo foi acompanhando a chegada do CIEP. A escola veio trazendo esses benefícios para a comunidade. A gente brinca muito dizendo que viu todas as casas serem construídas.<sup>84</sup>

Para além dessa exemplificação, o nível de recorrência e reverberação recíproca presente entre os debates realizados na Câmara iguaçuana nos permitiu constatar que, além do movimento de busca por legitimação popular nos discursos dos vereadores, esses debates projetavam influência entre os campos. Dessa forma, concluímos a seção e o capítulo com a hipótese de que o projeto de sociedade defendido pelos idealizadores da política educacional que tinha nos CIEP a sua concretização – abordado ainda no nosso primeiro capítulo – foi recebido pela sociedade iguaçuana e, para além de algumas críticas e defesas, foi por ela influenciado e, conseqüentemente, construído.

Tal hipótese se intensifica quando observamos os períodos finais do 1º e 2º PEE – principalmente no primeiro caso, com o início do Governo de Moreira Franco – quando vemos vereadores e público-alvo se manifestando pela retomada ou ativação dos CIEP, nos diferentes campos sociais abordados.

Em nossa análise, o conceito de campo de Pierre Bourdieu se configurou como o principal referencial teórico, especificamente no que diz respeito ao campo político. Com base nele, analisamos o comportamento do campo político iguaçuano no contexto da chegada de uma política pública educacional complexa como a dos CIEP. Como componentes desse campo, percebemos as reações dos “apossados” – representados aqui pelos vereadores iguaçuanos – e os desapossados – a comunidade iguaçuana.

A recorrência das temáticas, os diálogos e as afinidades percebidas entre esses dois grupos por meio das fontes utilizadas nos permitiram vislumbrar que tratou-se de um processo de implantação organizado pelos “apossados” daquele campo

---

<sup>84</sup> TEIZE, Katia. Entrevista Citada.

político – idealizadores e vereadores –, mas sob a frequente influência dos “desapossados” – o público-alvo da política.

Partindo do pressuposto e da comprovação de que o projeto do PEE, por sua natureza política, espelhava em si um projeto de sociedade, nos coube concluir que esse nível de diálogo entre as fontes e influência entre os grupos do campo político demonstra que esse projeto era influenciado e também construído pelo público-alvo, principalmente nas manifestações encontradas pela descontinuidade do projeto, representada pelas alternâncias do grupo político à frente do Estado, em nosso recorte temporal.

Dessa maneira, nosso trabalho tratou de analisar uma política pública educacional com magnitude tamanha que ultrapassou limites geográficos – influenciando outras políticas educacionais pelo território brasileiro – e temporais – reverberando intensamente no debate educacional até o início da segunda década do século XXI, quase quarenta anos após o começo de sua implantação.

Antes de fecharmos estas considerações, é relevante lembrar que, durante a realização deste estudo dissertativo, houve situações que nos obrigaram a, algumas vezes, mudar de rumos. A mais significativa e marcante dessas situações relaciona-se à disseminação da pandemia de COVID 19 pelo mundo, ainda nos idos de 2020. Tal fato mudou por completo a vida cotidiana das pessoas e, em nosso caso específico, atacou em cheio nossas expectativas de cursar o Mestrado em Educação, após o término de uma graduação em História.

Dizemos isto, na medida em que a mudança de área de conhecimento de História para Educação – mesmo havendo uma correlação entre ambas, e tendo sido pensada e desejada, em nossa meta acadêmica e profissional – dependia de uma imersão maior nessa ‘nova’ área, o que se mostrou menos eficaz do que prevíamos anteriormente, visto que o Curso de Mestrado aconteceu, integralmente, na forma remota. Mesmo levando em consideração que essa foi a forma possível de integralizar créditos e disciplinas, assim como a própria orientação, não podemos deixar de registrar o que foi perdido – principalmente em relação a um maior convívio com colegas de Curso, professores e, também, com a área em que nos inserimos.

Percebemos que muito do traquejo acadêmico no campo/área específica em que procuramos nos aprofundar – para, mais uma vez, utilizamos Bourdieu – depende

de certo capital social científico e social e, também, que esses capitais se adquirem, de modo mais efetivo e constante, por meio da construção de interações sociais que a distância causada pela pandemia não possibilitou.

Nessa perspectiva, avaliamos que o estudo realizado poderia ter sido outro – mais comprometido com determinados referenciais cuja origem na Educação fosse tão relevante quanto os que utilizamos, mais afeitos às questões históricas; no entanto, estes nos eram mais familiares e, com a distância, se tornaram ainda mais presentes em nossas possibilidades interpretativas. Na mesma linha, algumas fontes com que pensamos trabalhar foram suprimidas de nossas metas metodológicas, visto que a pandemia impediu que as pudéssemos consultar. Contudo, avaliamos também que as fontes com as quais trabalhamos – e que não estavam em nosso panorama inicial, como as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu – acabaram por nos levar a caminhos provavelmente mais densos e relevantes na pesquisa realizada.

Dessa forma pensamos que, em um trabalho de pesquisa, determinados pontos não precisam estar consolidados como únicas possibilidades, pois sempre podemos enveredar por outros caminhos, por vezes tão eficazes quanto aqueles que havíamos proposto inicialmente. Nesse sentido, pretendemos ainda em outras oportunidades trabalhar com algumas Atas que, não sendo aproveitadas neste estudo, contém informações relevantes para análise - e carecem de aprofundamento - a partir do cruzamento de fontes e de outras questões de investigação que, inclusive, levem em consideração o fato de que falamos de uma realidade local bastante carente de estudos que expliquem suas condições sociais.

A temática da inauguração dos CIEP, por exemplo, pela presença nas fontes utilizadas por nós, foi citada neste trabalho, mas poderia ser analisada com mais profundidade.

Na ata do dia 28 de agosto de 1986, o vereador Ataíde Lemos (PDT), disse que *“esteve presente na inauguração de alguns CIEPS e viu a satisfação que estava o povo de Queimados ao se encontrar lado a lado com o último dos líderes de massa Leonel de Moura Brizola”*. Da mesma forma, o jornal O Fluminense do dia 26 de outubro de 1985 nos traz a mesma temática na mesma localidade.

Imagem 34: Notícia veiculada no periódico O Fluminense.



Fonte: Jornal O Fluminense, do dia 26/10/1985. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=49401](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=CIEP%20Baixada&pagfis=49401)

Abordando inaugurações de CIEP em Queimados, que na década de 1980 ainda era distrito de Nova Iguaçu, as duas fontes em questão, mesmo com quase um ano de diferença, retratam a “festa” organizada pelo governo criador da política educacional e a “satisfação” popular com a chegada da política e a presença do governador. Nessas e em outras fontes, as inaugurações de CIEP em Nova Iguaçu e no restante do estado, muitas vezes, se tornavam grandes eventos locais. A chegada da nova “tecnologia” seria, de acordo com tais fontes, comemorada tanto pelos implementadores, quanto pelo público-alvo. Seriam essas atitudes espontâneas, demandas efetivas da população, ou um ‘festejo organizado’ por grupos específicos, visto que não era somente de maneira positiva que as inaugurações eram encaradas nas fontes e no referencial acerca do PEE. Mignot (2001) argumenta que a escolha da data de inauguração de CIEP – assim como a escolha dos locais de construção dessas escolas – não obedeceriam a um viés técnico, mas sim a uma perspectiva propagandística. Tal acusação aparece também na imprensa, conforme indicamos na imagem 14, apresenta na página 72, em notícia veiculada pelo jornal A Luta Democrática do dia 05 de novembro de 1986.

As duas críticas tratam de apontar uma estratégia inerente ao campo político institucional utilizada pelo grupo para se perpetuar no poder. Assim, inaugurar CIEP no período da campanha eleitoral para a eleição estadual de 1986 e a frequente presença do vice-governador e candidato ao governo pela situação, Darcy Ribeiro, nos eventos de inauguração em Nova Iguaçu e em todo o estado, seriam, portanto, indicativos do uso político-partidário dos CIEP, com a tentativa de associar direta e exclusivamente a imagem daquelas escolas, os “Brizolões”, a imagem de seus idealizadores. Analisar os CIEP enquanto “armas eleitorais” ou rechaçar tais críticas se torna, então, uma possibilidade futura.

Em síntese, voltando ao trabalho que conseguimos realizar nesta pesquisa, ao trazer a análise de uma política educacional como o Programa Especial de Educação (PEE) para Nova Iguaçu, buscamos evidenciar a chegada dessa política em um município periférico, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, dimensionando assim a complexidade e a pluralidade inerente à implantação e ao debate relacionado aos CIEP, seu mais efetivo e conhecido projeto. Assim, entendemos que a realização desta pesquisa está inserida em uma tentativa de valorização da educação pública fluminense e brasileira, especialmente uma experiência diferenciada como a dos CIEP, marcada pela sua tentativa de materialização de ideias de uma educação integral em tempo integral, a qual julgamos ainda necessária no contexto educacional que atravessamos, no século XXI.

Por fim, este trabalho se configura como uma luta pelo direito e valorização da História local, levando as análises dos grandes processos e acontecimentos para além dos grandes centros e capitais. Apesar da desestruturação e do abandono por parte dos poderes públicos, os CIEP e a Baixada Fluminense resistem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luana Costa. Políticas focalizadas ou universalistas. É esta a questão? **Revista Espaço Acadêmico**, agosto 2011.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio**: uma História da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias-RJ: APPH CLIO, 2003.

ANDRADE, Dalila Oliveira. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. **Linhas críticas**, Brasília, v.11, n.20, p. 27-40, jan./jun. 2005.

ASSIS, Elisabete Xavier; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma. O ensino de História Local e a sua importância. **REDIVI-Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas**. Florianópolis-SC, p.01-09, 2013.

BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Artigos**. Rio de Janeiro, p.45-64, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis,RJ: Editora Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas – Uma introdução aos seus usos historiográficos. **Anais do 2º encontro internacional História & Parcerias**, Rio de Janeiro: ANPUH, 2019.

BARROS, N. A. G. de. **Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu-RJ: Jornal Hoje (2000).

BATISTA, Daniel Allofs. Reflexos do bipartidarismo na política municipal: Nova Iguaçu. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**. v.5, n.9, p.01-17, jul./dez. 2015.



BATISTA, Daniel Allofs. **Nova Iguaçu, muito prazer!** Nova Iguaçu-RJ, 2021.

BOMENY, H. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008. p. 95-127.

BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em Aberto**. Brasília, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.

BOMENY, Helena. Vinte anos sem Darcy: Impressões e notas. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.22-30, jul./out. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, RJ. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Lei no 10.172, 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o FUNDEB e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2014.

CANÊDO, L. B. Campo Político. In: CATANI, A. M. *et al.* (org.). **Vocabulário de Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017. p. 90-93.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Organização). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Alberto**. Brasília, v.22, n.80, p.51-63, abr.2009. Rio de Janeiro, p.01-05, 2000.

CAVALIERE, Ana. Maria; COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os Cieps? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 147-74, 2003.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v.28, n.100, p.1015-35, out. 2007.

CAVALIERE, Ana Maria; COELHO, Lígia Martha. Trajetória dos CIEPs do Rio de Janeiro: Municipalização e novas configurações. **Educ. Foco**, Juiz de Fora-MG, v.18, n.2, p.231-242, jul./out. 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou Política de Estado? **Educ.Soc**, Campinas, v.35, n.129, p.1205-1222, out-dez 2014.

CAVALIERE, Ana Maria; COELHO, Lígia Martha. (Orgs.) **Pesquisas sobre Educação Integral e Tempo Integral**: história, políticas e práticas. Editora CRV. Curitiba-PR, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro,RJ: Ensvier, 2012. p. 37-54.

CHAGAS, M. A. M. **Animação cultural**: uma inovação pedagógica na escola pública fluminense dos anos 1980. 2012. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

CIGOLINI, Adilar Antonio. **Territórios e criação de municípios no Brasil**: uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. 2009. 210f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

COELHO, Lígia Martha. História(s) da educação integral. **Em Aberto**. Brasília, v.22, n.80, p.83-96, abr.2009.

COSTA, Marcos Luis Oliveira da. **Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS): tensões e conflitos em torno de uma Política Pública e suas repercussões em Duque de Caxias na Baixada Fluminense**. 2021. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas-SP. Autores Associados, 1995.

DOMINGOS, Claudia Maria. **O CIEP 158 – Professora Margarida Thompson: Memórias Docentes (anos 1980)**. 2017. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

DUARTE, Ilda Maria B. Nazareth; NEVES, Vera Lúcia de S. O cotidiano traduz a prática participacionista democrática e autônoma decantada nos discursos oficiais? A realidade na perspectiva dos professores de dois CIEPS/Brizolão (Centro de Educação Pública) no Município de Nova Iguaçu. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 2011, Curitiba-PR. **Anais do X Congresso Nacional de Educação**. Curitiba-PR: 2011, p. 8915-8928.

EARP, Maria de Lourdes Sá. **O projeto Alunos Residentes de CIEPs: Educação e Assistência?** 1996. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1996.

EMERIQUE, R. B. **Do salvacionismo à segregação: a experiências dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1997.

FARIA, Lia. **CIEP: a utopia possível**. Rio de Janeiro, Livros do Tatu, 1991.

FARIA, Lia. A utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro. **Revista Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.98-112, jul./out.2017.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de; SILVA, Rose Maria Josefa da. O centenário de Maria Yedda Leite Linhares: memórias da sua atuação na educação no Estado do Rio de Janeiro. **Revista FAEEBA**. Salvador-BA, v.30, n.63, p.181-192, jul./set. 2021.

FERREIRA, M. M. (Org.). **A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. CPDOC/FGV, 2008.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Ago, 2000. Nº14

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX**. Edição Revista e ampliada- São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. **Cenários do processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara – a história de Iguasú (1833 – 1858)**. 2012. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

KNOOP, Glauco da Costa. **Cultura e desenvolvimento local: um estudo do programa Bairro-Escola da cidade de Nova Iguaçu**. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Panorama – Cidades, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>.

JESUS, Roseli Batista de. Políticas públicas e o ciclo de políticas: uma análise da política de Mato Grosso. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, São Paulo, ano XII, nº24, jun. 2014.

JÚNIOR, Décio Gatti. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**. Natal-RN, v.28, n.14, p.172-191, jan./jun. 2007.

KERSTENETZKY, C L. Políticas sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**. Vol. 26, nº 4 (104). Out- Dez, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP. Editora da UNICAMP, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.38, n.1, p.13-28, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**. V.45, n.159. p. 38-62. Jan./mar. 2016.

LOBO, Lidiane Barros. “**Quem manda na escola pública?**” **Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu-RJ entre 1964 e 1988**. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado e Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2019.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. Coronelismo e Chaguismo na Zona oeste do Rio de Janeiro. In: **XII Encontro de História da ANPUH-Rio**, 2008.

MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. A cidade (re) partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. **Cabo Verde – Redes e desenvolvimento regional**, p.3856-3897, Nova Iguaçu-RJ, 2005.

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. Entrevista com Libânia Nacif Xavier: o I programa especial de educação (1983-1986). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 241-5, jan./jul. 2016.

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. **Memórias e diálogos com a Educação Integral: o legado de Maria Yedda Leite Linhares (1983 – 1986)**. 2017. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

MAURÍCIO, L. V. Literatura e representações da escola pública de horário integral. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 40-56, set./out. 2004.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. O olhar sobre a educação em tempo integral: o que mudou em 10 anos? **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/UFES. Vitória-ES, v. 19, n.42, p 69-90, jul./dez. 2015.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. CIEP – Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação? **Em Aberto**, Brasília, ano 8, n. 44, out./dez. 1989.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Escolas na Vitrine – Centros Integrados de Educação Pública (1983 – 1987). **Estudos Avançados**, N. 15, vol. 42, 2001.

MIRANDA, Marcella F. G. M. A História Política: Metodologia de pesquisa e novas abordagens. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo: ANPUH, 2011.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**. p. 255-273, nov. 2010.

MONTEIRO, A. M. Ciep: escola de formação de professores. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 35-49, abr. 2009.

MOREIRA, Luiza Silva. SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Entre defesas e críticas ao Centros Integrados de Educação Pública. **Revista Contemporânea de Educação**. v.14, n.30, maio/ago. 2019.

MOREIRA, S. L. **Dos Barracões aos CIEPS: A Elaboração da Política Educacional Brizolista (1983 a 1987)**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. O cristianismo da libertação na Igreja Católica de Nova Iguaçu: o jornal diocesano A Folha em oposição ao Regime Militar (1975-1981). **Anais do XV Encontro Estadual de História: Memórias, testemunhos e Estado**. Florianópolis: UFSC, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa Bezerra. (Orgs). **De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um Território**. Curitiba-PR. Appris, 2019.

PARO, Vitor Henrique (1988). **Escola de Tempo Integral: desafio para o ensino público**. São Paulo, Cortez.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César Alencar Arnaut. Historiografia da Educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v.2, n.3, p.257-267, Jun.2014.

PEREIRA, S. O. **Do CIEP ao ensino superior**: novas trajetórias escolares das camadas populares. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

PORTILHO, Danielle Barbosa. **Releitura da concepção de educação integral dos CIEPs: Para além das caricaturas ideológicas**. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro, Bloch, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O Novo Livro dos CIEPs**. Carta': falas, reflexões, memórias/Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991.

SANT'ANNA, Rejane Honorio de. **Projeto Alunos Residentes**: uma alternativa para a inclusão social através da formação sócio educativa. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2010.

SARMENTO, C. E. Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2008, p. 43-67.

SEBRAE/RJ. **Painel regional: Baixada Fluminense I e II** / Observatório Sebrae/RJ – Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2016.

SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. **Anos 90**, Porto Alegre-RS, v.11, n.19/20, jan./dez. 2004, p.49-76.

SILVA, Bruno. Adriano Rodrigues. **Escola de tempo integral e comunidade**: História do programa de animação cultural nos CIEPs. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SILVA, Claudio Araujo de Souza e. O lugar de tenorio Cavalcanti na política do Rio de Janeiro: Uma análise sobre o ano de 1954. **Mediações**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 256-271, jan./jun. 2011.

SILVA, Francisco C. T. da. A abertura lenta e gradual. in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. Vol.4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um território pela História. **Recôncavo-Revista de História da UNIABEU**. v.3, n.5, p. 47-63, jul./dez. 2013.

SILVA, J. D. **Uma experiência de formação de professores em serviço**: curso de atualização de professores de escolas de horário integral. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

SILVA, R. J. V. **O teatro político-educacional fluminense**: narrativas e testemunhos dos anos 1980 (1983-1987). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

SOUZA, Edilson de. **Diálogos entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro – o projeto educacional de Brasília (1960) e o Programa Especial de Educação – I PEE Rio de Janeiro (1980)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu: economia e território em processo**. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROSÁRIO, Edson Antonio Costa do. **Educação Patrimonial na Baixada Fluminense: uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública – CIEP 354 Martins Pena**. 2006. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

GENUNCIO, Jenesys. **Mediações e práticas culturais em uma escola de educação integral: o CIEP Avenida dos Desfiles/Passarela do Samba**. 2018. 129f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.



TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, v.3, n.6, p.743-758, jul./dez. 2010.

XAVIER, Libânia. Inovações e (des)continuidades na política educacional fluminense. In: **Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. Org. Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 2001, p. 115-156.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, Fontes e a Imprensa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas-SP, n.40, p.60-71, dez. 2010.